

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**



Dissertação

Fabíola Mattos Pereira

**Acessos, reciprocidades e inclusões: Estudo sobre as
relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares
em Pelotas / RS**

Pelotas, 2008.

FABÍOLA MATTOS PEREIRA

Acessos, reciprocidades e inclusões: Estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares em Pelotas / RS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PELOTAS, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre.

Prof^a. Orientadora: Dr^a. Flávia Maria Silva Rieth

Pelotas, 2008.

Dados de catalogação na fonte:
Aydê Andrade de Oliveira CRB - 10/864

P436a Pereira, Fabíola Mattos.
 Acessos, reciprocidades e inclusões : estudo sobre as
 relações entre redes de assistência e famílias de grupos
 populares em Pelotas/RS / Fabíola Mattos Pereira. –
 Pelotas, 2008.
 179f.

 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
 Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal
 de Pelotas.

 1. Famílias de grupos populares. 2. Reciprocidade. 3.
 Redes de assistência . 4. Desigualdade. I. Rieth, Flávia
 Maria Silva, orient. II. Título.

CDD 302.3981657

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a.Dr^a. Jurema Brites

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Miriam Vieira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a.Dr^a. Cláudia Turra

Universidade Federal de Pelotas

Prof^a.Dr^a. Flávia Maria Silva Rieth (Presidente)

Universidade Federal de Pelotas

AGRADECIMENTOS

Às interlocutoras e aos interlocutores, que tornaram possível a realização deste estudo, que me acolheram em suas casas, em seus lugares de trabalho e compartilharam comigo de suas experiências e de suas vivências.

À minha orientadora e amiga Prof^a. Dr^a. Flávia Rieth, obrigada por me acompanhar durante tantos anos e respeitar meus limites.

Ao Mestrado em Ciências Sociais, especialmente aos docentes que tantas vezes auxiliaram e refletiram minhas dúvidas e inquietações, especialmente Prof^a.Dr^a. Beatriz Loner, Prof. Dr. Rogério Rosa, Prof. Dr. Alfredo Gugliano e Prof. Dr. Álvaro Barreto.

Aos professores que contribuíram na banca de qualificação, Prof^a. Dr^a. Cláudia Turra e Prof. Dr. Francisco Pereira Neto, agradeço as sugestões e críticas fundamentais para a finalização deste estudo.

A CAPES por tornar possível a realização desta pesquisa, através da bolsa de estudos.

Ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI-UFRGS), pelas valiosas trocas e contribuições dos grupos de estudos, jornadas e seminários.

Aos meus pais, pelo incentivo, zelo, amor e amizade. Sem vocês teria sido impossível.

Aos meus irmãos, meus sobrinhos, minha cunhada e minha tia, vocês me completam, desculpem a distância e perdoem mais uma vez a falta de tempo.

Ao meu primo (em memória), meu iniciador e inspirador no mundo do conhecimento.

Ao Angelo que mesmo a distância soube como se fazer presente.

Aos meus amigos Ariovaldo, Jéssica e Valdirene, fiéis e leais companheiros.

Aos companheiros de reflexão do Instituto de Humanização, somos cúmplices nas tentativas de reinventar o mundo.

A Deus, pela vida, pelas inquietudes e pelos caminhos.

RESUMO

PEREIRA, Fabíola Mattos. **Acessos, reciprocidades e inclusões: Estudo sobre as relações entre famílias e redes de assistência em Pelotas / RS.** 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Este estudo se volta para preocupações ligadas às dinâmicas de vida dos grupos populares, a partir das relações de reciprocidade estabelecidas entre as famílias e as redes de assistência social organizadas em duas vilas da cidade de Pelotas / RS. A preocupação que motivou a realização do estudo contribui no sentido de relativizar os pontos de vista etnocêntricos, que no passado julgavam os grupos populares como alienados e sem consciência de classe, e que hoje continuam a julgar, porém em outros termos, uma nova roupagem para uma antiga visão degenerada quando se trata de pensar as desigualdades na sociedade brasileira. Partindo-se da perspectiva etnográfica, serão apresentadas as lógicas inscritas nestas relações de reciprocidade, em que a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir se apresenta como estratégia para se analisar as inclusões nos programas sociais da assistência. O método etnográfico foi adotado a fim de orientar as interpretações dos dados de campo, e contribuiu no sentido de mapear as ações das redes de assistência organizadas nos universos investigados, e apresentar o ponto de vista das famílias, profissionais e voluntários. Este estudo utilizou-se de dois conjuntos de dados: quantitativos, obtidos a partir de registros domiciliares de todos os beneficiários do programa Bolsa Família, e qualitativos que se realizou em duas vilas da cidade de Pelotas, o loteamento Dunas e a vila Pestano.

Palavras-chave: Famílias de grupos populares. Redes de assistência. Reciprocidade. Desigualdade.

ABSTRACT

PEREIRA, Fabíola Mattos. **Acessos, reciprocidades e inclusões: Estudo sobre as relações entre famílias e redes de assistência em Pelotas / RS.** 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This study is aimed to concerns related with the dynamics of life of the working class groups, from the relations of reciprocity established between the families and the social assistance networks organized in two suburbs of the city of Pelotas / RS. The concern which has motivated the execution of this study has contributed in the sense of relating the ethnocentric points of view, that in the past used to judge the working class groups as being alienated and without class awareness and nowadays continue to judge, although in other terms, a new outfit for an old degenerated vision when it comes to thinking in the inequalities in the Brazilian society. Having as a starting point the ethnocentric perspective, it will be presented the logic included in these relations of reciprocities where the triple obligation of giving, receiving and returning is presented as a strategy in order to analyze the inclusions in the social assistance programs. The ethnographic method was adopted with the objective of orienteering the interpretation of the field of study, and has contributed in the sense of mapping the assistance network actions organized in the scope investigated, and present the point of view of the families, professionals and volunteers. This study has used two sets of data: quantitative, obtained from domiciliary registers of all the beneficiaries of the Bolsa Familia program, and qualitative which was conducted in two suburbs of the city of Pelotas, Loteamento Dunas and Vila Pestano.

Key words: Families of working classes. Assistance Networks. Reciprocity. Inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Critérios de elegibilidade programa Bolsa Família	26
Gráfico 1 – Distribuição do benefício Bolsa Família por regiões administrativas em Pelotas / RS	29
Gráfico 2 – Beneficiários das três maiores regiões em comparação com as demais regiões da cidade	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Alcoólicos Anônimos
ASEF – Apoio Sócio-Educativo de Apoio às Famílias
ASEMA – Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto
CDD- Comitê de Desenvolvimento Dunas.
CEBS- Comunidades Eclesiais de Base
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
GAMP – Grupo Autônomo das Mulheres de Pelotas
IUP – Instituto Universidade da Periferia
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
ONG – Organização Não-Governamental
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PLP's – Promotoras Legais Populares
PSF – Programa de Saúde da Família
SIM – Serviço de Informação à Mulher
UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1 Introdução	10
1.1 O método etnográfico de pesquisa: teoria e história	14
1.2 Familiaridade e exotismo / proximidade e distanciamento	19
2 Regiões Administrativas, vilas, famílias e redes de assistência	24
2.1 Dados quantitativos, programa Bolsa Família e Regiões Administrativas	25
2.2 As vilas, as redes de assistência e as famílias	31
2.2.1 A Vila Pestano – região administrativa Três Vendas	32
2.2.2 O Loteamento Dunas – região administrativa Areal	42
3 Alteridade, desigualdade e reciprocidade	55
3.1 Da diversidade de nomeações às tentativas de encaixe teórico: Classes populares, classes trabalhadoras, trabalhadores pobres e grupos populares na produção acadêmica dos anos 1980	56
3.2 Sobre o dar, o receber e o retribuir	71
4 As famílias nas redes de assistência	77
4.1 As famílias acessando as redes de assistência	78
4.2 As relações de proximidade, ou o que as famílias esperam das redes de assistência	90
4.3 “A criança recebe esse dinheiro pra que que é?”. O ponto de vista das famílias que recebem o programa Bolsa Família e Fome Zero	97
4.4 A inserção nas redes de assistência por intermédio das crianças	101

5 As redes de assistência selecionando as famílias	113
5.1 Assistência e famílias	114
5.2 As famílias cadastradas	124
5.3 As visitas nas famílias	131
5.4 Os atendimentos e os registros dos atendimentos	137
5.5 Encaminhamentos, retornos e envolvimento	141
6 Considerações Finais	150
Referências	153
Apêndices	157
Anexos	174

1 INTRODUÇÃO

Este estudo se volta para preocupações ligadas às dinâmicas de vida dos grupos populares, a partir das relações de reciprocidade estabelecidas entre as famílias e as redes de assistência social organizadas em duas vilas da cidade de Pelotas/RS.

A discussão realizada propõe relativizar, a partir da pesquisa antropológica, noções preconceituosas que cercam a relação de sujeitos dos grupos populares com as políticas sociais da assistência, as quais enunciam um conteúdo etnocêntrico e preconceituoso na forma de compreender o 'outro'. Além disso, busca contribuir para o debate que cercam os estudos sobre as dinâmicas de vida dos grupos populares, a partir da exposição de dados que apresentam as lógicas de inserção das famílias na esfera política da intervenção estatal, as quais se dão segundo orientações valorativas próprias daquele universo de classe.

Igualmente, propõe-se apresentar o ponto de vista dos profissionais e voluntários que atuam nas redes de assistência, evidenciando seus critérios de seleção, acompanhamento e encaminhamento das famílias com vistas a inserirem-nas nas tramas dessas redes. Ou seja, o estudo problematizará as práticas do Estado, das ONG's e das igrejas, que para além do encaminhamento e acompanhamento das famílias no acesso à justiça e aos direitos sociais (situações de intervenções mais freqüentes), tais ações da assistência vêm acompanhadas de um conjunto de expectativas, as quais devem ser observadas pelas famílias, sobretudo pelas mulheres.

A fim de compreender a trajetória desta pesquisa, e o porquê da realização de uma pesquisa sobre a temática, será necessário inicialmente retomar algumas

questões como o percurso acadêmico e a militância política da pesquisadora. Inicialmente, a proposta da investigação buscava relativizar a idéia de incomunicabilidade, procurando com isso dar continuidade ao estudo realizado para a conclusão de curso em Ciências Sociais no ano de 2004, denominado “*As crianças são a alma da vila: Estudo sobre a gravidez na juventude de homens e mulheres de classes populares – Pelotas / RS*”. O trabalho acadêmico apresentou-se enquanto discussão antropológica para relativizar a vivência da gravidez na juventude em classes populares. Naquele momento, a incomunicabilidade entre as famílias de classes populares e profissionais das áreas de saúde se constituía na razão explicativa para a ineficácia dos programas de saúde dirigidos à comunidade investigada e foi suficiente para concluir a pesquisa.

Contudo, subjacente a esta experiência de pesquisa, situa-se uma motivação primeira, a qual em grande medida se relaciona à ‘curiosidade epistemológica’ relativa às classes trabalhadoras. Trata-se de um cruzamento das identidades (DOS ANJOS, 2006): a de moradora de uma vila de grupos populares, a de militante em pastorais sociais da igreja católica, e em movimentos sociais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes¹ e a de pesquisadora de grupos populares.

De outra ordem, têm-se os questionamentos sobre o tema que surgiram já na apresentação do projeto de pesquisa para a seleção no Programa de Pós-Graduação. Houve intervenções no sentido de apontar que uma das fragilidades daquele anteprojeto havia sido a discussão de classe, ocasião em que se deu a aconselhamento por parte da banca no sentido de investir no seu refinamento teórico.

As sugestões e questionamentos decorrentes da apresentação dos resultados da pesquisa realizada em 2004, no Núcleo de Antropologia e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NACI – UFRGS), contribuíram fundamentalmente para problematizar a idéia de incomunicabilidade que pautara o trabalho anterior, e apontaram assim para as possibilidades de diálogo e comunicação entre as famílias e os profissionais, tendo em vista não ser o Estado um ente abstrato.

¹ A participação nesses movimentos ocorreu no Fórum Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, bem como no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

As discussões provenientes da participação no Grupo Temático “*Entre pesquisar e militar: Contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas*”, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7², apontaram novas possibilidades de desenvolvimento da pesquisa para a dissertação de mestrado, centrando-se, neste caso, em questões metodológicas que problematizavam o trânsito entre as experiências de militância e a de pesquisa. Os questionamentos tornaram-se também frutíferos pelas provocações a cerca da construção que havia sido realizada sobre os agentes que na vila realizavam intervenção, chamando a atenção para pensá-los ao mesmo tempo antropologicamente, e não somente as moças e rapazes. Em outro sentido, percebeu-se ainda a necessidade de serem aprofundadas questões como a proximidade e a familiaridade na investigação etnográfica, situando inclusive a minha inserção como moradora e militante.

Em relação às contribuições vindas por parte dos profissionais investigados em 2004, considerando as discussões geradas na devolução do trabalho anterior, reafirmaram, sobretudo, o redirecionamento para as negociações entre as redes de assistência e as famílias de grupos populares. Mesmo discutindo-se as incomunicabilidades presentes nas relações entre as famílias de classes trabalhadoras e os profissionais de saúde, a importância do trabalho foi sempre afirmada, e colocada como referência para uma ação de intervenção mais apropriada na vila.

As sugestões obtidas a partir das discussões centraram-se nas possibilidades de ampliação das conclusões daquele trabalho, sobretudo em torno da relativização das fronteiras de classe, que estavam sendo defendidas no conceito de incomunicabilidade, que colocava em oposição profissionais de saúde e jovens que haviam vivenciado a gravidez na juventude.

A proposta organizada a partir das reflexões tinha como objetivo perceber os impactos das políticas de assistência sobre as famílias de classes trabalhadoras. Assim, nas inserções primeiras em campo, buscava-se observar preliminarmente as relações que se constituíam no envolvimento entre assistentes sociais e famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Em campo, novamente uma surpresa — as relações de ambos os atores extrapolava a concepção de “impactos” que até

² Este Seminário foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis em agosto de 2006.

então condicionavam o olhar, e não permitiam compreender as dinâmicas que as relações apresentavam.

A visualização de uma densidade de instituições e profissionais envolvidos em intervenções nas famílias, constituindo-se uma rede de assistência social, permitiu refletir na direção das negociações existentes no jogo entre famílias, profissionais e voluntários, e redimensionou a idéia de que as famílias seriam impactadas pelas ações de intervenção. Tal abordagem não significou, contudo, que inexistissem os impactos que estavam sendo pressupostos, mas conduziu a incorporação ao projeto de pesquisa dos processos de inclusão / exclusão dos sujeitos, que procuram pelas redes de assistência, o que contribuiria, antes, no sentido de compreender as dinâmicas internamente e as interpenetrações, fragilizando assim a idéia de incomunicabilidade, e apresentando as possibilidades de aproximações, sugerindo-se inclusive a partir deste estudo, potencializá-las.

Assim, na intenção de direcionar a proposta a uma problemática relevante ao contexto da investigação, mas que permanecesse com o objetivo de tematizar as famílias de grupos populares e as práticas institucionalizadas da assistência social, orientou-se a pesquisa para a abordagem dos programas e serviços, escolhendo-se o Programa Bolsa Família como referencial das ações de intervenção do Estado junto às famílias dos grupos populares, como uma ação importante das redes de assistência.

Na continuidade, a participação no Grupo de Trabalho Práticas de Justiça, Humanitarismo e Diversidade Cultural ocorrido na VII Reunião de Antropologia do Mercosul, em julho de 2007, reafirmou a importância do estudo das relações de aproximação entre famílias de grupos populares e profissionais e voluntários das redes de assistência, mas questionou as possibilidades de realização efetiva de mediações vinda dos grupos populares em direção às redes de assistência, tendo em vista as relações de desigualdade existentes na sociedade brasileira.

No entanto, a trajetória da pesquisa, por considerar as indicações de leitura realizadas durante a qualificação, incorporou novos elementos para refletir as relações entre famílias e redes de assistência. A categoria de mediação, inicialmente apontada para dar conta dos significados dessas relações, aos poucos foi perdendo espaço a um novo conceito que focava a constituição das relações em si, e das trocas (dar, receber e retribuir) entre famílias, profissionais e voluntários, o que levou necessariamente o redimensionamento da utilização do conceito de mediação,

entendido neste estudo como a capacidade de dominar códigos culturais e realizar deslocamentos entre universos. O paradigma do dom dava sentido a tais práticas, tratando de interpretá-las para além dos seus aspectos utilitários, os quais ocorriam somente no nível da troca de programas e serviços entre estes sujeitos, mas baseava-se, sobretudo, na função desempenhada para o estabelecimento do vínculo nas relações sociais.

1.1 O método etnográfico de pesquisa: teoria e história

A escolha de qualquer método de pesquisa não deve ser feita sem antes tornar-se claro o tipo de conhecimento que se deseja produzir. Todas as ações de uma pesquisa, bem como as etapas de coleta, registro e análise dos dados são norteadas a partir da orientação teórico-metodológica assumida pelo pesquisador. Em Bourdieu (2004) tem-se que: “Até mesmo as operações mais elementares e, na aparência, as mais automáticas do tratamento da informação implicam escolhas epistemológicas e mesmo uma teoria do objeto”.

Portanto, a adoção neste estudo do método etnográfico de pesquisa deseja revelar a existência de uma afinidade com o problema a ser investigado, por ser este de viés qualitativo: “[...] pelo fato de trabalhar em profundidade, possibilita que se compreenda a forma de vida das pessoas, não sendo apenas um inventário sobre a vida de um grupo” (VICTORA, 2000).

Neste trabalho, se tem como premissa que o conhecimento qualitativo antropológico, capaz de apontar o ponto de vista das famílias de grupos populares em suas relações cotidianas, é de significativa importância para o reconhecimento da diversidade cultural dentro da sociedade na qual o pesquisador faz parte. E, para além deste reconhecimento a possibilidade de respeito e diálogo das diferenças (GEERTZ, 1997).

A configuração do método etnográfico como tal, se estabelece em fins do século XIX, quando ocorrem mudanças nas perspectivas de abordagem e tratamento dos dados de pesquisa, tentativas de antropólogos em campo como

reação às pesquisas de gabinete, que se valia de relatos de viajantes e comerciantes, período este da expansão colonial européia.

Malinowski inaugura, então, a observação participante como uma forma de captar a vida tribal como um todo, um sistema integrado e lógico. Sabe-se, no entanto, que houve gerações posteriores de antropólogos que permitiram o avanço do método, e que, desta maneira, muito se produziu em termos do conhecimento dos nativos, estivessem próximos ou distantes. Contudo, muitas preocupações com que se ocupou Malinowski permanecem latentes e dignas de referências à realização do trabalho de campo, assegurando-se rigor na coleta, registro e análise do material etnográfico (MALINOWSKI, 1984).

A grande vantagem de utilizar-se desta metodologia é que: “possibilita ao investigador compreender as práticas culturais dentro de um contexto social mais amplo, estabelecendo as relações entre fenômenos específicos e uma determinada visão de mundo” (VICTORA, 2000). Isto traz conseqüências importantes na medida em que se utiliza um amplo material de referência analítica, pois se serve de dados orais – discursivos - registros das observações cotidianas – observacionais - e documentos escritos. Permite-se verificar a coerência entre os relatos orais e as observações, da mesma forma que as atitudes de infração e artifícios acionados pelos sujeitos³.

A postura metodológica de Malinowski (1984) o coloca numa situação de defesa de neutralidade e objetividade para a construção do conhecimento científico; por esta razão, seu método prima pelo afastamento dos sujeitos investigados quando na análise dos dados coletados em campo, sob o risco de serem os resultados da pesquisa afetados pela proximidade do objeto.

O diário de campo assegura ao pesquisador a revisão dos momentos da pesquisa em sua totalidade e abrangência, fornece o acesso aos relatos, às observações cotidianas e aos detalhes de modos de vida em seu fazer rotineiro, e a

³ Em síntese, Malinowski (1984) sugere que uma boa pesquisa de campo requer três princípios fundamentais: 1) Arcabouço da constituição da sociedade; 2) imponderáveis da vida real e 3) espírito do nativo. A contribuição significativa de fato para a consolidação desta maneira antropológica de fazer pesquisa de campo é inaugurada pela novidade do antropólogo estabelecer morada entre os nativos, estar em contato, familiarizando-se até o momento de não mais sua presença suscitar curiosidade entre a sociedade ou grupo investigado. Inclui-se, até mesmo, participar de certas atividades entre os investigados de maneira descontraída, também porque este, na condição de um estrangeiro, precisa também estabelecer contato com outros sujeitos.

exposição lógica de sistemas classificatórios que pareciam antes sem sentido e alvo de desprezo por parte de culturas ditas civilizadas.

O objetivo último da pesquisa de campo, seu detalhamento e preocupação com a descrição minuciosa, conferem à Antropologia a conquista de um método próprio, ‘apreender o ponto de vista dos nativos’, o qual se atualiza na contemporaneidade como busca de muitos pesquisadores.

Diante da crise moderna da disciplina, com o risco de desaparecimento do seu objeto clássico de investigação, a Antropologia volta seu olhar, assim, para a percepção da diversidade cultural dentro das fronteiras geográficas do seu pesquisador. Preocupando-se com as sociedades complexas, o enfoque passa a ser as dinâmicas das sociedades modernas, e o rumo de estranhar o familiar apresenta-se como um novo desafio a ser superado pela disciplina que evitava seu esfacelamento⁴.

A saída encontrada pela especialidade, diante da necessidade de rever seus cânones metodológicos, consistiu em adotar uma nova concepção de investigação social, tratando de relativizar uma ciência nos moldes cartesianos, a qual procurava afastar-se de prenoções como condições de existência para a realização de uma explicação sociológica. Nestes termos, apropriando-se justamente na concepção de prenoção enquanto um conhecimento prévio da realidade social, e não enquanto distorção, a busca da teoria hermenêutica veio a somar com o que desejava a disciplina, a de compreender que a constituição de uma ciência do social se faz de forma diferenciada das ciências denominadas por duras ou naturais, concebendo, assim, tais elementos como constituintes do método qualitativo das ciências sociais. Para Oliveira (1998), utilizando-se de Gadamer, a questão da intersubjetividade é a solução para os problemas da subjetividade do pesquisador do campo social, ou seja, a sua interlocução com os pares teria o efeito de construção de “acordos tácitos ou explícitos”, os quais se constituem como o resultado da “tradição científica na qual a experiência acumulada em termos de comunicação e de consenso entre cientistas foi capaz de instituí-las” (OLIVEIRA, 1998).

⁴ O envolvimento de Malinowski com a produção de uma ciência neutra e objetiva aliou-se facilmente ao seu objeto de pesquisa, que distante dele quando retornasse para sua sociedade, ali poderia proceder à análise dos seus registros e levantamentos de dados, já que se encontraria suficientemente distante, para sentir-se seguramente neutro e objetivo.

Com isso, afirma-se que o método não se constitui na única forma de acessar o conhecimento da esfera social. Cardoso de Oliveira (1998) argumenta que a concepção de método presente no cartesianismo (forma de acessar a verdade através da certeza, da comprovação e da generalização) apresenta conseqüências diferenciadas nas Ciências Naturais e nas Ciências Sociais. Assim, a idéia contida no conceito de método deixa escapar o não metódico (aquilo que não se pode percorrer novamente), o que de acordo com Oliveira (1998) é uma das tarefas superadas pela Antropologia através da observação participante.

A contribuição central desta discussão para a Antropologia, e também para as demais disciplinas das Ciências Sociais, é de atingir as particularidades que envolvem o processo de conhecimento neste campo, por oposição ao das Ciências Naturais. Assim, a relação das Ciências Sociais com a observação a autoriza a realizar a *compreensão* dos fenômenos que estuda, ao passo que nas Ciências Naturais, envolvidas com a experimentação, a idéia de *explicação* é mais adequada diante da busca das regularidades metódicas.

Deste modo, nesta pesquisa, a compreensão antropológica das relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares será priorizada para analisar os dados de campo. Tais dados de campo que constituem o universo da pesquisa etnográfica foram obtidos através de duas etapas: a primeira, quantitativa, que levou à inserção em campo, a partir da análise de seus resultados; e a etapa qualitativa.

Na *etapa quantitativa*, a coleta de dados, realizada junto à Secretaria Municipal de Cidadania da Prefeitura Municipal de Pelotas, consistiu na classificação, por local de endereço, de todos os beneficiários do programa Bolsa Família para o município de Pelotas.

A *etapa qualitativa*, iniciada a partir dos resultados quantitativos, teve início com observações participantes das vilas escolhidas, procurando-se mapear todos os programas e serviços existentes, acompanhando as dinâmicas em todos aqueles que realizavam atendimento direto às famílias. Após a realização, por aproximadamente seis meses, de um período de observações, as quais foram registradas em diário de campo, iniciou-se o processo de obtenção de dados a partir das entrevistas semi-estruturadas com famílias, profissionais e voluntários de todos os programas e serviços das redes de assistências nos dois universos de pesquisa investigados, a vila Pestano e o loteamento Dunas. Todas as entrevistas foram

gravadas e transcritas e seus conteúdos analisados para a organização do material que se apresenta.

A pesquisa de campo teve início no Dunas no dia 08 de setembro de 2006, logo após ter sido contatada a Secretaria Municipal de Cidadania, a fim de dar início ao processo de mapeamento quantitativo das regiões da cidade que mais recebiam recursos do programa Bolsa Família. Estes dados só foram obtidos meses depois de muita insistência e ofícios emitidos, e precisamente no dia 04 de março de 2007 tive acesso a 43152 cadastros de beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Pelotas. Após a organização destes, no mês de maio de 2007, iniciou-se o trabalho de investigação na Vila Pestano, com a inserção na Unidade Básica de Saúde. A partir do mês de outubro as entrevistas começaram a ser realizadas na vila Pestano e no Loteamento Dunas paralelamente, e encerraram-se em 22 de dezembro do mesmo ano.

As entrevistas compreendem um universo total de 40 informantes que se dividem entre famílias e profissionais e voluntários das redes de assistência. No loteamento Dunas foram entrevistados 13 profissionais e voluntários e 09 famílias. Na vila Pestano foram 08 entrevistas com profissionais e voluntários e 09 entrevistas com famílias. Além destas entrevistas, foi realizada uma entrevista com assistente social da Cáritas Diocesana de Pelotas, tendo em vista as repetidas vezes em que esta instituição fora citada por diferentes interlocutores da pesquisa, tanto no loteamento Dunas quanto na vila Pestano. O número de entrevistas da pesquisa foi delimitada a partir das redes de assistência em cada região estudada, priorizando-se atingir diferentes profissionais e voluntários e suas respectivas áreas de atuação, focando-se a diversidade de ações que integram a assistência social.

Cabe ressaltar que do total de 18 famílias entrevistadas neste estudo, 05 delas serão apresentadas na etnografia, o que se justifica pelas relações de proximidade e pelos vínculos constituídos junto aos profissionais e voluntários, situação que as coloca num local de igualdade temporária com as redes de assistência, na medida em que são capazes de jogar com a inclusão de novas famílias nos programas e serviços ofertados.

1.2 Familiaridade e Exotismo / Proximidade e Distanciamento:

A construção de uma etnografia é um processo gradual e lento, construído numa estreita relação com os interlocutores do campo de pesquisa. A entrada em campo requer, assim, empatia e paciência por parte do pesquisador, exigindo contatos permanentes e regulares com instituições, pessoas de referência, participações em reuniões, em que sentar e aguardar em salas de espera são atitudes comuns. Esta aproximação não basta para que seja garantida a inclusão nas dinâmicas sociais dos sujeitos investigados, mas se constitui como primordial à entrada e permanência, para que, numa segunda etapa, se consiga aprimorar as relações estabelecidas, bem como a confiança dos interlocutores.

A necessidade de discussão do processo de produção de uma etnografia apresentou-se neste estudo como uma reflexão constante, na medida em que por determinados momentos encontrava-me na condição de pesquisadora, militante e moradora de um loteamento de grupos populares, o próprio loteamento onde a pesquisa se realizou.

O trabalho proposto para a dissertação de mestrado se consolidou lentamente, e em determinados momentos, especialmente quando observações e entrevistas se passavam no loteamento Dunas, a presença e a aproximação facilitavam o contato com as famílias, pelo prévio reconhecimento mútuo. A preocupação, em especial percebida por parte dos profissionais, no que se referia à situação de estarem sendo avaliados foi a primeira impressão a ser desconstruída, desde o primeiro contato.

Neste sentido, a relação de proximidade com o campo de pesquisa evidenciou que pesquisar num contexto de familiaridade, exigiria um exercício dobrado de estranhamento, de atenção aos fatos recorrentes do dia-a-dia, onde seria necessário observar e registrar também os detalhes do que parecia ser demasiado rotineiro e cotidiano, e não somente extraordinário. Cabe ainda discutir, a partir destas observações retiradas de análise do diário de campo, os conceitos de proximidade e distanciamento por se constituir esta pesquisa de um esforço teórico e prático de relativização sobre distâncias sociais que por isso são relativas.

A concepção de Malinowski (1984) na busca de consolidar o ponto de vista do nativo, conforme já descrito, prima pela proximidade com os nativos, o estar

próximo fisicamente, participando das atividades, das rotinas e, além disso, do extraordinário da vida dos seus informantes. Foi este o modo encontrado pelo antropólogo quando se encontrava distante geograficamente da sua sociedade. Acreditava que a maneira adequada de compreender a lógica dos 'outros' seria a da proximidade, percebendo-o de dentro: "entrar na alma de um selvagem e através de seus olhos ver o mundo exterior e sentir como ele deve sentir-se ao sentir-se ele mesmo" (MALINOWSKI, 1984).

Daquele momento até o presente, discussões a cerca da proximidade e distanciamento se fizeram necessárias, em especial, quando se afirma que a subjetividade do pesquisador está presente em todo o processo de pesquisa. Em Gilberto Velho (1981), existe uma clara tentativa de desconstruir os desentendimentos a cerca deste tema. Pela sua problemática de pesquisa se vincular a sujeitos com os quais convive diariamente, ele afirma que:

[...] dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema (VELHO, 1981).

O autor aceita que o lugar do pesquisador se torna problemático, em especial pelas classificações que opera na hierarquização da sociedade da qual participa. Está colocada, desta forma, que a familiaridade não significa conhecimento científico, e, como saída para este dilema, sugere ao pesquisador o exercício de 'estranhar o familiar':

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações (VELHO, 1981).

Neste confronto conta o pesquisador com a ajuda dos seus pares, na crítica das suas conclusões, em razão de sua *interpretação* ser mais uma em meio às demais, pela suposição de que outros estudos são também verídicos na compreensão do próximo e/ou do familiar (já que ambos não pressupõem relação intrínseca).

Assim, obter o ponto de vista dos nativos exige envolvimento, participação e também consciência por parte do pesquisador que precisa traduzir as interpretações nativas, embora, sua subjetividade se encontre implicada neste processo metodológico. É preciso saber ver, ouvir e escrever (OLIVEIRA, 1998), mas deixar-se orientar pela consideração de que tais faculdades pessoais devem ser domesticadas pela leitura teórica, que informa e treina o quê e como olhar, ouvir e escrever na redação do texto etnográfico.

A outra contribuição para esta discussão vem de Clifford Geertz (1997). Para ele, o pesquisador necessita de certas habilidades pessoais para compreender o ponto de vista dos nativos, mas não extraordinárias, como conseguir uma ‘comunhão de espíritos’, dependerá porém: “a compreensão (*do outro*) de uma habilidade para analisar seus modos de expressão [...], e o sermos aceitos contribui para o desenvolvimento desta habilidade” (GEERTZ, 1997).

A perspectiva defendida pelo antropólogo consiste na observação das expressões culturais a partir da análise do “fluxo do comportamento” (GEERTZ, 1978) Ou seja, cabe ao pesquisador interpretar as lógicas das ações sociais realizadas pelos sujeitos contextualizando os sentidos e significados atribuídos pelos seus próprios membros num dado contexto social. Assim, a figura do antropólogo se prestaria a descrever profundamente o que visualiza dos comportamentos nativos-uma descrição densa – capaz de interpretar as lógicas dos comportamentos culturais, em outras palavras, ter a capacidade de dialogar nos termos do outro.

Finalmente as questões da proximidade e do distanciamento, bem como da subjetividade implícita nos trabalhos de campo, devem ser tratadas como integrantes do processo, e relativizadas metodologicamente. Assim, na pesquisa etnográfica, os registros de campo por si mesmos nada informam se expressarem uma simples descrição de impressões pessoais e sentimentais do pesquisador, sobretudo quando o distanciamento geográfico constitui-se numa ação impossível ao pesquisador. Cabe neste caso, refletir nos termos de Geertz (1978) o potencial que investigações desta natureza apresentam para a construção do conhecimento antropológico, a de produzir “interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão” (GEERTZ, 1978). Ou seja, todo o conhecimento antropológico, seja realizado dentro ou fora da sociedade na qual o pesquisador faça parte, é sempre uma construção conduzida pelo mesmo, uma leitura do outro pelas *lentes* do antropólogo.

Clifford Geertz (1978), quando afirma ser pré-requisito do trabalho de campo antropológico o situar-se entre os sujeitos investigados, como a garantia de aproximação, e conseqüentemente de diálogo, deseja justamente discutir a relação que se deve estabelecer entre pesquisador e grupo pesquisado, cujo objetivo último deverá conduzir à compreensão da diversidade cultural humana. Nas palavras do próprio Geertz (1978):

“Situarm-nos, um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente, eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal. [...] Não estamos procurando, pelo menos eu não estou, tornar-nos nativos (em qualquer caso, eis uma palavra comprometida) ou copiá-los. [...] O que procuramos, no sentido mais amplo do termo, que compreende muito mais do que simplesmente falar, é conversar com eles [...] Visto sob esse ângulo, o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano”

Deste modo, a relação que está implícita na realização dos trabalhos de campo, diz respeito ao estabelecimento de uma “experiência próxima e distante”, em que a primeira define o ponto de vista dos sujeitos, dos informantes, enquanto o segundo, o ponto de vista do pesquisador, do cientista. Sendo assim, o desafio maior de qualquer investigador em campo, encontra-se na sua capacidade de mediar a interpretação de ambos, o que é referido por Geertz (1997) na idéia de círculo hermenêutico, que prevê saltos contínuos, que relacionam a visão da totalidade através das partes para visão das partes através da totalidade, ou seja, a conversão do ponto de vista dos nativos em interpretação antropológica.

Em outras palavras, a experiência de proximidade vivenciada pelo pesquisador em campo não pressupõe a adoção de atitudes de extrema sensibilidade junto aos informantes a fim de perceber seus pontos de vista, do desenvolvimento de “capacidades extraordinárias”, ou “ser um deles (nativo) para conhecer um”; mas encontra-se em suas tentativas de interpretar, de compreender os significados culturais, “de relatar as subjetividades alheias” e “entender os sentimentos de outros seres humanos”.

Em suma, para se atingir o conhecimento antropológico, trata-se antes de compreender o ponto de vista dos nativos, do que cultivar uma atitude certa psíquica que intencione fundir-se à subjetividade do interlocutor. Assim:

“Para captar conceitos que, para outras pessoas, são de experiência - próxima, e fazê-lo de uma forma tão eficaz que nos permita estabelecer uma conexão esclarecedora com os conceitos de experiência – distante criados por teóricos para captar os elementos mais gerais da vida social, é, sem dúvida, uma tarefa tão delicada, embora um pouco menos misteriosa, que colocar-se “embaixo da pele do outro”. (GEERTZ, 1997)

Na apresentação que segue, será discutida no próximo capítulo a etapa quantitativa da pesquisa e o tratamento dado aos registros dos beneficiários do programa Bolsa Família. Além disso, será exposto o contexto da pesquisa, utilizando-se do recurso de mapeamento das redes de assistência a partir do referencial adotado pelo município por ‘regiões administrativas’. No capítulo dois, serão apresentadas as delimitações teóricas da dissertação, focando-se no percurso realizado pela mesma, a partir da preocupação com a trajetória histórica dos conceitos que discutem as identidades e vivências de classe de sujeitos de grupos populares, segundo o percurso realizado pelas pesquisas antropológicas no Brasil a partir da década de 1980. A contribuição deste trabalho, ao concentrar-se nos debates realizados por alguns autores, encontra-se na relativização de certas categorias de análise, bem como nas concepções que estas se referem a cerca dos modos de vida destes grupos. Também neste capítulo serão exploradas as categorias de reciprocidade, redes e mediação, aqui redimensionada, como elementos importantes para a compreensão do paradigma do dom, e conseqüentemente essenciais para a interpretação das relações entre famílias, profissionais e voluntários das redes de assistência.

Nos capítulos 3 e 4 serão apresentadas as etnografias das famílias e das redes de assistência acentuando-se, no primeiro caso, o ponto de vista das famílias quando acessam os programas e serviços das redes de assistência, enfatizando-se os valores culturais que orientam tais práticas. O ponto de vista dos profissionais e voluntários, e, portanto, das redes de assistência será debatido no capítulo 4, cuja preocupação central será a de perceber, a partir dos processos de seleção, visitas, atendimentos e encaminhamentos como se consolidam as relações de trocas daqueles que fazem parte das redes de assistência.

2 REGIÕES ADMINISTRATIVAS, VILAS, FAMÍLIAS E REDES DE ASSISTÊNCIA

Neste capítulo objetiva-se apresentar o contexto da pesquisa, enfatizando-se o processo de análise dos dados quantitativos que orientou a delimitação das regiões administrativas, as impressões das primeiras idas em campo e o mapeamento das redes de assistência observadas durante a pesquisa de campo, bem como as relações iniciais estabelecidas com as famílias de grupos populares que acessam seus programas e serviços. Esta exposição orientar-se-á a partir das dinâmicas vivenciadas em campo, respeitando as escolhas metodológicas que estabeleceram os contornos do que neste trabalho será apresentado.

Os dados quantitativos que nortearam este estudo devem ser observados, levando-se em conta o contexto da pesquisa que, ainda em sua fase inicial de definições metodológicas e, conseqüentemente, com dados qualitativos pouco expressivos do universo investigativo, propunha uma avaliação dos impactos do Programa Bolsa Família, exclusivamente.

Naquele contexto, portanto, os dados que se dispunha diziam respeito estritamente a este programa de assistência, sendo estratégico, para a análise quantitativa, os registros relativos ao Cadastro Único, instrumento de avaliação da situação econômica das famílias e fundamental para a seleção das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Tais registros encontravam-se sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Cidadania / Prefeitura Municipal de Pelotas, e exigiram um tratamento analítico que incluía sua organização a partir dos endereços destas famílias, especialmente porque se desejava pesquisar naquelas regiões administrativas de maior incidência de recebimento do benefício.

Assim, seguindo o percurso inicial da pesquisa, será apresentado detalhadamente o Programa Bolsa Família, observando-se sua origem, seus objetivos e suas condicionalidades às famílias que dele se beneficiam. Em seguida, serão discutidos os resultados do mapeamento quantitativo, e relatado o processo de definição das Regiões Administrativas. A discussão sobre a utilização do critério “Região Administrativa” será abordada na continuidade desta análise.

A delimitação das regiões administrativas apontou a direção qualitativa que se seguiria neste estudo; assim, a escolha das regiões que apresentavam os maiores índices quantitativos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, foi fundamental para a indicação de uma vila e de um loteamento onde seria realizada a pesquisa de campo. No entanto, a aproximação junto a essas levou a um redimensionamento do trabalho, ampliando-o frente àquilo que inicialmente estava previsto no projeto para a dissertação. Deve-se esclarecer que se passou a utilizar “redes de assistência” diante da multiplicidade de programas e serviços em atuação junto às famílias.

Em seqüência, na exposição do segundo tópico deste capítulo, serão apresentadas estas redes de assistência, visualizando-se os programas e serviços ali presentes, e a caracterização das vilas e das famílias. Neste item, será priorizada uma narrativa das estratégias, através das quais as inserções nos diferentes universos das famílias e das redes de assistência se tornaram viáveis, estratégias estas percebidas como eficazes diante da situação peculiar, em que se leve em consideração meu engajamento militante.

2.1 Dados quantitativos, Programa Bolsa Família e Regiões Administrativas

O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e destina-se às ações de transferência de renda mínima com condicionalidades, conforme aponta seu primeiro artigo. O Programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de reunir todos os programas de transferência de renda anteriormente em vigor, como o Bolsa Escola e o Auxílio Gás.

O critério utilizado pelo Programa se dá pela renda *per capita* da família, estabelecendo assim uma linha divisória entre as que estão em situação de pobreza e situação de extrema pobreza. O quadro abaixo é ilustrativo dos critérios de elegibilidade e apresenta os limites de renda estabelecidos para que as famílias possam ter acesso aos benefícios do programa, e esclarece da mesma forma os valores máximos e mínimos transferidos às atingidas.

Critério de Elegibilidade		Ocorrência de crianças / adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrízes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação das Famílias	Renda Mensal <i>per capita</i>			
Situação de Pobreza	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 Membro	(1) Variável	15,00
		2 Membros	(2) Variável	30,00
		3 ou + Membros	(3) Variável	45,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Básico	50,00
		1 Membro	Básico + (1) Variável	65,00
		2 Membros	Básico + (2) Variável	80,00
		3 ou + Membros	Básico + (3) Variável	95,00

Quadro 1 – Critérios de elegibilidade programa Bolsa Família

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

Na apresentação deste capítulo, situou-se que no Programa Bolsa Família, a seleção das famílias é feita a partir do Cadastro único, um instrumento de pesquisa unificado, que deve ser preenchido por profissional habilitado e necessita apresentar um parecer do mesmo, após a realização de visitas domiciliares, a fim de constatar a situação de fato das famílias candidatas ao benefício. Contudo, a seleção definitiva é realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social, instância onde são centralizados todos os cadastros do país. Em caso de seleção da família para recebimento do benefício, esta receberá um cartão magnético fornecido pela Caixa Econômica Federal no qual será registrado o NIS (Número de Identificação Social), que poderá ser utilizado para acessar informações sobre os dados cadastrais das famílias, seja para acrescentar e/ou modificar informações.

As condicionalidades, pré-requisitos para que a família continue recebendo o benefício mensalmente, implicam em uma forma de retorno e obrigações por parte delas, que passam a vigorar quando se dá o início do recebimento do benefício. Tais condições determinam o acompanhamento de gestantes, nutrizes e crianças, nas áreas de saúde e educação, e, para isso, contam com parcerias permanentes junto às unidades de saúde e às escolas das redes pública municipal e estadual.

O acompanhamento das condicionalidades constitui-se numa etapa fundamental quando se analisa o Programa Bolsa Família, sobretudo quando se observa a trajetória percorrida pelas famílias até atingi-las. O cadastro único, portanto, constitui-se num momento muito importante, se não o mais expressivo dentro do processo de seleção, tendo em vista sua referência enquanto instrumento classificador das famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Os dados quantitativos que foram recebidos através do gestor local do Programa, a Secretaria Municipal de Cidadania / Prefeitura Municipal de Pelotas, no entanto, não traziam informações específicas sobre as famílias (dados considerados cruciais para a sua seleção e registrados no Cadastro Único). Ao contrário, esses se limitavam aos endereços das famílias, não sendo disponibilizada qualquer outra informação, sendo inclusive omitidos os nomes dos beneficiários do Programa. Assim, tais dados constituíam-se de informações individuais, obtidas em planilha no formato Excel, onde se dispunha aleatoriamente os registros sobre o endereço das famílias que no momento da pesquisa eram as beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Ressalta-se, no entanto, que na pesquisa obtiveram-se dois conjuntos de dados, um disponibilizado através do site da Caixa Econômica Federal, no qual constavam os nomes de todos os beneficiários da cidade de Pelotas, e outro, obtido por intermédio da Secretaria Municipal de Cidadania – Prefeitura Municipal de Pelotas, o qual continha somente os registros dos endereços dos sujeitos que eram beneficiários do Programa.

A opção neste estudo a partir da variável “região administrativa” se deu, sobretudo, diante das dificuldades encontradas durante a classificação do material recebido pela Secretaria Municipal de Cidadania / Prefeitura Municipal de Pelotas, onde em muitos casos as informações contidas em certos endereços não permitiam a identificação específica e direta em bairros da cidade, como os casos, por exemplo, de ruas que de acordo com o mapa geográfico da cidade encontravam-se num determinado bairro, vila, loteamento, Cohab etc., mas que se apresentavam nos registros fazendo parte de outros. Assim, a opção que se seguiu tratou de acompanhar a classificação adotada pelo município que se utiliza da variável “região administrativa”, eliminando-se, assim, o fracionamento em vilas, loteamentos, Cohab’s, etc.

A cidade de Pelotas apresenta-se atualmente distribuída em sete grandes regiões administrativas: Três Vendas, Areal, Laranjal, Porto-Várzea, Fragata, Barragem e Centro. As Regiões Administrativas obedecem a uma lógica de descentralização administrativa, cabendo a sujeitos nomeados pela Prefeitura Municipal o atendimento de demandas da região e encaminhando-as ao Executivo Municipal.

A classificação dos dados seguiu a lógica da própria administração municipal, por duas razões: seja porque a administração municipal, na pessoa de seus funcionários e técnicos são os responsáveis autorizados para a realização dos cadastros do Programa Bolsa Família, seja pela lógica como concebe a organização do território a partir destas regiões. Apenas gostaria de realizar duas ressalvas, as quais foram necessárias como uma forma de solucionar os problemas que se apresentaram no momento da tabulação. A primeira ressalva quanto à adoção da categoria “Interior”, que fora utilizada para demarcar aqueles locais, pois embora pertencessem a certa região administrativa, se localizavam na zona rural. E a segunda ressalva referente à utilização da categoria “Indefinidos”, segregando os

endereços que não possuíam referenciais claros que os ligassem a uma Região Administrativa.

Os dados dispostos no gráfico permitem visualizar a distribuição dos recursos na cidade, situando as regiões administrativas de maior incidência de famílias beneficiadas. Acrescenta-se, ainda, que tais dados não foram analisados tendo em vista as dimensões geográficas das regiões administrativas, em que pese a relação do número de famílias com a ocupação do território (densidade populacional) não sendo, portanto, objeto de preocupações os fatores que contribuíram para esta divisão dos benefícios na cidade de Pelotas. Observando-se o gráfico e o quadro temos o seguinte:

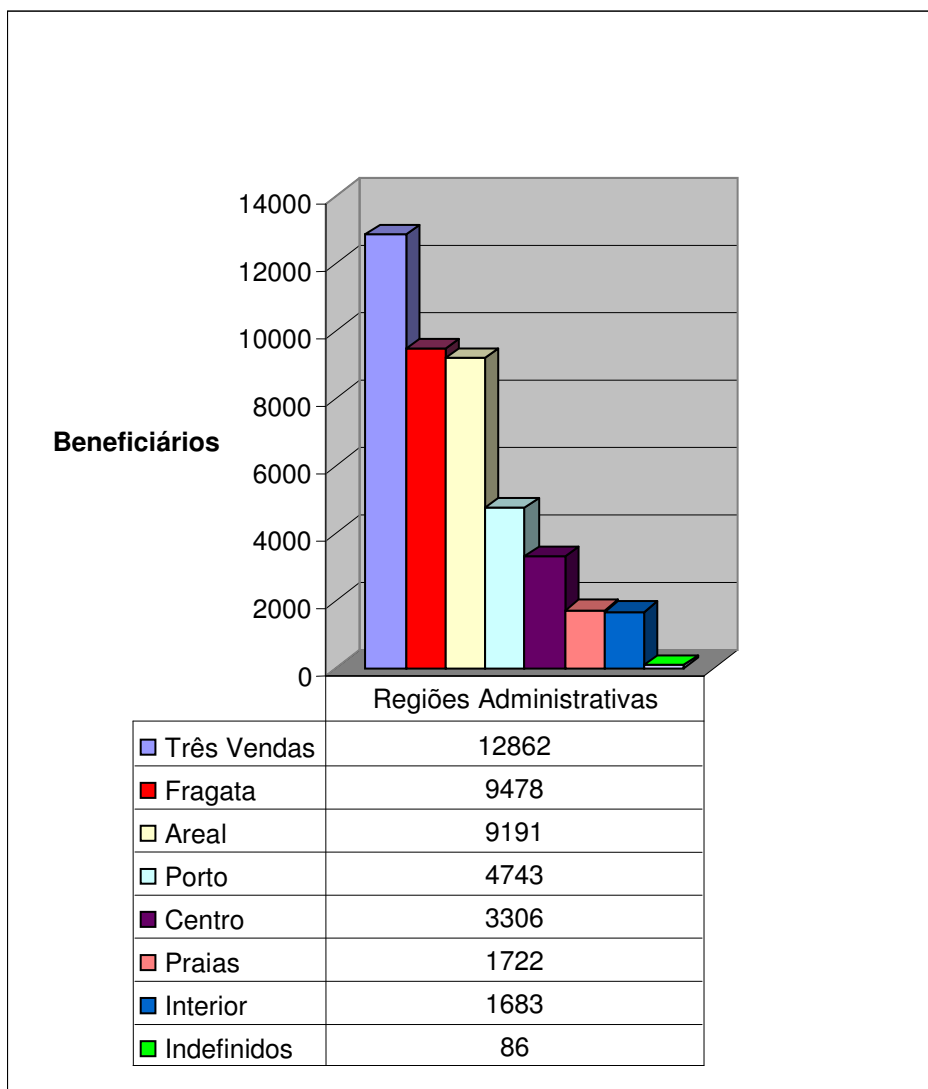


Gráfico 1 – Distribuição dos benefícios do Bolsa Família por regiões administrativas em Pelotas.

Fonte dos dados: Secretaria Municipal de Cidadania / Prefeitura Municipal de Pelotas, 2007.

Os dados obtidos compõem um universo de 43152 cadastros individuais. O quadro justifica, baseando-se na expressão percentual dos beneficiários, a escolha de duas regiões administrativas, que somadas atingem aproximadamente 50% do total dos benefícios no município. Considerando-se a população média do município para o ano de 2005 de 320.850 habitantes, pode-se sugerir que a abrangência do Programa Bolsa Família encontra-se em torno de 13,5% da população de Pelotas, desconsiderando-se os demais programas governamentais e não governamentais de assistência⁵.

As respectivas regiões administrativas Três Vendas, Fragata e Areal foram aquelas que concentraram maior incidência dos cadastros beneficiados. No entanto, se formos considerar os resultados percentuais para o Fragata e o Areal, a diferença entre eles não se apresenta como significativa, ficando empatados na faixa dos 18% de beneficiados totais do Programa para a cidade de Pelotas.

Na interpretação do gráfico abaixo, é possível compreender as proporções que ocupam as três maiores regiões beneficiadas do Bolsa Família, através da cor rosa, justificando-se assim as opções qualitativas segundo o efeito quantitativo produzido em cada região.

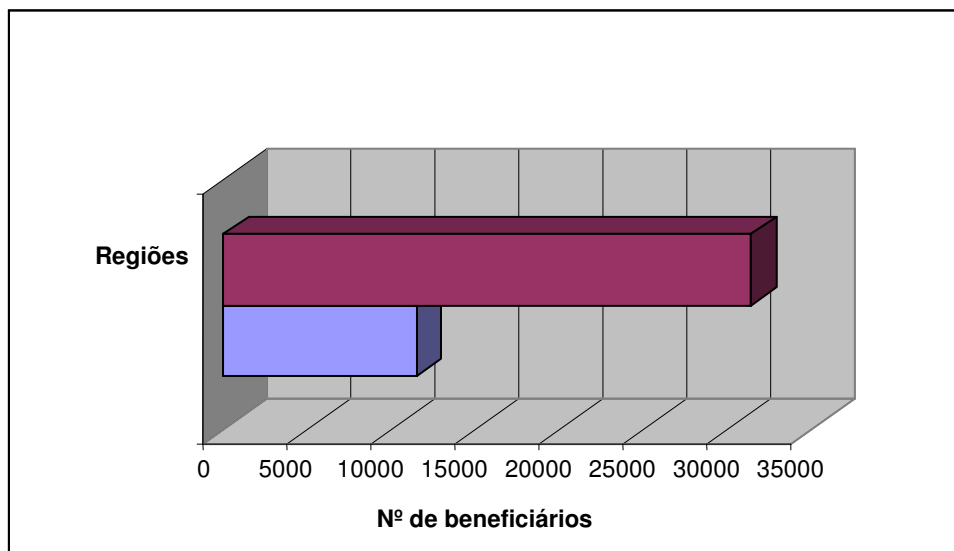


Gráfico 2 – Beneficiários das três maiores regiões em comparação com as demais regiões da cidade

Fonte dos dados: Secretaria Municipal de Cidadania / Prefeitura Municipal de Pelotas, 2007.

⁵ As redes de assistência compreendem um universo de programas e serviços dirigidos em sua maioria às famílias de grupos populares, e entre eles podemos citar: Programa Bolsa Família, Fome Zero, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem, Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto, Pastorais Sociais, Grupos de Mulheres, Grupo Autônomo das Mulheres de Pelotas, Apoio Sócio Educativo às Famílias, Conselho Tutelar, entre outros.

A representatividade quantitativa destas regiões, definidora dos limites territoriais da pesquisa de campo, não se mostrou eficaz a ponto de apontar as vilas específicas que concentravam os maiores índices de famílias do Programa. No entanto, a escolha da vila Dunas e do Loteamento Pestano não se definiram aleatoriamente, mas foram influenciadas particularmente pelo conhecimento prévio que se possuía daquelas vilas, pelas minhas experiências de trabalho vinculado a grupos de crianças e adolescentes das pastorais sociais da igreja católica e a pesquisa do trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais em 2004.

2.2 As vilas, as redes de assistência e as famílias

A discussão proposta neste tópico terá por objetivo apresentar os mapas das redes de assistência das duas vilas investigadas neste estudo, levando-se em conta as dinâmicas vivenciadas em campo. Assim, boa parte das descrições organizadas levou em consideração as observações participantes experimentadas na pesquisa, como as festas comunitárias, as pesagens do Bolsa Família, as distribuições das sacolas do Fome Zero, as visitas domiciliares com assistentes sociais, a participação nos grupos de mulheres, inserção em reuniões locais, entre outras atividades. As atitudes na condição de pesquisadora em muito se orientaram no sentido de “olhar, ouvir e escrever” (OLIVEIRA, 1998), procurando-se superar uma preocupação fundamental; a de compreender um universo de relações que aparentava familiaridade (VELHO, 1981).

A descrição da forma como estão organizadas as redes de assistência nas regiões administrativas Três Vendas – Vila Pestano e Areal – Loteamento Dunas, compreenderá a apresentação de um pequeno histórico de constituição do local, situando o contexto em cada uma das vilas; um rápido esboço sobre o mapa da assistência, expondo-se brevemente os programas e serviços realizados em ambas; e, por fim, uma caracterização das famílias que acessam estas redes de assistência, as quais integraram o processo de pesquisa e contribuíram com a participação nas entrevistas semi-estruturadas, na construção dos dados qualitativos.

A inserção nas redes de assistência, deve-se dizer, não se constituiu em problema para a realização deste estudo. A situação previamente exercida em movimentos sociais da igreja católica, como discutido em capítulo anterior, tornou-me, em larga medida, reconhecida por boa parte daqueles sujeitos que estavam participando das entrevistas e observações etnográficas. Minha presença, especialmente no Loteamento Dunas, não exigiu esforço significativo, seja pela condição de moradora, de coordenadora de grupos de crianças e jovens, de integrante de organizações sociais do local, como do Observatório de Segurança Social e Proteção à Vida, projeto este viabilizado pelo governo federal, conhecido popularmente como Casa Brasil.

A inclusão nas redes de assistência na Vila Pestano partiu da utilização da mesma estratégia utilizada no Loteamento Dunas, a de acionar os conhecidos e os amigos das redes dos movimentos da igreja católica e também dos movimentos sociais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Em todas as instituições a apresentação exigia a lembrança de uma indicação a partir de um amigo em comum, ou até mesmo da realização de um encontro mediado por um conhecido, cuja intenção era a de aproximar-me daqueles espaços ainda não adentrados.

2.2.1 A Vila Pestano – região administrativa Três Vendas

O Pestano caracteriza-se peculiarmente por apresentar, à primeira vista, duas formas de disposição das residências; uma delas definida pelo conjunto de apartamentos, denominada de Cohab Pestano, que se diferenciam pelas cores que lhes servem de nome: “os verdes, os azuis, os vermelhos e os amarelos” e, outra, pela ocupação de uma área situada logo após os apartamentos, na qual existiam grandes lotes, que foi gradativamente sendo ocupada pela população, constituindo-se a vila do Pestano.

A vinculação do Pestano a um local de freqüentes assaltos, preferido para a residência de sujeitos desocupados; por muito tempo ocupou o imaginário da cidade, o que em grande medida ainda permanece.

A vila Pestano é anterior à edificação dos prédios da Cohab. A construção dos apartamentos da Cohab Pestano, ocorreu em meados da década de 1980, sendo financiados pela Caixa Econômica Federal. No entanto, a inadimplência aos pagamentos dos financiamentos foi seguida pela apropriação e ocupação do espaço que havia disponível naqueles apartamentos desocupados. Esta situação permaneceu assim por aproximadamente duas décadas, acrescentando-se a irregularidade das ocupações ao descaso do poder público estatal quanto à garantia dos serviços básicos.

A situação da Cohab Pestano começou a modificar-se por iniciativa dos próprios moradores, que em mutirão realizaram reformas nestes prédios, investindo nas pinturas externas e substituição de portas e janelas. Além disso, acrescentou-se a revitalização dos espaços coletivos de sociabilidade, bem como de abrigos para ônibus.

A vila Pestano apresenta uma topografia interessante, suas ruas se apresentam distribuídas de forma dispersa, sendo, algumas, localizadas em frente à faixa de acesso à Cohab Pestano. Outras, no entanto, se localizam após os apartamentos, tomando-se considerável distância destes, e seu início tem como referência o cruzamento de duas grandes avenidas: Av. Leopoldo Brod e Av. Zeferino Costa. O ponto de referência deste cruzamento se localiza no espaço da escola CAIC⁶ e da unidade básica de saúde, ambas localizadas lado a lado, compartilhando do mesmo espaço público.

A vila Pestano, está localizada em frente a este ponto de referência, dela se separando pela continuidade da Avenida Leopoldo Brod. Deve-se levar em consideração a proximidade que a vila Pestano apresenta do bairro Getúlio Vargas, sendo difícil estabelecer os limites que os separam.

A separação da vila e da Cohab, no entanto, se reflete também na divisão da assistência social e de saúde na região, ou seja, existem duas unidades de saúde, uma para atendimentos da vila e outra para atendimentos dos moradores da Cohab. Para a escolha da unidade de saúde a qual seria realizada a observação participante, optou-se por conhecer a dinâmica de atendimento em ambas, o que foi

⁶ A sigla CAIC é o termo largamente utilizado pelos moradores da vila e da Cohab Pestano para designar a Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Caruccio.

feito a partir de diálogo com as assistentes sociais, e de uma aproximação das dinâmicas das famílias a partir da escola CAIC e do posto de saúde⁷.

- Unidade básica de saúde / Cohab Pestano:

A inserção na unidade de saúde da Cohab Pestano, ocorreu a partir da intermediação estabelecida com um funcionário público do local e que ali realiza serviços administrativos. Este funcionário com o qual tenho vínculos de amizade serviu-me de mediador com os profissionais da unidade de saúde que realizam o acompanhamento do Programa Bolsa Família. Foi também pela indicação deste que tive inserção facilitada na unidade de saúde da vila Pestano.

A reunião realizada com a assistente social permitiu apropriar-me de uma visão panorâmica da região de abrangência do Posto, em grande parte a cerca dos serviços de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Na Unidade, o atendimento é realizado através de agendamento prévio com a assistente social. Marcado o retorno, a criança e o seu responsável comparecem a fim em dia e horário combinados a fim de fornecer os registros de peso e estatura daquelas que tenham até seis anos de idade.

De acordo com dados disponibilizados pela assistente social, na região que compreende a área da Cohab Pestano, existem trinta famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Neste universo de famílias, nem todas são residentes na região, outras vêm de vilas e bairros próximos. Assim, nessa unidade, a dinâmica de atendimento se dá a partir da iniciativa das próprias famílias, que dentro do período de trinta dias devem renovar as informações sob pena de perder o benefício.

A cumplicidade da assistente social com as famílias ficou latente em todo o encontro, bem como a confiança expressa nas suas falas e atitudes com relação à veracidade das informações disponibilizadas pelas famílias que são por ela acompanhadas. Esta atitude se justifica pela própria assistente social, a qual argumenta que pelo histórico de serviços dedicados à comunidade, isto lhe possibilitou conhecer a realidade vivida por cada uma das famílias que a ela recorrem. A sua proximidade no atendimento às famílias tem seu princípio com o

⁷ Os termos Unidade Básica de Saúde, Unidade de Saúde e Posto, serão empregados como sinônimos nesta investigação.

início das atividades do próprio Posto, uma história que começou 20 anos atrás, no ano de 1987.

- Unidade básica de saúde / vila Pestano:

A unidade básica de saúde / vila Pestano, possui uma estrutura singular diante das demais unidades de saúde investigadas; sua administração vincula-se ao Hospital Escola São Francisco de Paula da Universidade Católica de Pelotas. Por esta razão seu quadro de funcionários e profissionais é composto, também, por estagiários e professores, justificando-se, assim, a intensa movimentação de pessoas no interior do posto. Outras razões, que serão apresentados a seguir, também singularizam as ações realizadas nesta unidade de saúde, seja na estrutura física, seja na forma de atendimento.

No posto da vila Pestano, a distribuição interna das salas é ampla, e todas estas possuem identificação. Tanto interna como externamente o prédio mantém-se em bom estado de conservação, e a sala de espera apresenta um número de cadeiras tal, que em todas as vezes que lá estive não havia pessoas sem acomodação.

Neste posto, chama também a atenção que os pacientes dispõem de mecanismos facilitadores para a realização de exames laboratoriais, como de sangue, urina e fezes, os quais são encaminhados diretamente na recepção, com os funcionários, depois de realizada a consulta médica. No guichê de atendimento, há a disposição dos funcionários – situação não encontrada nas demais unidades de saúde investigadas - um micro-computador com impressora, sendo todos os procedimentos impressos e anexados ao prontuário das famílias.

Há entre os profissionais uma distinção que se expressa no uso de jalecos, sendo os de cor verde para os assistentes sociais, e brancos para médicos e enfermeiros. No posto existe permanentemente a presença de uma funcionária responsável pelos serviços de limpeza. Entre assistentes sociais, enfermeiros e funcionários se evidencia a constituição de uma relação mais estreita, o que não se repete nas relações com médicos e psicólogos, tanto que em todas as observações realizadas, não tive contato com nenhum destes profissionais. É na sala da assistência social que ocorre o encontro destas pessoas, que em certos momentos

conversam todas juntas, numa situação de grande entrosamento e familiaridade. Assim, também, se deu a inclusão da pesquisadora junto às dinâmicas institucionais da unidade de saúde; a sala da assistência social foi a porta de acesso para assegurar a realização da pesquisa.

Nas participações dos atendimentos realizados pelas assistentes sociais às famílias que recebem o Programa Bolsa Família, notei que essas empregam um método diferente do que se realizava tanto da unidade de saúde da Cohab Pestano, quanto da que será descrita para o loteamento Dunas. O acompanhamento das condicionalidades das crianças até seis anos é realizado em dois momentos: primeiro, a criança é pesada e medida pela enfermeira, que repassa os valores anotados em um pequeno pedaço de papel para quem estiver acompanhando a(s) criança(s); feito isso, a(s) criança(s) e o seu responsável retornam até a sala de espera, para serem novamente chamadas pela assistente social, onde são entregues e registrados em uma planilha os valores de peso e altura das crianças atendidas. Para finalizar o atendimento, é questionado se a criança esteve no posto naquele mês, ou se apresentou algum sinal de doença, o que não pode ser relatado em alguns casos, porque muitas vezes os responsáveis que acompanham as crianças desconhecem estas informações e se justificam em grande medida respondendo com a afirmação de não serem elas as mães.

O preenchimento dos formulários a serem enviados ao Ministério de Desenvolvimento Social encontra-se sob a responsabilidade da assistente social, bem como das estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, nos dois turnos de funcionamento do posto de saúde.

O Programa Bolsa Família na Saúde, ou seja, a co-responsabilidade do acompanhamento às famílias beneficiadas que competem aos serviços de saúde, atende em média 220 famílias, com crianças com idade até seis anos. Já o Programa Bolsa Família na Escola se consolida a partir do envio, sob responsabilidade da escola, do controle de freqüências dos estudantes acima de seis anos, que estão regularmente matriculados, sendo advertidos diretamente pelo Ministério de Desenvolvimento Social, aqueles casos em que ocorre infreqüência ou elevado número de faltas durante o mês.

Na unidade básica de saúde da vila Pestano são desenvolvidas outras atividades com a população local, como Grupo de Mães, que se realiza todas as quartas-feiras, o Grupo das Gestantes nas terças-feiras e das crianças e

adolescentes. Ainda existem projetos para a organização de grupos de Hipertensos e Diabéticos, além da organização de um grupo para as mães do Programa Bolsa Família⁸.

Na vila Pestano, a dificuldade de se perceber a movimentação complexa e intensa de instituições e pessoas em torno de questões como a assistência social, foi significativa desde o começo das observações realizadas. Muito embora se perceba a circulação das famílias e da assistência dentro do posto, e fora dele, a organização das redes de assistência se dá de maneira mais frouxa, cujas malhas não se percebem tão densamente articuladas quanto o que se perceberá no loteamento Dunas.

- Comunidade Católica Cristo Libertador:

Esta comunidade católica situa-se bem no centro da vila Pestano, tanto que tive dificuldades para encontrá-la por não estar ainda familiarizada com o local. A procura por outros serviços que havia na referida vila se fez quase que por exigência de campo. Havia a expectativa de que as famílias, na medida em que se aproximassem da unidade de saúde para o acompanhamento das condicionalidades, levariam a indicações de outros programas e serviços acionados, a exemplo do que acontecia nas pesagens realizadas no loteamento Dunas. Mas, na vila Pestano, isto não se passava desta forma. O tempo de observações etnográficas junto à unidade de saúde muito pouco acrescentavam ao mapeamento deste universo da assistência, que era acionado pelas famílias. Somente quando tive contato com algumas lideranças da comunidade católica do local é que de fato foi possível a inserção na rede de assistência na vila Pestano.

Na comunidade católica, existem diferentes ações dirigidas à população local, mas a distribuição das sacolas do Programa Fome Zero é o que se destaca, seja pelo número de pessoas que a ele recorrem, seja pelo número de pessoas da comunidade que com ele se envolvem. Nesta comunidade cerca de 150 famílias são atendidas quinzenalmente, às terças-feiras; durante todo o dia os voluntários se

⁸ Este projeto, sob responsabilidade do Serviço Social do Posto, prevê a realização de oficinas de artesanato com as mães assistidas. O fundo para desenvolver estas ações, se constituirá a partir da arrecadação que está sendo prevista em um brechó de roupas usadas.

reúnem. O trabalho tem início pela manhã com o recebimento dos gêneros alimentícios, onde imediatamente é iniciada a organização das sacolas a partir da separação do que compete igualmente para cada família. Na parte da tarde, as famílias são recepcionadas dentro da capela da comunidade, e logo após uma reflexão, uma leitura rápida de mensagens de auto-ajuda, é feita a chamada por ordem alfabética de todas as famílias cadastradas naquela comunidade.

- Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Caruccio – CAIC

A escola CAIC compartilha seu pátio com a unidade de saúde; entre ambas não se percebe um limite rígido, apenas uma pequena porta que dá acesso ao interior da Unidade. A escola atende crianças, adolescentes e adultos, funcionando nos três turnos. Sua estrutura interna é ampla e possui biblioteca, refeitório, auditório e ginásio coberto para a prática de atividades esportivas.

Nesta instituição escolar são constantes as queixas de professores quanto aos problemas de disciplina dos alunos, o que foi presenciado também durante a entrevista realizada com as orientadoras educacionais. Este fato rendeu à escola a participação em um projeto de parceria com uma outra instituição de profissionalização local, cujo objetivo era justamente o de trabalhar questões como drogadição, violência e família. Tal projeto envolveu também as famílias do local, sobretudo as mães de alunos, o que consistiu na oferta de cursos e atividades em grupos.

- Centro Comunitário Bom Pastor – IECLB

Este centro comunitário é a expressão da assistência social da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Pestano. Neste local, construído especialmente para se tornar uma referência de atendimento às famílias, são desenvolvidas diversas atividades, que compreendem desde atividades de reforço escolar para crianças, horta comunitária e ecológica para famílias do local, grupo de reflexões para senhoras, e distribuição das sacolas do Programa Fome Zero.

O centro comunitário é amplo e possui em suas instalações a estrutura necessária para o atendimento que se propõe, desde capela, cozinha, banheiros, biblioteca e refeitório.

O Programa Fome Zero atende também cerca de 150 famílias, que recebem os alimentos nas terças feiras, num intervalo de 15 dias entre elas. E há uma diferença fundamental na forma de conduzir a divisão dos gêneros alimentícios entre elas se comparado com o trabalho desenvolvido pela comunidade católica. No centro comunitário há uma espécie de voluntariado permanente, ou seja, as mulheres escolhidas para ajudar a coordenação do projeto no centro comunitário são sempre as mesmas, e, além disso, nos dias de distribuição das sacolas, todas almoçam também no centro comunitário.

Do total das 18 famílias que participaram das entrevistas semi-estruturadas deste estudo, 09 delas recebiam seus benefícios na vila Pestano - região administrativa Três Vendas. A particularidade da situação que se verificou na vila Pestano deve levar em consideração a relação que a vila estabelece com o bairro vizinho, o Getúlio Vargas.

A vila Pestano compartilha de muitos aspectos com seu bairro vizinho, o Getúlio Vargas, tanto que, quando se circula entre as ruas, não se tem certeza de estar no “Getúlio” ou no “Pestano”. Isto justifica em parte os acessos cruzados de moradores do Pestano no Getúlio e do Getúlio no Pestano. Esta interpenetração explica o caso da ONG Anjos e Querubins⁹, que sendo do bairro Getúlio Vargas, utiliza-se do espaço da escola CAIC, localizada no Pestano e que abriga indistintamente crianças e jovens das duas vilas. A partir desta evidência devem-se relativizar as fronteiras de acessos e inclusões das famílias aos programas de assistência, reconhecendo-se, assim, o limite da própria noção de região administrativa para a pesquisa qualitativa.

Do mesmo modo também se justificam os fracassos das muitas tentativas de delimitação geográfica, como foi o caso observado numa das distribuições das sacolas do Fome Zero, em que a preocupação advinda de um dos coordenadores da comunidade, em torno das condições para o recebimento das sacolas, dizia respeito à atualização de endereços, frisando que somente poderiam continuar

⁹ A ONG Anjos e Querubins dedica-se às crianças e jovens, desenvolvendo atividades variadas. Sua sede é uma pequena sala, localizada no pátio da casa do seu fundador. Diversos prêmios foram conquistados desde sua fundação pelo reconhecimento desse trabalho.

recebendo as sacolas os moradores do Pestano. Os reflexos deste pronunciamento ecoaram por um bom tempo, e geraram muitas dúvidas entre os beneficiários, sobretudo se “o Pestano” deveria ser compreendido como uma referência à vila, à Cohab, ao bairro Getúlio Vargas ou a todos.

Independentemente destas definições geográficas, o fato é que tais questões tornaram-se mais expressivas e visíveis no trabalho de campo, quando na marcação das entrevistas com as famílias, dentre as 09 famílias que recebiam seus benefícios pelas redes de assistência da vila Pestano / região administrativa Três Vendas, 04 delas moravam no bairro Getúlio Vargas, 03 na vila Pestano e 02 na Cohab Pestano.

O perfil das mulheres que participaram das entrevistas é variável em termos de faixa etária, que se situa num intervalo de 22 a 46 anos. Em sua maioria suas ocupações circunscrevem-se ao âmbito doméstico, e, naqueles casos de trabalho remunerado estas também realizam atividades domésticas, como o caso de uma das informantes que se declarou diarista, e de outra que corta lã crua entre os intervalos de seus afazeres da casa; as sete demais interlocutoras dedicam-se exclusivamente aos cuidados da família e da casa.

O número de filhos em cada família é também oscilante, variando de uma a quatro crianças. Deve-se considerar alguns casos de mulheres que além de cuidar seus filhos, “pegaram pra criar” filhos de irmãos ou têm também seus filhos criados por pessoas da rede de parentesco, situação esta verificada em duas famílias, de uma mulher que assumiu três filhas de seu irmão e de outra em que seus três filhos do primeiro casamento estão sendo criados por seu pai.

Procedendo-se à análise dos programas acessados pelas famílias, se constatará que o líder em beneficiários é o Programa Bolsa Família, ficando em segundo lugar o Programa Fome Zero. De incidência menos freqüente têm-se casos como recebimento de pensão alimentícia, participação em grupo de mulheres e de alcoólicos anônimos, em que foram verificados em três famílias diferentes.

As formas de inserção junto às redes de assistência, no entanto, ocorreram de maneira mais homogênea, as quais envolviam em sua maioria indicações de pessoas das redes de parentesco, e mais ocasionalmente de vizinhos. Contudo, chama a atenção um caso em que não houve intermediação de outras pessoas a fim de proceder a encaminhamentos ou indicações, sendo, portanto, a aproximação junto aos programas e serviços de assistência realizadas voluntariamente.

- As crianças e as famílias na vila Pestano

Ainda distante do posto e do CAIC já se percebe a grande movimentação das crianças e das mães. Elas parecem integrar uma procissão, quase que enfileirados a dirigirem-se até a escola. E assim é todo dia, mulheres e crianças caminhando pela beira da faixa que separa a escola da vila Pestano; algumas ficam ao longo do caminho, contentando-se em um vigiar distanciado, deixando as crianças seguirem acompanhadas por outros companheiros do colégio.

A chegada até o posto é sempre observada pelas crianças, os caminhos são os mesmos e seus acessos também.

O estacionamento do posto de saúde, em certos horários, é ocupado pelas crianças, jovens e mães que saem e chegam, e esta área encontra-se a maior parte do tempo sob a vigilância de um guarda municipal.

A ocupação do local pelas crianças na vila Pestano obedece a uma dinâmica que a acolhe em diferentes espaços. A presença delas nas ruas, organizadas em grupos para brincadeiras, ou sozinhas, muitas vezes guiando charretes, constitui-se o cenário em que é socializada.

As crianças encontram-se também no posto, e nas vezes em que houve as observações etnográficas, elas também lá estavam, sempre acompanhadas, preenchendo o vazio entre os bancos, ocupando espaços por entre as pernas das mulheres e encontrando formas de se entreterem com brincadeiras variadas, até o momento de serem atendidas pelas enfermeiras e assistentes sociais.

O ocupar-se com as crianças é percebido em sua esmagadora maioria como uma atribuição das mulheres. São elas que conduzem as crianças para a pesagem, para as consultas médicas, para a escola.

As mulheres que se dirigem até a unidade de saúde para serem atendidas pelas assistentes sociais, muitas vezes até lá se deslocam para conversar e tirar dúvidas sobre problemas com o cartão do Bolsa Família, sobre o recebimento duplicado do benefício no mesmo mês, ou sobre notícias escutadas em conversas com outras mulheres, sobre um suposto recadastramento das famílias. Outras situações também conduzem as mulheres à procura dos serviços da assistência, como, por exemplo, o caso de uma senhora, que ao saber dos conhecimentos da assistente social sobre serviços e programas realizados fora da vila, solicitava sua inclusão, por indicação da própria assistente social.

2.2.2 O loteamento Dunas – região administrativa Areal

O Dunas, como é popularmente conhecido na cidade o Núcleo Habitacional Dunas, trata-se de uma vila que apresenta desde sua organização em meados de 1990 uma considerável presença de instituições governamentais e não governamentais de assistência.

O loteamento situa-se geograficamente na zona leste da cidade de Pelotas, na região administrativa do Areal. De formação recente frente à história de povoamento do Areal, o Dunas se constitui um loteamento sem condições de infraestrutura, como água, energia elétrica e esgoto. Anteriormente à ocupação pelos moradores, no local havia somente uma grande extensão de matos de eucaliptos, os quais foram derrubados a fim de servirem de terreno para a construção do loteamento.

Atualmente, o Loteamento Dunas se distribui em vinte e nove ruas, dispondo de uma infra-estrutura de água encanada, energia elétrica e transporte coletivo, bem como serviços públicos na área de assistência, saúde e educação.

A inserção em campo no loteamento se configura de maneira particularmente diferente da que ocorreu no Pestano. Minha condição de moradora na localidade desde o ano de 1992, o trabalho voluntário realizado com crianças e adolescentes na Comunidade Católica e a realização de um estudo anterior sobre gravidez e juventude¹⁰, contribuíram de forma preponderante para a inserção nas redes de assistência do loteamento.

Na vila, atuam diferentes instituições sobre variados segmentos: crianças e adolescentes, mulheres, dependentes químicos, doentes, idosos, portadores de deficiências, entre outros. Além disso, há organizações que desempenham atividades de promoção aos direitos sociais, como promotoras legais populares atuando na esfera de formação para os direitos humanos, comitês de desenvolvimento de ações para o desenvolvimento local sustentável¹¹, Unidade de Saúde, três escolas, Centro de Referência da Assistência Social¹², comunidades

¹⁰ Trata-se da monografia de conclusão de curso, concluída no ano de 2004 intitulada: “As crianças são a alma da vila: Estudo sobre a gravidez na juventude de homens e mulheres de classes populares – Pelotas / RS”.

¹¹ CDD: Comitê de Desenvolvimento do Dunas

¹² CRAS: Centro de Referência da Assistência Social

católicas etc. Enfim, os cruzamentos para a constituição de redes de assistência é particularmente um destaque na localidade.

- Unidade Básica de Saúde – Dunas:

A inserção na rede de assistência no loteamento Dunas se fez a partir da aproximação da unidade básica de saúde. Ela apresenta uma dinâmica de funcionamento diferente da existente nas unidades de saúde no Pestano. No Dunas, as formas de atendimento da população se dão a partir das orientações do Programa de Saúde da Família (PSF), que se constituem como uma alternativa ao modelo tradicional de assistência à saúde. O modelo assistencial tradicional na rede básica ainda é predominantemente centrado nos cuidados médicos especializados, dificultando ações integrais e multiprofissionais. Na perspectiva de superar este problema, a partir de setembro de 2002, iniciou-se a implantação do Programa de Saúde da Família, como modelo assistencial substitutivo.

A característica marcante deste modelo de atendimento concentra-se no apoio das agentes comunitárias de saúde, cuja função é de visitação e acompanhamento às famílias nas suas moradias, servindo de interlocução entre as famílias e a unidade de saúde. Uma questão importante deste atendimento é que as agentes de saúde são também moradoras do Loteamento. O reconhecimento das demandas externas de saúde, ou seja, aquelas que não chegam ao conhecimento dos profissionais são, de alguma forma, canalizadas pelas ações das agentes de saúde, além do conhecimento das particularidades que envolvem tais demandas, como, por exemplo, a contextualização da família aos profissionais de saúde.

As agentes comunitárias integram uma organização em Equipe, que neste posto são em número de três. Cada equipe do PSF possui um número de agentes comunitárias de saúde, uma enfermeira e um médico. E para cada equipe cabem os cuidados de saúde com determinado número de ruas do loteamento.

Além destes, a unidade de saúde apresenta também funcionários para a realização de trabalhos burocráticos, como atendimentos na recepção, e também conta ainda com funcionário para serviços de limpeza.

O espaço interno da UBS foi significativamente ampliado após uma reforma em sua estrutura, dispondo assim de sala de curativos, assistência social, reuniões, puericultura, atendimentos médicos, arquivos, cozinha e banheiros.

A dinâmica do atendimento às condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizada no Loteamento, atendem às exigências colocadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os acompanhamentos das informações de peso e altura das crianças até seis anos são realizados por três diferentes equipes, sendo que uma dessas equipes é desdobrada em duas, em razão do número de famílias que a constitui.

A média de atendimentos realizados mensalmente varia entre trezentos e cinquenta a quatrocentas famílias. A dinâmica de atendimento se dá através do trabalho compartilhado entre a assistente social da unidade de saúde e a enfermeira responsável pela equipe. As famílias ao chegarem à unidade de saúde são atendidas por um funcionário que preenche uma ficha de atendimentos com os dados das crianças, e são orientadas a aguardar numa fila a fim de serem atendidas pela enfermeira, enquanto esta ficha segue para a assistente social. A enfermeira e assistente social realizam o trabalho numa mesma sala, e enquanto a primeira realiza pesagens e verifica estatura das crianças, a segunda estabelece conversas e realiza orientações aos que acompanham as crianças.

- Centro de Referência da Assistência Social – CRAS / Dunas

O contato de aproximação com o CRAS se deu a partir da apresentação aos profissionais dos resultados da pesquisa para o trabalho de conclusão de curso anteriormente citado.

O CRAS se localiza no prédio do Comitê de Desenvolvimento – Dunas, que será apresentado a seguir, e nele ocupa o espaço de aproximadamente três salas. O quadro de funcionários é composto por duas assistentes sociais, duas psicólogas e uma funcionária para serviços burocráticos. A aceitação por parte destas profissionais foi de fato muito importante para a inserção, através de algumas visitas, nas redes familiares.

O Centro de Referência da Assistência Social integra a Política de Assistência Social da cidade de Pelotas, a qual se vincula a Secretaria Municipal de

Cidadania da Prefeitura Municipal de Pelotas. Segundo panfleto de divulgação da Prefeitura Municipal de Pelotas:

A Política de Assistência Social se concretiza através de ações de prevenção, proteção, promoção e inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social na busca pelo resgate do direito de cidadania. Essas ações se efetivam por um conjunto de Serviços, Programas, Projetos e Benefícios. O Programa de Atenção Integral à família PAIF é o principal programa da Proteção Social Básica, do Sistema Único da Assistência Social – (SUAS), desenvolve ações e serviços básicos para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social).

De acordo com estas informações o CRAS é então responsável por atender as famílias da localidade, e suas atividades se localizam em diferentes programas, como o Agente Jovem, Programa Bolsa Família, ASEF (Apoio Sócio-Educativo às Famílias), ASEMA (Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto) e Plantão Social.

Na cidade de Pelotas, somente duas regiões possuem Centro de Referência da Assistência Social, o loteamento Dunas e o bairro Cruzeiro.

O Agente Jovem tem por objetivo desenvolver atividades semanais com adolescentes entre 15 a 18 anos, que foram selecionados a partir do cadastro das famílias realizado pelo CRAS. Estes jovens recebem um benefício mensal no valor de sessenta e cinco reais, e sua contrapartida é a participação nas atividades propostas pelos educadores sociais. Os objetivos desta ação de assistência social se apresentam, sobretudo, em *“preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade”*, além de contribuir com a redução da violência, drogadição, DST e HIV, e também facilitar, através de suas ações, a inserção deste jovem no mercado de trabalho. No Dunas, existem atualmente quarenta e cinco jovens participando do Programa Agente Jovem.

O Programa Bolsa Família apresenta no domínio do CRAS uma particularidade que o distingue do atendimento que é realizado pela unidade de saúde, o de realizar visitas domiciliares para a inclusão de novas famílias ao Programa. No CRAS, as famílias são avaliadas para definir sua inclusão ou não, e é por intermédio de seus profissionais, principalmente das assistentes sociais, que é realizada a emissão dos pareceres técnicos ao Ministério do Desenvolvimento Social.

O ASEF (Apoio Sócio Educativo às Famílias) sob responsabilidade do CRAS, tem por objetivo o atendimento às famílias, dirigido particularmente para as

mães, oferecendo atividades de profissionalização através de oficinas de artesanato, e também de apoio e orientações com profissionais da psicologia. No futuro, têm-se a perspectiva de disponibilizar a estas famílias sacolas de alimentos, a fim de complementar a despesa familiar, em razão, deste programa não oferecer recursos financeiros às famílias.

O ASEMA (Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto) tem o apoio das profissionais do CRAS, mas em relação a este apresenta uma estrutura à parte e independente. O ASEMA desenvolve suas atividades no prédio da Associação dos Moradores do Bairro Dunas (AMBAD); possuem também um quadro de funcionários próprio, que é constituído por educadores, profissionais da cozinha e limpeza. O ASEMA realiza atividades de reforço escolar e brincadeiras, e são também oferecidas diariamente refeições como lanches e almoços.

Têm-se, também, o Plantão Social, que trata de auxiliar as famílias em suas necessidades mais urgentes, as quais muitas vezes são denominadas pelas próprias profissionais como assistencialistas. Tais ações consistem em garantir auxílio material ou em espécie às famílias da localidade, além de orientações e realização de encaminhamentos para outras instituições de assistência e direitos sediadas na cidade de Pelotas.

O espaço do CRAS se constitui como um local de referência para acessar os diferentes recursos disponíveis na rede de assistência. A família, ao se aproximar do CRAS, sai, na maioria das vezes com algum encaminhamento realizado. No entanto, os procedimentos necessários para a efetivação / inclusão em programas e serviços exigem o preenchimento de formulários, a realização de pareceres técnicos por parte de profissionais habilitados como as assistentes sociais. Assim, o tempo médio para receber os recursos varia de acordo com o tempo médio utilizado pelas famílias para corresponder às exigências recebidas dos profissionais da assistência.

- Comitê de Desenvolvimento Dunas: CDD

A inserção no Comitê de Desenvolvimento Dunas se fez em razão de minha inserção como moradora e participante de uma das instituições do Dunas, ou melhor, da igreja católica. Assim, o conhecimento das atividades desenvolvidas no CDD ocorreu a partir de uma proximidade da própria coordenação do Comitê. Desta

forma, a partir da representação da comunidade católica no Observatório de Segurança Social, foi inserida numa outra rede, a Rede Vidadania.

O CDD surgiu no Loteamento como uma organização aglutinadora de propostas para o desenvolvimento local. Contou, para isto, desde sempre, com o apoio de instituições como a Universidade Católica de Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, Associação de Moradores, igreja católica, escola, pessoas da comunidade, entre outros. O longo trabalho desenvolvido no local teve seu início junto à Associação de Moradores, e contou também com financiamentos estrangeiros e nacionais, os quais possibilitaram a construção de um centro de lojas para investidores e comércios locais, bem como de um campo de futebol. Anos mais tarde, ao lado desta construção foi erguido um outro prédio, o qual recebeu o nome de Incubadora do Dunas, que servia como local para a constituição e organização de pequenos empreendimentos profissionalizantes, como a cooperativa de produtos congelados e a cooperativa das costureiras. Recentemente, uma nova modificação imprimiria ao local uma reorientação da identidade, a instalação de um programa de inclusão digital financiado pelo Governo Federal e sob a administração da comunidade local, chamado Casa Brasil; seria o programa singular de investimentos educacionais e culturais, tornando-se o símbolo da ação do CDD.

As atividades desenvolvidas no CDD constituem-se numa rede que se propõe agregar as diferentes instituições que no Loteamento realizam intervenções. A proposta foi organizada com a assessoria da ONG Instituto Universidade da Periferia (IUP), que aprovada em Reunião de Diretoria do CDD se estrutura a partir de quatro grupos temáticos. São eles: Grupo Temático Ambiência Urbana; Grupo Temático Integrado Saúde e Segurança Social; Grupo Temático Educação e Cultura e Grupo Temático Integrado Tecnologias da Informação. Cada grupo encarrega-se de uma série de atividades, de forma que todos se integrem na consolidação do Círculo Cultural de Desenvolvimento Sustentável Dunas, que compõe as referências para o Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Dunas. Ressalta-se que a organização deste plano se insere na busca de reconhecimento do Loteamento como Comunidade Protetora da Vida¹³.

Destacam-se ainda no CDD, a organização, a partir do Grupo Temático Integrado Saúde e Segurança Social, do Observatório de Segurança Social. O

¹³ Trata-se de um reconhecimento dado pela Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas, a locais que se destaquem na preservação, prevenção e cuidado com a vida.

objetivo deste Observatório é de analisar e diagnosticar as situações de violência realizadas no Loteamento, onde a partir de um Banco de Dados, sejam apontadas “suas causas, circunstâncias e conseqüências”, onde já se encontra em fase de implantação o “Registro de Notificação de Ocorrências”.

- Promotoras Legais Populares (PLP's):

O conhecimento das Promotoras Legais Populares ocorreu a partir da minha inserção no CDD, especialmente no Observatório de Segurança Social. As PLP's realizam plantão uma vez por semana no Loteamento, e ocupam uma das salas que serviriam para a instalação das lojas, que estão atualmente desocupadas e servem de sala às Promotoras Legais Populares.

No Dunas e na cidade de Pelotas, as PLP's vinculam-se ao Grupo Autônomo das Mulheres de Pelotas, conhecido por GAMP.

As atividades das PLP's, se dirigem à orientação e esclarecimento das mulheres a cerca dos seus direitos, e isto se realiza através de palestras, oficinas, debates e cursos de capacitação. Através do SIM – Serviço de Informação à Mulher, as PLP's apresentam sua proposta a outras mulheres, e em toda a cidade são três o número destes serviços: Dunas; Posto de Saúde / Areal Fundos e na Associação Beneficiante ABELUPE / Santos Dumont.

- Comunidades Católicas Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Guadalupe:

A particularidade que envolve a relação com os serviços realizados pelas comunidades católicas, é explicada pela minha participação nessas atividades, sendo esta anterior ao ingresso no campo acadêmico.

A comunidade católica Nossa Senhora Aparecida iniciou suas atividades religiosas e de assistência, na década de 1990, praticamente junto ao ano de ocupação do Loteamento. A comunidade foi fundada por moradores do Dunas com o apoio de alguns religiosos da igreja católica, cuja identificação com a Teologia da

Libertação, e, portanto com o movimento das Comunidades Eclesiais de Base – as CEB's, constituíam-se numa característica das ações organizadas.

Os serviços pastorais que ainda permanecem são os seguintes: Pastoral da Criança, Pastoral do Menor e Grupo de Mulheres, além dos religiosos como catequeses e celebrações.

A Pastoral da Criança prioriza em suas ações o acompanhamento de crianças de até seis anos, dedicando-se aos cuidados de pesagens e nutricional, todas as terças-feiras. A utilização do complemento alimentar realizado com cascas de alimentos e certos cereais, bem como sementes, é o referencial desta pastoral na superação dos casos de desnutrição.

A Pastoral do Menor se dirige às crianças a partir de sete anos e também jovens. Realiza oficinas de dança, teatro, canto e instrumentos musicais, além de atividades literárias a partir da biblioteca que fora organizada recentemente, priorizando o protagonismo infanto-juvenil. Atua também na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente, no encaminhamento de situações de violência ou desrespeito ao que prevê o ECA¹⁴.

O Grupo de Mulheres realiza oficinas de trabalhos manuais (bordado, pintura, tricô, costura e crochê). As temáticas de interesse das mulheres são também discutidas neste grupo, como direitos, por exemplo. Em muitos casos, são estabelecidas parcerias com outras instituições como ONG's, de defesa dos direitos das mulheres, permitindo o intercâmbio de informações e acesso aos serviços de assistência. O serviço de Feira de Roupas, coordenado por este grupo, realiza-se uma vez ao mês e dispõe para os moradores do Loteamento roupas usadas a valores simbólicos, como dez, vinte e cinquenta centavos.

- Escolas Municipais:

O loteamento Dunas possui três escolas localizadas em seu espaço geográfico: escola municipal Dunas, Deogar Soares e Paulo Freire.

A escola mais antiga do loteamento, Escola Municipal Dunas, oferece desde o Pré-Escolar até a quarta série do ensino fundamental, além do ensino para jovens

¹⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

e adultos, o EJA. A escola funciona em três turnos, sendo manhã e tarde para as séries regulares e a noite para os jovens e adultos. A escola dispõe de biblioteca e um auditório, além de espaço para o cultivo de algumas hortaliças. Atualmente, esta escola oferece também, em turno inverso ao que estuda o aluno, serviços de apoio escolar, a fim de compensar paralelamente as dificuldades de aprendizagem encontradas por aqueles estudantes. Destacam-se nesta escola os esforços empreendidos pela direção, para a organização de uma banda musical para os alunos, sendo inclusive noticiado na imprensa local a mobilização em torno da iniciativa.

A escola Deogar Soares, de constituição recente, é também denominada de escola modelo. Esta escola apresenta amplas instalações, e é reconhecida, sobretudo pela comunidade que nela estuda, como uma escola que conseguiu estabelecer aproximações positivas com seu corpo discente. Segundo relatos da diretora, em reunião do Observatório de Segurança Social, a escola foi entregue à direção com poucas expectativas de que aquela estrutura se manteria por muito tempo, sobretudo pelo lugar – Dunas, e pelo público – alunos do Dunas.

Já a Escola de Educação Infantil Paulo Freire, localizada ao lado da Unidade de Saúde, orienta suas atenções às crianças de zero a cinco anos. Nesta escola o trabalho de adaptação que é realizado entre mães e filhos, o qual consiste em proporcionar de forma não traumática o desligamento da mãe, merece destaque. Em seu interior, paredes e portas são enfeitadas, e as refeições são feitas em ambiente comum, com cadeiras e bancos em altura adequada aos seus ocupantes. A orientação pedagógica da escola se dá nos moldes da proposta educativa de Paulo Freire, que se faz sentir em toda sua organização, e nas frases de acolhida distribuídas uniformemente nas salas e na porta de entrada.

A análise do perfil das famílias do loteamento Dunas / região administrativa Areal indica uma aproximação em todos os itens investigados da vila Pestano / região administrativa Três Vendas. No loteamento Dunas a faixa etária das mulheres que participaram das entrevistas varia dos 23 aos 48 anos, apresentando-se assim um intervalo de variação muito próximo ao que ocorrera na vila. Quanto às ocupações, a tendência se mantém a mesma que a encontrada na vila Pestano, na medida em que as mulheres vinculam-se estreitamente às atividades domésticas, seja no cuidado com a casa e os filhos, seja nas atividades remuneradas. Há que se

destacar, no entanto, que das 09 mulheres que participaram do estudo no loteamento Dunas, 05 ocupavam-se fora de casa, 03 consideravam-se donas de casa e uma delas denominou-se por “sucateira”¹⁵. O tamanho das famílias varia de 01 a 05 filhos, e nesse caso a situação visualizada na vila Pestano serve mais uma vez como parâmetro comparativo, a de que as famílias abrangem também os netos e genros, para além dos filhos e sobrinhos, casos estes que estavam presentes nas famílias de duas interlocutoras.

Na análise dos programas e serviços da assistência pode-se verificar que o Bolsa Família é recebido por todas as famílias que integraram o universo de pesquisa no loteamento, sendo, portanto, o mais expressivo. Em seguida, se poderia citar diversos programas e serviços que são acessados, como Fome Zero, grupos de mulheres, educação de jovens e adultos, escola de educação infantil, programa agente jovem, programa de erradicação do trabalho infantil e apoio sócio educativo em meio aberto. Esta diversidade indica, portanto, a particularidade das redes de assistência no loteamento Dunas, a qual evidencia os cruzamentos de programas e uma multiplicidade de acessos por uma mesma família.

A forma de acesso nestas redes de assistência se dá, no entanto, de forma interessante, na medida em que se verificam um elevado número de mulheres que se inseriram autonomamente, isto é, sem a indicação de um parente, amigo ou conhecido. O número de mulheres que chegaram aos programas e serviços sem qualquer indicação atinge 05 mulheres das 09 investigadas, o que permite supor uma relação de proximidade e influências recíprocas entre as famílias e as redes de assistência.

- As crianças e as famílias no loteamento Dunas:

Em 1992 iniciei na vila como moradora, em 1996 como militante e em 2003 como pesquisadora, e desde então as crianças fizeram parte desta trajetória; não se precisa procurar muito para encontrá-las porque as crianças simplesmente povoam as ruas, os lugares, as escolas, as famílias e a assistência.

¹⁵ O termo “sucateira” foi empregado por uma das mulheres do loteamento Dunas, o qual designava a função por ela exercida como catadora de materiais recicláveis. Além disso, ela empregou o termo “sucatear” como sinônimo para sua ocupação fora de casa que é a de recolher sucatas.

A constante presença das crianças, pelas ruas do Dunas, foi um fato ao qual sempre dediquei atenção. As brincadeiras que duravam horas, os agrupamentos que se formavam para a realização de certos divertimentos, as pessoas que com elas se envolviam, a movimentação nas escolas, a frequência no posto, a realização de biscates, os caminhos que utilizavam dentro do próprio loteamento tudo podia ser facilmente observado. Assim, parece configurar-se uma fronteira muito nítida do universo das crianças e dos adultos.

As brincadeiras no loteamento são a melhor forma de se descrever este universo. Havia um período em que a moda entre elas era brincar de “blai-blaid”¹⁶, onde se organizavam inclusive campeonatos. Em outros períodos avistava-se, especialmente no verão, brincadeiras como “esconde-esconde”, onde até mesmo adultos algumas vezes avistei entre as crianças, e essas brincadeiras iam até o anoitecer, chegando muitas vezes próximas à madrugada.

As relações de troca e empréstimo de brinquedos entre eles é também uma característica, quando, por exemplo, a brincadeira é de “andar de bicicleta”; o que se vê com frequência é a cedência e mesmo a troca de bicicletas, daqueles que gostariam de andar numa bicicleta mais nova.

Nas estações mais frias, a presença das crianças de forma mais intensa nas ruas é percebida nos horários da manhã e tarde, não sendo tão avistadas durante a noite. A situação se tornava ainda mais freqüente quando as escolas estavam com as atividades paralisadas, professores em greve e crianças sem aula são sinônimos de brincadeira.

A diversão que está entre praticamente todos os grupos de maneira geral, se encontra nos “campeonatos de bolinhas de gude”. Ao longe já se observa os meninos em grupos de cinco ou seis, que traçam com o dedo na areia a linha divisória do território do campeonato. As discussões entre eles são muitas vezes acirradas, onde se percebe que alguns chegam a trocar empurrões. Nestas rodinhas de meninos, eles jogam para brincar ou para ganhar. Quando se trata de um campeonato para brincar, eles chamam de “as brinca”, quando é para ganhar, intitulam-se de “as ganha”. O problema produzido é maior quando o que está em jogo são “as ganha”.

¹⁶ Este brinquedo era produzido pelas próprias crianças, e era montado com uma tampinha de detergente de louça e um cordão barbante. Este brinquedo era uma imitação de um outro que na época fora muito consumido.

A situação das meninas é um pouco diferente. Elas em sua maioria brincam dentro dos pátios das casas, é permitido brincar também no pátio dos vizinhos, mas dificilmente se vê alguma menina participando de um “campeonato de bolinha de gude”. Elas se encontram em certas casas para organizarem a brincadeira, e podem de lá partirem para uma outra se for necessário. Esta situação das meninas é especialmente forte em algumas situações em que a diferença de idade entre irmãos não chega a ser de dois anos, e a menina fica do lado de dentro do pátio, afastada pela grade, observando o irmão jogar “bolinha de gude” na frente da casa com outros meninos, atividade que para ela é interdita.

A presença dos homens no loteamento é também objeto de observações. Em certos horários, como todas as manhãs, entre sete e oito horas, não há como passar despercebida a intensa circulação de homens em bicicletas. A frequência e a proporção dos que se utilizam das bicicletas como meio de transporte para o trabalho é surpreendente. Alguns homens carregam em seus bagageiros os instrumentos de trabalho, e a alimentação do dia, o que os dispensa de retornarem para casa ao meio-dia. Já as mulheres, em sua maioria, carregam bolsas e sacolas nas mãos, e se servem do ônibus como meio de deslocamento, e em alguns casos parte deste deslocamento se faz também a pé.

Quanto aos que não exercem atividades fora de casa, a rotina das casas pode se transformar num indicador importante. Por exemplo, quando chove muitos dias consecutivos, ao primeiro sinal de um ‘dia bom’ as portas e janelas das casas são abertas logo pela manhã, e são cobertas de roupas e sapatos que ficam expostos ao sol para secar. Os varais dispostos em toda a extensão do terreno, geralmente voltados para o local de maior incidência solar, são em dias de sol enchidos várias vezes para dar conta dos dias de atraso com a roupa por lavar.

As mulheres que ficam em casa são as que dedicam a maior parte de seu tempo às crianças. Elas levam ao posto para as pesagens, levam na escola, nos ensaios da banda da escola, nas igrejas. As mulheres são também as que procuram a assistência, realizando visitas frequentes ao CRAS na busca pela sua inclusão nos programas e serviços.

Nas festas comunitárias, realizadas nos campos de futebol do loteamento, em sua maioria organizada pela unidade básica de saúde, pelas igrejas ou também pelos moradores, a presença das mulheres acompanhando as crianças, também é expressiva. Esta atitude se dá nos cuidados, no incentivo às crianças para participar

das brincadeiras e atividades que estejam sendo apresentadas, na atenção às orientações dos coordenadores da festa. São as mulheres que acompanham as crianças de um lugar para outro, do lanche ao sorteio e que descendo as crianças do colo, arrumam as roupas para que possam dançar como sugerido pelo animador da festinha. São as mulheres e as crianças maiores que recolhem em sacolas as garrafas de refrigerante vazias. Mas são as crianças menores, que se utilizam dos copos plásticos que foram dispensados após terem sido tomados os refrigerantes, e que brincam com a areia da quadra de futebol, e com estes constroem casas, “brincam de comidinha” transformando, através da criatividade, o seu universo pela brincadeira.

A análise das brincadeiras das crianças permite compreender as apropriações que elas fazem dos espaços públicos. Não são raras as cenas em que as ruas são interditadas pelas crianças, e menos raras ainda, aquelas em que os adultos incentivam estas relações com o espaço da rua, desviando o percurso, e oferecendo ainda mais espaço para ser apropriado pelas crianças. E nos casos em que as crianças encontram-se institucionalizadas, como a situação daquelas que participam das atividades diárias no ASEMA, o lugar onde ocorrem as brincadeiras, pode ser descrito por um observador distanciado, como um campo baldio, com irregularidades no solo, que muitas vezes é ocupado por cavalos e cachorros, mas para as crianças que dele se utilizam é um *campo de possibilidades*, onde os chinelos de dedos são transformados em traves da goleira, e de um buraco cavado na terra se faz uma cozinha com fogão e panelas.

3 ALTERIDADE, DESIGUALDADE E RECIPROCIDADE

A curiosidade e o interesse que motivaram muitos pesquisadores no Brasil, especialmente na década de 1980, a deslocarem-se para as periferias das cidades e lá estudarem os modos de vida, o trabalho, o lazer, a organização familiar dos pobres (ou das classes populares, das classes trabalhadoras, ou dos também assim nomeados de grupos populares), remonta a um período de efervescência acadêmica que focava tais grupos como objetos de estudo de grande interesse científico. No entanto, observa-se o arrefecimento do interesse dos pesquisadores por esta temática, embora se possa identificar certos representantes que se destacam pela continuidade de suas pesquisas sobre os grupos populares. Em grande medida, as atenções, hoje, se voltam para problemáticas na qual a categoria 'classe' muito pouco aparece, e quando isto ocorre seu conteúdo não é explicitado, pressupondo, portanto, encontrar-se suficientemente esclarecido e suas definições esgotadamente discutidas.

As contribuições advindas dos universos da academia, que constatava em primeiro lugar o abandono teórico da discussão, e da militância, onde se observava a persistência de manifestações etnocêntricas e preconceituosas resultado do contato entre classes, motivou a continuidade do debate daquele período, resultados os quais esta pesquisa deseja expressar.

A preocupação, inicialmente, orientou-se por aprofundar a discussão em torno da pertinência e atualidade da reflexão sobre a *alteridade numa sociedade de classes* nos termos utilizados por Cláudia Fonseca (2000). O ponto de partida da pesquisadora diz respeito à problematização em torno da análise das desigualdades sociais na sociedade brasileira, justamente a partir das conseqüências das eventuais

aproximações que ocorrem entre as classes, geralmente conflitivas e etnocêntricas. Nessas aproximações, observa Fonseca (2000) nossa capacidade de relativização e de compreensão de outras lógicas culturais é testada permanentemente quando no contato cotidiano com as diferenças que se confrontam num jogo que envolve simultaneamente a mim e ao outro (FONSECA, 2000).

Neste capítulo, busca-se, assim, compreender teoricamente as manifestações e os contextos de expressão destes contatos a partir do paradigma do dom, elaborado por Alain Caillé (2002), cuja lógica do dar, receber e retribuir, se constitui na expressão primeira de constituição de vínculos e laços sociais entre sujeitos num dado contexto social. Para além do conceito de mediação, que informa em muitos casos o potencial de domínio de determinados códigos e de trânsito entre universos sociais (VELHO; KUSCHNIR, 2001) se percebe que o dar, o receber e o retribuir assume uma importância que permite extrapolar com interpretações que percebam os sujeitos orientando-se exclusivamente por seus interesses pessoais imediatos, mas antes pretende situar a motivação que coloca estes sujeitos em movimento, em relações de reciprocidade.

A seguir, será apresentado em linhas gerais o debate teórico ocorrido no campo acadêmico-antropológico que situam as diferentes contribuições conceituais de pesquisadores da década de 1980, cuja intenção é a de apreender a multiplicidade de significados que as experiências dos grupos populares atingiram neste contexto de maior atenção em torno da temática. Em seguida, se propõe apresentar os desdobramentos deste debate, problematizando os limites concernentes em adotar certos esquemas conceituais na atualidade, mas também de afirmar a permanência de determinados elementos ainda persistentes e úteis quando se estudam os grupos populares. Finalmente, será exposta a discussão das adoções teóricas que foram empreendidas neste estudo.

3.1 Da diversidade de nomeações às tentativas de encaixe teórico: Classes populares, classes trabalhadoras, trabalhadores pobres e grupos populares na produção acadêmica dos anos 1980

Em larga medida, quando se advoga a manutenção do conceito de classe para a interpretação de determinadas realidades, há praticamente a constituição de

um senso comum acadêmico, no qual se associa o termo estritamente ao seu aspecto econômico, de sujeitos que compartilham de um mesmo lugar nas relações sociais de produção, e que vivem portanto nas mesmas condições sociais e por isso compartilham de um mesmo universo de significados culturais. Nesta concepção desconsideram-se outros níveis de interpretação, e aos sujeitos trabalhadores, ou então proletários, operários, é reservado o papel de protagonista, de vanguarda diante da necessidade de superação do modo de produção capitalista.

Esta forma de analisar os fenômenos sociais, visando transformações sociais, é apontado por Boaventura Santos (2006) como uma característica das ciências sociais, na qual está implícita a relação do pesquisador com seu objeto de estudo:

[...] o campo gnoseológico da compreensão e da explicação da sociedades do presente é distinto do gnoseológico da direcção da transformação desta. As ciências sociais da modernidade sempre tenderam a confundir os dois campos. Apesar de se guardarem de um tradução organizada das suas idéias em processos de transformação social, Max Weber e Durkheim não se coibiram de fazer previsões e de apontar direcções desejáveis ou indesejáveis de transformação social (SANTOS, 2006).

A insatisfação com o modo de produção capitalista moveu esforços teóricos em proporções nem sempre calculáveis, e uma dessas conseqüências não mensuradas foi a idéia de que os sujeitos que mais sofreriam a ação de exploração pelo capital seriam os que mais teriam condições para o superar. Na continuidade histórica o que se verificou foi que com a desilusão advinda do fracasso socialista, as utopias ao redor da classe operária foram se desfazendo e as atenções voltaram-se então para novas temáticas e problemáticas teóricas, as quais se dispuseram a organizar outras perspectivas interpretativas, como por exemplo, unidade e fragmentação, manifestações do fim das grandes narrativas.

Como então se ancorar em um conceito diante de tal descrédito? Em campo, as entrevistas mostravam que as famílias se utilizavam de estratégias para inserirem-se em programas sociais de assistência, indicando assim que não mais estavam vinculadas formalmente ao mercado de trabalho. Como explicar as estratégias dos catadores de materiais recicláveis, ou sucateiros, como muitos se auto denominam? Eles não batem ponto, não recebem seguro-desemprego, não apresentam relação formal com o Ministério do Trabalho, mas possuem estratégias que os incluem numa rede social de manutenção familiar, onde o trabalho, estendido

a todos os membros da família, é acionado como uma maneira de burlar a exclusão do trabalho formal, e é visto como um valor buscado e valorizado por todos.

A importância dos vínculos familiares, do valor do trabalho e da importância das crianças para a constituição das relações sociais, justifica nesta pesquisa a pertinência da discussão sobre cultura de classe, mas focando-se de maneira particular nas discussões do campo antropológico, cuja concepção de “grupos populares”, incorpora, para além do aspecto econômico os significados culturais implícitos na configuração deste sistema de valores.

Os estudos realizados no Brasil que se dedicavam a investigar as classes trabalhadoras suscitavam, em geral, discussões teóricas que tinham como referência básica a luta de classes. Por esta razão, apresentavam-se análises que enfocavam mais os desvios da experiência brasileira frente ao cenário europeu desenvolvido, do que propriamente a sua especificidade. Nestas investigações sugeria-se que a experiência de classe trabalhadora brasileira se dava tutelada ao Estado, e numa espécie de apatia dos trabalhadores em virtude da sua falta de consciência de classe. Certas categorias como a de populismo e clientelismo, exemplificam de forma típica como determinados pesquisadores percebiam a crescente visibilidade destes grupos, bem como a forma própria de participação política destas camadas populares no país.

Em outro campo de produção, como na história, verifica-se por outro lado, tentativas de criatividade e de superação de análises deterministas e causais, entre as quais se encontram abordagens como a de Ângela Gomes (2001), que se constitui num exemplo de interpretação diferenciada sobre as relações entre trabalhadores e Estado. A partir da categoria *trabalhismo*, a pesquisadora recoloca em termos novos esta relação, que segundo ela se estabelece mediada e não subjugada como propunham as análises até então.

O sociólogo Boaventura Santos (2006) analisa o potencial criador de certas correntes que se desenvolveram fora dos países centrais. Defende que os impactos da dissolução da utopia socialista não se fizeram tão pronunciadas em países periféricos, o que em grande medida contribuiu para a ampliação e diversificação de produções alternativas nestes países, situação contrariamente diferente daquela encontrada na Europa, de arrefecimento de certas abordagens e de reavaliações nas condições de possibilidade de uma verdadeira opção socialista.

No Brasil, o movimento de deslocamento que se apontou na representação dos trabalhadores com a influência do pensamento de Ângela Gomes se faz de maneira conjunta com outras disciplinas, seja na antropologia, na sociologia ou na história. A perspectiva utópica, contudo, não foi abandonada, mas sim, pensada a partir de um referencial teórico de produção nacional.

A preocupação destes estudos dava-se naquele período (1980 – 1990), sobretudo pela possibilidade de ascensão de um novo sujeito político, o qual servisse de contraponto ao Estado autoritário (DOIMO, 1995). A imagem produzida nestes estudos refletia assim a preocupação dos intelectuais com uma pesquisa academicamente engajada com a transformação social (SADER; PAOLI, 1986), e que colaborava para ‘o’ acontecimento histórico da sociedade brasileira.

Este movimento de renovação da academia brasileira não ocorreu de modo isolado, mas em sintonia com as novas perspectivas que partiram da Inglaterra a partir da década de 1950. Neste sentido, o afastamento de uma postura teórica que se propunha compreender as desigualdades sociais em torno de referenciais como a luta de classes, encontrava apoio na influência dos *Estudos Culturais*, corrente teórico-interpretativa que inicia suas reflexões na Inglaterra na década de 1950, mas que aporta na América Latina, anos mais tarde, em 1970.

Os Estudos Culturais, sob a influência de três pesquisadores – Hoggart, Williams e Thompson, se propunham relativizar as concepções marxistas, sobretudo partindo da referência do conceito de cultura como suporte teórico para interpretações dos grupos sociais. A partir da orientação de um novo conceito de cultura que se pretendia dinamizar as relações sociais, dando lugar a diferentes manifestações culturais, o estudo do ‘popular’ atinge patamar de legitimidade e visibilidade, complexificando consideravelmente as discussões teóricas a respeito do estatuto destes grupos:

Em linhas gerais, os estudos culturais estão, sobretudo, preocupados com as inter-relações entre domínios culturais supostamente separados, interrogam-se sobre as mútuas determinações entre culturas populares e outras formações discursivas e estão atentos para o terreno do cotidiano da vida popular e suas mais diversas práticas culturais (ESCOSTEGUY, 2001).

As frentes de estudo inauguradas pelos estudos culturais apresentam seus reflexos também no contexto brasileiro. No país, diversos pesquisadores se

deslocaram a fim de estudar de perto os modos de vida, as dinâmicas sociais e compreender assim as origens do fracasso das explicações anteriores:

Surge então um período de impressionante produção sobre as camadas populares. Os mais brilhantes estudantes se dirigem aos bairros da periferia para estudar as dinâmicas culturais próprias desse meio: a música, os circos, os clubes de futebol, a organização familiar, as formas de organização política, etc. [...] Os termos marxistas (“forças de produção”, “capitalismo”, “classe operária”) cedem o lugar a uma discussão sobre o “popular” (a “cultura popular”, os “grupos populares”, os “bairros populares”...) (FONSECA, 2000).

As reações a estas posturas teóricas tiveram como resposta a adoção de um novo referencial teórico-metodológico que objetivava a compreensão dos modos de vida destes sujeitos, sua relação com o poder político e suas formas de organização próprias.

A perspectiva antropológica insere-se assim, neste movimento mais geral dentro da academia, para pensar as especificidades dos modos de vida dos sujeitos de classes trabalhadoras, tendo como enfoque as práticas cotidianas, as vivências familiares, as opções de lazer e a constituição do trabalho como valor para estes sujeitos. A seguir, serão expostas as categorias e temáticas das pesquisas realizadas por certos pesquisadores que optaram por uma abordagem antropológica em seus estudos naquele contexto.

A preocupação de alguns pesquisadores como Magnani (1984), que se voltam às manifestações populares relativas ao lazer, procurando nelas uma forma de compreender estes sujeitos em suas atividades cotidianas, é um dos muitos exemplos de pesquisadores que estão comprometidos com a discussão de outras relações dos trabalhadores com o universo social, afastando-se, assim, das recorrentes análises que os vinculavam pressupostamente ao universo do trabalho e das lutas políticas. Em sua obra “Festa no pedaço”, Magnani (1984) discute a descoberta da periferia enquanto um espaço privilegiado para operar o deslocamento da associação entre os sujeitos e a política. Nas palavras do autor:

Apesar do interesse despertado ultimamente pelas condições de vida das populações dos bairros periféricos, suas associações e movimentos reivindicatórios, existe, entretanto, toda uma realidade que faz parte do cotidiano dessas populações, mas que normalmente escapa às atenções e foge do interesse político imediato [...] (MAGNANI, 1984).

Neste caso, se exemplifica a tendência crescente na época de retirar o peso relativamente grande de atribuição dos trabalhadores enquanto agentes de transformação social, e de atribuir-lhes uma compreensão de mundo com lógica específica, e, portanto dotados de capacidade crítica-reflexiva a cerca das condições que os cercam. Em outras palavras, consistia em interpretá-los em sentido inverso ao que até então estava instituído, de compreendê-los não só enquanto reação às determinações estruturais e econômicas. Esta perspectiva afirmava que limitados não poderiam ser os trabalhadores, mas sim os conceitos com os quais se tentavam explicar os seus modos de vida. A utilização da categoria *classes populares* pelo autor, reforça sua adoção teórica, e põe em questão a associação destes grupos a programas revolucionários de transformação social, sem, contudo perder de vista a particularidade daquele universo social. Por fim, Magnani (1984) acompanhando a perspectiva de Eunice Durham (CARDOSO, 1986) chama a atenção para o nível de preocupações que deve estar presente quando se estudam estes grupos, sugerindo que os “fatores culturais” não podem ser descartados para a devida compreensão destes modos de vida, tem-se assim o trânsito entre ideologia e cultura.

A pesquisadora Eunice Durham serve também de exemplo ao que no período era investigado em termos de universo dos grupos populares. Na publicação de um artigo denominado “*A pesquisa antropológica com populações urbanas*” encontram-se argumentos que figuram em favor de uma revisão na teoria e nos métodos que serviam de referencial para as pesquisas antropológicas do período, as quais eram responsáveis por certas relações contraditórias no fazer etnográfico o que Durham (CARDOSO, 1986) denominou de “*deslizes semânticos*”. Para tornar mais clara sua defesa a autora exemplifica, a partir da questão de classe, o quanto a mesma tem estado ausente nas produções antropológicas, conseqüentemente tornando-se problemática a “relevância dos resultados para a problemática das classes” (DURHAM, In: CARDOSO, 1986).

De maneira singular, a autora indica a direção para onde tais problemas apontam dentro do campo de pesquisa antropológica. Nas palavras da autora:

Os deslizes semânticos que foram apontados como uma característica da produção antropológica recente parecem estar indicando a procura de novos caminhos a partir de uma alteração no significado de conceitos tradicionais. Entender esse processo e explicitar essas alterações constituem o início da reflexão mais sistemática sobre os novos rumos que a antropologia está buscando (DURHAM, In: CARDOSO, 1986).

Prosseguindo na lógica destes estudos, outro exemplo se encontra nas contribuições da antropóloga Alba Zaluar (1985). Nos estudos desta autora, são marcantes as preocupações com a dissolução da associação entre *trabalhadores pobres*¹⁷ e alienação. Sendo assim, sua atenção se volta para a discussão entre ideologia e cultura, a qual defende a existência de uma ideologia própria aos trabalhadores. Segundo a autora, o conceito de ideologia deve estar conjugado ao de ação, ou seja, a idéia é constitutiva da prática (ZALUAR, 1985) e, portanto, cada ação realizada pelo sujeito deve estar integrada com a compreensão que desta se tem. Assim, para a pesquisadora, os *trabalhadores pobres* distanciam-se das categorias alienação e reprodução dadas em especial pela massificação dos meios de comunicação, na medida em que são dotadas de uma ideologia própria. Ao provocar este deslocamento analítico, a autora se afasta das construções reprodutivistas da sociologia da comunicação, e se aproxima do conceito de hegemonia gramsciano, que possibilita redimensionar a análise, permitindo assim a adoção da categoria analítica diversidade.

A consideração da diversidade cultural frente às concepções da realidade social destes grupos, é por Alba Zaluar (1985) pensada, a partir das reações que apresentavam estes sujeitos diante de um dado contexto. A autora compreende que vivenciando um dado contexto social, estes sujeitos são capazes de realizar reflexões e avaliações, respondendo a partir de seus referenciais, afastando-se assim de perspectivas que os percebiam como passivos e alienados, os quais respondiam conforme orientações ideológicas alheias. Nas palavras da autora:

São realidades dinâmicas que contam com um núcleo de bom senso fundado na observação direta da realidade que torna possível o desenvolvimento de uma consciência de si autônoma [...] Como não é um todo uno, convive com a diversidade, o conflito, a contestação, a dúvida e o riso dos que, mesmo sem serem reconhecidos como intelectuais, pensam sobre o que lhes acontece e participam ativamente do processo de produção dos significados sociais (ZALUAR, 1985).

Já em outros trabalhos, como o de Carmem Cenira Macedo (1985) a importância de família é interpretada como um elemento preponderante na organização e expectativas dos projetos de vida de *famílias operárias*. O apoio do grupo familiar torna-se o suporte indispensável para a ordenação das experiências

¹⁷ A autora se utiliza deste termo como forma de apropriação das categorias nativas, priorizando as falas de seus informantes. Este termo, no entanto, carrega consigo uma oposição fundamental, que é referida pelos informantes pela idéia de bandidos.

cotidianas. Assim, os membros destes grupos movimentam-se socialmente e criam determinadas expectativas em detrimento de outras, pelos valores recebidos através da família, o que se torna possível para a autora a partir da compreensão dessa como “alicerce para a atuação na sociedade” (MACEDO, 1985).

As preocupações de uma outra antropóloga se dirigem especialmente para a compreensão da constituição de uma identidade de trabalhador, sobretudo no universo masculino. Simoni Guedes (1997) enfoca as estratégias utilizadas pelas famílias na condução dos projetos profissionais entre jovens de *classes trabalhadoras*, e apresenta as escolhas realizadas diante do campo de possibilidades existente para tais sujeitos. A direção dada às carreiras profissionais conjuga, por um lado, o valor do trabalho como ação física, que requer força e vigor corporal e por outro, prioriza a qualificação educacional que corresponda àquele valor, ou seja, a realização de estudos profissionalizantes.

Neste rol de pesquisas, encontra-se também a influência de Dias Duarte (1986), que associa suas preocupações a um esforço de organização do estatuto das *classes trabalhadoras*, em especial pelo contraponto que estabelece entre as noções de hierarquia e igualdade.

A contribuição de Duarte (1986) ao estudo da sociedade brasileira se faz nos termos da teoria da hierarquia proposta por Dumont (1985; 1992). A abrangência da obra de Dumont (1985; 1992), muito embora sejam realizadas as ressalvas quanto ao contexto de análise, em muito contribuiu para o conhecimento dos modos de significação das *classes trabalhadoras*, e permitiu a Duarte (1986) a construção de um modelo explicativo para a sociedade brasileira, o qual se propunha relativizar os atributos qualificadores desta como uma sociedade moderna, que sob a regência de um ideário individualista apresenta suas fraturas a partir da presença de grupos com estatuto holista / hierárquico, como o das *classes trabalhadoras*.

Em Duarte (1986), a relativização do ideário moderno é feito em termos da discussão desta *cultura das classes trabalhadoras urbanas*. Para este autor, sua existência requer a relativização da construção social da pessoa moderna. Neste sentido, o que deseja imprimir é que o discurso do individualismo não abrange igualmente todas as sociedades, nem mesmo dentro de cada sociedade em particular. As concepções de indivíduo moderno, (DUARTE, 1986), são insuficientes para dar conta, por exemplo, da experiência de uma cultura de classe.

O interesse deste autor é demonstrar a perspectiva holista, convivendo numa sociedade moderna / individualista, cuja expressão se verifica na orientação de determinados grupos segundo *valores* específicos, que integram os sujeitos numa relação ao todo, onde:

[...] a qualificação aqui reiterada da cultura das 'classes trabalhadoras urbanas como hierárquica, holista, não individualista, não é uma afirmação universal, mas se prende intrinsecamente às propriedades de situação do meu discurso e da minha comparação. Do meu discurso e da minha comparação porque neste caso – e não em outros – essas situações se superpõem na designação do individualismo, como critério e fronteira (DUARTE, 1986).

A perspectiva moderna abandona, justificando-se na ciência, tudo o que não pode ser medido e apreendido fisicamente, assim dissociados, os valores passam agora a ser manipulados pelos homens, ocupando segundo esta concepção, um lugar de subalternidade, na medida em que o indivíduo emerge enquanto categoria.

A compreensão de *igualdade* ordena idealmente a relação entre os homens. Opondo-se às noções de prestígio e divindade, que orientavam as posições de poder na Antigüidade, os filósofos modernos rompem totalmente com as posições hierárquicas, adotando uma concepção de igualdade abstrata.

Em resumo, a ruptura que a modernidade operou na configuração de valores das sociedades tradicionais dissociou o valor e o ser, que a partir de então, renegou a hierarquia como ordenamento do social, passando a ser o *sujeito individual* a grande descoberta de uma sociedade que se reorientou segundo a dimensão da igualdade.

Assim, distinguem-se duas ideologias orientadoras das relações entre sujeitos nas sociedades: a ideologia das sociedades tradicionais (holismo) e a ideologia das sociedades modernas (individualismo). No primeiro caso: “[...] o valor de uma entidade está, pois, numa estreita relação de dependência em face de uma hierarquia de níveis de experiência onde essa entidade se situa” (DUMONT, 1985). No segundo caso, a ideologia individualista acaba com a relação de totalidade entre ser e dever ser, que dissociados elevam o sujeito, o ser, na sobreposição ao sistema de valores que ordenam a relação entre as pessoas.

As argumentações apresentadas por Dumont (1985; 1992) permitem realizar estas operações e compreender que a ideologia moderna é uma, entre as diferentes formas de ‘ser’ das sociedades humanas. Assim, este autor recupera o sentido do

‘valor’ para as sociedades tradicionais, em contraponto com as sociedades modernas que pelo viés científico acabaram por dissociar ser e valor. A ideologia tradicional, na qual os valores e as idéias se unem para organizar as relações sociais permitem assim compreender o lugar das *relações hierárquicas*, relacionando a parte ao todo, numa oposição simétrica (DUMONT, 1985).

Para Dias Duarte (1986) seriam, então, as *classes trabalhadoras urbanas* as portadoras, na sociedade brasileira (individualista) de um estatuto holista. Assim, valendo-se da *hierarquia* como idéia-valor para estas classes, parte do princípio que a ordenação simbólica dos universos culturais, se apresenta como limite para a interpretação teórica, isto é: “sinal dos embaraços que tem cercado o desencontro entre as valorações exógenas sobre as classes trabalhadoras e sua cultura e as marcas e valores simbólicos sobre que efetivamente pautam sua visão de mundo” (DUARTE, 1986). Tais desencontros se apresentam como elementos motivadores para as reações de estranhamento, presentes em diferentes estudos sobre as *classes trabalhadoras*, apresentando-se, desta forma, como limites e muitas vezes tendo por consequência a *incomunicabilidade*.

As exemplificações realizadas do contexto da década de 1980 singularizam um período fortemente marcado pela intensa produção acadêmica a cerca das realidades dos sujeitos de grupos populares. Estas preocupações correspondiam de forma generalizada à necessidade de expansão das análises que até o momento eram realizadas, as quais abarcavam conceitos que continham de certa forma um conteúdo eminentemente político, de construção de uma nova ordem social, a qual viesse rechaçar as formas até então estabelecidas entre Estado e Sociedade. Neste sentido, a abordagem antropológica ocupa uma posição importante neste alargamento das interpretações, ao perceber as experiências das *classes populares / classes trabalhadoras / trabalhadores pobres e grupos populares* como uma experiência social singular, contextualizada, a situam como parte da heterogeneidade e da diversidade cultural, características de formações sociais.

Na continuidade, já na década imediatamente posterior, a de 1990, a produção bibliográfica começa a dar sinais de que os conceitos defendidos na produção acadêmica de 1980 necessitavam ser revisados, sobretudo porque de certa forma já se apresentavam insuficientes para interpretar as transformações de sentido que estavam sendo percebidas nas relações sociais entre classes.

Tem-se assim que certas análises não mais percebiam a necessidade de manutenção de demarcação das fronteiras entre grupos sociais desiguais, como se percebia nas décadas anteriores. Assim, é defendido por Dias Duarte (2001) a adoção de termos mais abrangentes para abarcar a diversidade de manifestações culturais dos *grupos populares*, bem como de suas relações com os demais grupos sociais:

[...] tampouco se encontra critério unânime para delinear as zonas de transição entre os dois grupos. Eu, próprio, em trabalhos antigos, procurei descartar como impreciso o uso de 'classes populares' para designar o pólo que mais se afasta de nossas representações – intelectuais de classe média, considerando mais sustentável a categorização de 'classes trabalhadoras'. Posteriormente, [...] acabei por utilizar também o designativo menos preciso de classes populares. Dadas as dificuldades de determinação das fronteiras desses espaços culturais, hoje parece-me melhor utilizar justamente a expressão menos precisa (DUARTE, 2001).

A perspectiva antropológica defendida por Cláudia Fonseca torna-se importante neste estudo pela particularidade com a qual interpreta os *grupos populares*. A autora advoga em favor da manutenção das diferenças de classes a partir da discussão da alteridade numa sociedade de classes (2000), problematizando sobretudo os contatos entre classes, analisados pela pesquisadora como preconceituosos e etnocêntricos na maioria das vezes, sobretudo porque resultantes das desigualdades sociais da sociedade brasileira.

Defende como necessária para a compreensão dos *grupos populares* a apreensão da lógica específica das “escalas inferiores da sociedade de classe” (2006). Defende a autora que no estudo destes grupos não se perca o foco nas “matrizes simbólicas que ressaltam a especificidade dos grupos subalternos”. Em outra obra (FONSECA, 2000) apresenta o modo como a investigação qualitativa antropológica com os grupos populares é operacionalizada a partir do referente *cultura popular*, na qual a autora se utiliza de contribuições de Michel De Certeau:

Ele, como nós, escolhe como alvo de análise a criatividade nas práticas comuns da vida cotidiana. [...] Postula que “deve haver uma lógica dessas práticas”. [...] Em outras palavras, sem negar a influência da cultura hegemônica, De Certeau nos lembra que existem dinâmicas culturais, nascidas no *sens pratique* da vida cotidiana, dignas de estudo (FONSECA, 2000).

Os esforços teóricos e metodológicos operados pelos pesquisadores da década de 1980, arrefecem, e são reconhecidos por Cláudia Fonseca (2000) como

parte de um processo em que se instaura um *silêncio discursivo* nas Ciências Sociais quando se trata de analisar as relações de classe no Brasil, uma ruptura acadêmica diante dos esforços de interpretação empenhados por muitos. As críticas da pesquisadora reforçam a necessidade de se pensar sobre este distanciamento da discussão da temática de classe, o que trouxe como consequência a existência de lacunas nas tentativas de organização de um conhecimento mais sistematizado para a discussão sobre as desigualdades na sociedade brasileira, rompendo assim com qualquer possibilidade de consolidação de um campo de estudos sobre *grupos populares* no Brasil. Na atualidade as atenções se voltam para outras questões, que em grande medida trazem como consequência a invisibilidade desta temática e destes sujeitos para o pensamento social.

A partir destas constatações é possível pensar que as desigualdades sociais nestes termos tenham deixado de exercer influência na vida destes sujeitos e se tenha constituído em algo de menor importância, e justificado assim o abandono acadêmico do conceito.

Provocações dessa ordem vêm de Patrice Shuch em seu artigo sobre diferença e desigualdade, publicado em 2003. Para a autora, as questões centrais para a análise do florescimento da categoria etnia e apagamento da classe, se devem em grande medida pelas opções teóricas operadas pelos pesquisadores, porque ambos os conceitos são analíticos e políticos. É saliente a discussão de cultura, que embora não explicitamente colocada é situada como norteadora das opções de análise dos conceitos, ou seja, ou se orienta pela via da cultura enquanto conceito homogêneo e com caráter de unicidade, ou se o percebe como heterogêneo, primando pela discussão teórica e metodológica sobre a diversidade. Levando em consideração este segundo, sugere Patrice que se estabeleça também a inclusão da desigualdade e não somente da diferença, priorizando diferentes recortes sobre os quais se analisa o social: “Pensar sobre tais questões pode ajudar a refletir sobre o caráter dinâmico e complexo das culturas, recortadas não apenas por uma série de diferenças, mas também por inúmeras desigualdades sociais” (SHUCH, 2003).

De maneira particular, conforme a autora, a abordagem em termos de classe, influenciada fortemente pela teoria proposta por Karl Marx, debruçava-se sobre as *diferenças de classe*. Na oposição proletários e burgueses, a análise desta relação sublinhava as diferenças que eram percebidas economicamente,

denominando-os respectivamente de proprietários dos meios de produção e proprietários da mão de obra.

A interpretação das diferenças nestes termos ocorre estritamente em termos das *desigualdades*, servindo a revolução socialista como uma forma de superação de tais *desigualdades*. Para Schuch (2003) esta análise, ao priorizar as condições materiais de existência, e, portanto enfatizar as desigualdades daí resultantes, tinha por objetivo transcender a realidade, e não produzir um conhecimento científico a cerca das particularidades entre ambos, daí as construções sobre os trabalhadores se constituírem mais como denúncia das condições desiguais de acesso aos bens e riquezas, do que uma compreensão das particularidades de um e outro. Nas palavras da autora:

Mesmo destacando os conflitos, lutas e clivagens sociais, diferentemente da perspectiva positivista com sua ênfase na ordem, a análise marxista também dá um peso superior à realidade estrutural e objetiva – as estruturas econômicas externas aos sujeitos – em detrimento das variáveis subjetivas, ao mesmo tempo em que limita sua análise da sociedade com um modelo e explicativo de superação da ordem capitalista que é justamente baseado num de seus pressupostos ideológicos: a importância da economia (SCHUCH, 2003).

Embora se perceba atualmente as limitações teóricas da perspectiva marxista, deve-se pensar a influência que esta causou na produção acadêmica brasileira.

Assim, grande parte das construções teóricas sem refletir sobre as consequências políticas de certas opções conceituais, acabou por pensar as diferenças sociais exclusivamente em termos de desigualdades econômicas, interpretando estes sujeitos e suas vivências preferencialmente através deste viés.

As lacunas temporais verificadas na produção de estudos sobre as dinâmicas de classe no Brasil, são percebidas por Fonseca (2000) como um movimento global de preocupações que se deslocam ao *politicamente correto*, voltado assim para questões de etnia e gênero, deixando a temática de classe, quando evocada, tratada como um apêndice relativo às questões enfatizadas como mais importantes. Na perspectiva da autora uma avaliação comparativa torna-se fundamental para a compreensão e percepção deste argumento:

Já foi amplamente comentado como, na época, o excesso discursivo levava os pesquisadores a “ver” a cultura popular mesmo onde ela não existia. Podemos então perguntar se, no atual clima de euforia neoliberal, os pesquisadores não fazem o extremo oposto, considerando o *silêncio*

discursivo como prova da ausência de qualquer realidade distintiva (FONSECA, 2000).

A orientação atual dos estudos sobre classe no Brasil, discutido também por Cláudia Fonseca (2006), é oriundo de análises realizadas em camadas médias. As contribuições de Gilberto Velho e Karina Kuschnir (2001) devem ser inseridas a partir deste esforço de continuidade da discussão na produção acadêmica brasileira. A partir do conceito de *mediação*, estes autores estudam as possibilidades de comunicação e aproximações entre vivências de sujeitos de classes sociais diferentes, apresentando da mesma forma os limites e tensões estabelecidos no contato interclasses.

Assim, neste trabalho, a *mediação* deve ser compreendida como: “a possibilidade de lidar com vários códigos e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose” (VELHO; KUSCHNIR, 2001), o que permite investigar outras lógicas culturais e regras sociais nem sempre conhecidas em relação aos sujeitos, tanto famílias quanto profissionais da assistência, o que os habilitam a realizarem deslocamentos e estabelecerem diálogos.

Neste sentido, de acordo com os autores acima citados, é necessário pensar a categoria em si, como “processo de comunicação cultural no sentido mais amplo”. Contudo, desigualdades e conflitos também se apresentam como elementos em disputa, mas se devem considerar as mediações como “uma ação social permanente, nem sempre óbvia, que está presente nos mais variados níveis e processos interativos” (VELHO; KUSCHNIR, 2001), onde alianças e rupturas são possibilidades a serem negociadas constantemente.

Complementar à perspectiva adotada por Gilberto Velho e Karina Kuschnir (2001), o pesquisador Luiz Fernando Dias Duarte apresenta as possibilidades e os limites das relações de mediações, e aposta na reprodução da configuração hierárquica e desigual para a compreensão destas no contato entre grupos. Referindo-se às mediações entre grupos e sobre como se dá “essa capilaridade, essa mediação entre os dois pólos da grande divisão” (DUARTE, In: VELHO; KUSCHNIR, 2001), o autor defende a permanência das desigualdades e hierarquizações sociais nestes contatos:

Isso é, sobretudo, importante se nós pensarmos no fato de que a relação entre as duas metades do 'grande divisor' é sempre hierárquica, uma superior em relação à outra. Elas nunca têm uma relação de igualdade, em nenhuma circunstância das situações históricas da nossa cultura (DUARTE, In: VELHO; KUSCHNIR, 2001).

Em grande medida a compreensão destes contatos sociais se pauta em torno dos limites da comunicabilidade, confirmando as conclusões apresentadas por certos pesquisadores, as quais se referiam a diferentes experiências de subjugação e submissão de uns grupos sobre outros, geralmente aqueles que apresentavam condições econômicas consideradas superiores no conjunto da sociedade. Assim, as possibilidades de comunicação e interlocução entre desiguais diante deste quadro se tornam remotas, ou quando existem limitam-se a ocorrer de forma unilateral, dando continuidade às relações de desigualdade entre classes, onde a existência de “trânsitos entre mundos” se dá de maneira unilateral e parcial, reproduzindo as assimetrias sociais, as quais inviabilizam em grande medida atravessamentos ou pontos de contato. A posição defendida por Cláudia Fonseca e Jurema Brites (2006) traduzem o que se deseja discutir:

Implícito no uso do termo mediação, é o axioma de que existem fronteiras simbólicas a serem negociadas, inclusive de classe. No entanto, quando se trata de sujeitos de origem modesta, a ênfase destes estudos tende a ser em trajetórias *individuais* (de algum músico ou artista popular), com a estrutura de classe servindo como pano de fundo. Quando o enfoque desloca-se para categorias sociais – empregadas domésticas e suas patroas – a ótica de análise favorece o território das dominantes, i.e., a casa das patroas. [...] a preocupação desses pesquisadores não é em geral com uma análise da mediação vista de baixo para cima (FONSECA; BRITES, 2006).

As conseqüências de adoções teóricas dessa natureza, como se sabe, influenciam de maneira frontal a interpretação do material de campo, e orientam os resultados que se deseja discutir. A encruzilhada teórica vivenciada neste trabalho remeteu ao seguinte paradoxo, ou se acomodava a tal orientação ou se permanecia com as inquietações teóricas durante o processo de pesquisa. Optou-se pela segunda via.

Orientando-se por esta crítica, se reconfigura a perspectiva teórica deste estudo. A fim de contemplar a constituição dos vínculos e laços sociais (dar, receber e retribuir) como fundamentais para a compreensão das relações entre famílias e redes de assistência, percebe-se que as relações de mediações só se realizam na

medida em que o 'receber' os benefícios sociais pelas famílias já se estabeleceu, já existindo, portanto, a inclusão nas redes de assistência. A seguir se discutirá as adoções teóricas que permitiram a compreensão dos universos investigados, primando pela apresentação do paradigma do dom (dar, receber e retribuir), para posteriormente apresentar como as mediações são estratégias de inclusão de outras famílias neste universo de reciprocidades. Além de considerar a importância dessas aproximações e negociações como condição necessária à eficácia das ações desenvolvidas por profissionais e voluntários.

3.2 Sobre o dar, o receber e o retribuir

A trajetória dos conceitos situados segundo a perspectiva antropológica possibilita discutir a particularidade cultural como uma questão fundamental para a compreensão das dinâmicas dos grupos populares. Considerar os modos de vida destes sujeitos como hermético à interlocução com outros sujeitos e com outras experiências de um lado, ou totalmente aberto à reprodução das determinações estruturais, se apresenta como igualmente limitante para o reconhecimento de outros modos de ser, estar e compreender o outro.

Na história da produção acadêmica brasileira, emprestaram-se diferentes nomeações para categorizar os sujeitos situados na posição mais baixa da hierarquia social bem como suas experiências: classes populares, classes trabalhadoras urbanas ou trabalhadores pobres; as quais buscavam romper com interpretações restritas sobre as formas de 'ver' e 'interpretar' este 'outro' cidadão brasileiro.

Se nos remetermos ao início deste capítulo quando se discute a proximidade entre o conceito de classe e as imagens que ele nos remete, sobretudo reificadas como luta de classes e alienação, compreende-se que a idéia implícita é a de que os homens pouco ou nada podem contra as estruturas sociais que lhes pesariam sobre as individualidades como sujeitos, ficando numa situação de reprodutores de uma ordem injusta, onde nada questionam, nada reagem e nada possuem. Tudo lhes é ilusão, a família, a religião, os vínculos servem como reprodução de algo do qual

não têm consciência, e, sendo estes, os trabalhadores, os que mais viriam a sofrer com esta ordem, restaria apenas a luta e o confronto como opções para superação das injustiças e desigualdades.

A teoria social em muitos casos, também desconfiando destas hipóteses procurou encontrar respostas mediadas entre a ação dos indivíduos e a estrutura social, meios caminhos entre um extremo e outro, e em alguns casos apontou a importância dos vínculos familiares entre as classes populares como sinal de superação desta ordem, como apresentou Alba Zaluar (2004) em seu estudo sobre família, consciência e ideologia, em que ao analisar a bibliografia sobre o assunto conclui que a valorização da família é um fenômeno recorrente em outras sociedades, sendo, inclusive, independente da situação de industrialização em que esta se encontre. Deve-se considerar, no entanto, que ao apresentar o texto a própria autora solicita aos leitores que considerem o período histórico em que o mesmo foi produzido, num contexto intelectual de forte influência marxista na academia brasileira.

Nesta observação se percebe, tal como ocorreu em Dias Duarte (1984) que as teorias elaboradas apresentaram, pouco tempo depois, sinais de insuficiência para dar conta da diversidade cultural brasileira.

Os questionamentos que foram reproduzidos neste estudo, só se tornaram inteligíveis na medida em que se passou a questionar a relevância de certas categorias. Pode-se perceber, a partir do contato com estas produções mais recentes, que a discussão que se estava pautando dizia respeito a relação indivíduo - sociedade, e remontava em grande medida as críticas destas determinações conceituais. Ou devotamos tudo aos indivíduos em suas escolhas racionais, ou tudo às estruturas com suas determinações simplistas. Neste ponto da reflexão, começa a ficar mais evidente a discussão realizada em Dias Duarte em que o dualismo individualismo – holismo, não se apresentava mais do que uma tradução e releitura deste paradoxo.

A superação deste esquema dual é organizado e proposto por Alain Caillé (2002). Sua obra remonta este debate teórico, e apresenta uma terceira alternativa a este problema que vem acompanhando as Ciências Sociais. Em uma análise aprofundada, Caillé propõe uma releitura da obra de Marcel Mauss, procurando nela elementos para a construção de um novo paradigma para esta área do conhecimento, o que ele denominou de *paradigma do dom*.

A distância deste paradigma aos demais, tanto o holista quanto o individualista, se localizaria tendo por referência a sua base – a práxis - nos sentidos que os sujeitos colocam em suas ações quando as realizam, seria, portanto, o paradigma do dom, nos termos do autor, “uma verdadeira sociologia e filosofia da práxis” (CAILLÉ, 2002). Alain Caillé acusa tanto holismo quanto individualismo de partirem de suposições hipotéticas, e que justamente por esta razão estariam irremediavelmente sujeitos às deficiências de explicações sobre esta mesma ação social que se propõem explicar.

Partindo da análise da práxis, o que questiona o autor é justamente a idéia utilitarista de que as sociedades se moveriam a partir de motivações egoístas e calculadas a partir dos ganhos obtidos por aceitar participar e se envolver em relações sociais, ou seja, acredita que a idéia que motivam as ações sociais são, antes de tudo, antiutilitaristas, o que os motivaria, em suma, seria antes a constituição do vínculo, dos laços sociais. É por este viés que o dom - dar, receber, retribuir - é entendido pelo autor nas sociedades modernas, ou seja, é necessário que exista a precedência do antiutilitário sobre o utilitário, sendo este o dom original.

Atentando para as contribuições do próprio Marcel Mauss (1974) no estudo das sociedades de “tipo atrasado ou arcaico” tem-se na sua descrição que essas possuem um “regime de troca diferente do nosso”, revelando um importante esforço de relativização e comparação da moral e economia das sociedades modernas. Para o autor nas sociedades daquele tipo:

[...] veremos o mercado antes da instituição de mercadores e de sua principal invenção, a moeda propriamente dita; como funcionava antes que tivessem sido encontradas as formas, que podemos chamar de modernas [...], do contrato e da venda, por um lado, e da moeda de título determinado, por outro. [...] acreditamos ter encontrado aqui uma das rochas humanas sobre as quais estão erigidas nossas sociedades (MAUSS, 1974).

A pertinência desta análise nas sociedades modernas se encontra nesta possibilidade mesma de dar um novo sentido às ações individuais e coletivas, recolocando-as em lugar estratégico diante de questões atualmente em voga como a fragmentação. Nas palavras de Alain Caillé (2002), apropriando-se das contribuições de Mauss:

Ao lado da circulação dos bens e serviços no mercado, ao lado da circulação garantida pelo Estado sob a forma de redistribuição, há com efeito um imenso continente socioeconômico mal percebido, no qual bens e serviços transitam em primeira instância através dos mecanismos de dom e do contradom. Como se vê, a sociedade primeira, por uma parte, está ainda viva. E, por outra, sob a forma do dom aos estrangeiros e aos desconhecidos, a sociedade moderna dá origem a novas formas de dom que vêm compensar a frieza e o caráter impessoal da socialidade secundária, do mercado, do Estado e da ciência (CAILLÉ, 2002).

Por esta razão a utilização do paradigma do dom nas sociedades modernas contribui para compreender que não é o mercado e o Estado que garantem a coesão social, mas sim, as trocas recíprocas (dar, receber e retribuir) que se passam anteriormente e que revestem aquelas de sentido.

Ainda na obra de Marcel Mauss (1974) apreende-se os significados destas trocas e permutas entre grupos sociais:

Em primeiro lugar, não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes no contrato são pessoas morais [...] Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato mais geral e muito mais permanente. Enfim, essas prestações e contra-prestações são feitas de uma forma sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias (MAUSS, 1974).

A constituição dos vínculos em sociedades se daria assim através deste jogo de símbolos que os dons representam, ou seja, “é rivalizando em dons que os seres humanos se ligam e constituem sociedade, trocando bens que não possuem um valor utilitário mas simbólico” (CAILLÉ, 2002). Por esta perspectiva se esvazia a idéia de sociedade como um organismo social que englobaria as experiências individuais, mas antes, se presta a explicá-la a partir da necessidade de se constituir o laço que une diferentes sujeitos em torno de algo, seja a amizade, o reconhecimento e a confiança. Sentidos compartilhados não entre sujeitos quaisquer, mas com quem se deseja estabelecer relações e constituir vínculos.

A fim de explicar como afinal os sujeitos se vinculam entre si, Alain Caillé (2002) propõe a idéia de *redes sociais* motivando-se a partir do seu significado enquanto aglutinador, e também substituto mais adequado ao conceito de sociedade. Para este autor, rede “é o conjunto das pessoas com quem o ato de

manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem permite conservar e esperar confiança e fidelidade”.

De acordo com esta concepção se esvazia a idéia utilitarista utilizada para a interpretação das relações sociais, especialmente porque os sujeitos antes mesmo de calcular o que e o quanto poderão trocar, ganhar ou perder se envolvem, acima de tudo, pelo significado da relação em si, sendo o bem negociado uma instância posterior que decorre do estabelecimento do vínculo, do laço de confiança que os interligam em redes sociais.

O dar, o receber e o retribuir constituem-se assim na tríplice obrigação que deve ser analisada por aqueles que se dispõem participar de determinadas relações sociais. É pela demonstração do interesse recíproco em realizar trocas que os sujeitos se aproximam e aprofundam os laços que os vincula. Nas palavras de Mauss (1974):

A obrigação de dar não é menos importante; seu estudo poderia fazer compreender como os homens se tornaram permutadores. [...] Recusar-se a dar, deixar de convidar ou recusar-se a receber equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão.

Percebendo-se as relações sociais por este ângulo, o qual permite visualizar que os sujeitos estabelecem vínculos não aleatoriamente, mas sim pelas intenções de aproximações e vínculos que desejam trocar entre si, cabe pensar que o paradigma do dom, se presta a interpretação deste estudo, na medida em que sugere que os sujeitos se dispõem a participar de algo a partir do momento em que compreendem sua lógica e nela desejam inserir-se. Contudo, cabe reiterar que se percebe claramente nas relações sociais entre universos desiguais que estas trocas se orientam a partir de uma obrigação fundamental, a de retribuir as expectativas que o outro tem, antes mesmo de receber o bem que se espera, como é o caso neste estudo, da inclusão em um programa ou serviço da assistência.

Adotando-se esta perspectiva o conceito de mediação deve ser redimensionado a fim de ser compreendido enquanto consequência possível das relações de reciprocidade. As mediações devem ser interpretadas como resultados bem sucedidos destas relações de reciprocidade, onde foram colocados em circulação visitas domiciliares, encaminhamentos de profissionais e voluntários, e retornos das famílias. E é aí quando se encontra firmemente constituído o vínculo

que se está apto a fazer negociações e ampliar as relações de reciprocidade que são estendidas a outras famílias.

A dominância do código do outro e a conseqüente possibilidade de realizar negociações: o que falar, com quem falar e quando falar, habilitam certos sujeitos a realizarem trânsitos entre universos sociais diferenciados, jogando também com a própria inserção nas redes sociais, embora continuem como desiguais.

Esta discussão será retomada na etnografia a ser apresentada nos próximos capítulos, tratando de problematizar as relações entre famílias e redes de assistência, enfatizando as negociações e as inclusões nas mesmas na cidade de Pelotas/RS.

4 AS FAMÍLIAS NAS REDES DE ASSISTÊNCIA

Programa Bolsa-Família, PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Agente Jovem, ASEF (Apoio Sócio Educativo às famílias), Programa Fome Zero, ASEMA (Apoio Sócio Educativo em meio aberto), GAMP (Grupo Autônomo das Mulheres de Pelotas), Banco de Alimentos Madre Tereza de Calcutá, Banco de Leite, Cáritas, Abrigos, Juizado (da Infância e Juventude), Promotoria (da Infância e Juventude), Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Este universo das siglas, instituições, programas e serviços de assistência, fazem parte de uma linguagem comum compartilhada por famílias, profissionais e voluntários das redes de assistência, situados em duas vilas de grupos populares da cidade de Pelotas / RS, o loteamento Dunas e a vila Pestano.

A intenção é de compreender este universo de acessos e inclusões nos programas e serviços de assistência, a partir do ponto de vista das famílias, problematizando as formas de acesso instituídas com o caráter de universalidade, a partir das relações de reciprocidade (dar, receber e retribuir) que foram percebidas nas observações etnográficas e nas entrevistas realizadas com famílias, voluntários e profissionais das redes de assistência que constituíram o universo de pesquisa deste estudo antropológico.

A partir da discussão realizada no capítulo anterior se partirá da premissa de que antes dos acessos aos benefícios disponíveis nas redes de assistência é necessário observar as regras estabelecidas de dar, receber e retribuir, que dizem respeito ao estabelecimento de uma proximidade primeira com as expectativas de profissionais, voluntários e famílias, e aqui é fundamental a análise do significado

dado aos encaminhamentos, que são uma espécie de trajetória que deve ser seguida pelas famílias que desejam acessar as redes de assistência. Estes encaminhamentos são dados durante as reuniões de grupos e, sobretudo, nos atendimentos pessoais quando é o momento em que a família se coloca numa atitude de disponibilidade em aceitar a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir (CAILLÉ, 2002).

4.1 As famílias acessando as redes de assistência

“Ah não, quando eu sei de alguma coisa eu to sempre correndo, né. Se eu souber que ali estão dando alguma coisa, eu vou ali e tento ver se eu vou conseguir me inscrever. Que antes quando não tinha filho muita coisa tu não consegue, mas depois quando tu tem já é mais fácil”. (Berenice / 38 anos / Loteamento Dunas / Grupo de mulheres, Fome Zero, Bolsa Família e Pastoral da Criança)¹⁸.

O exemplo contido neste relato torna mais evidente o quanto as redes de assistência estão presentes na vida das famílias que acessam os recursos disponíveis nas mesmas. O amplo domínio que as famílias possuem do que está sendo ofertado e a manipulação com as informações que circulam na vizinhança são algumas das formas de comunicação e divulgação dos lugares que devem ser procurados para a resolução dos problemas.

Percebe-se muito claramente em todas as entrevistas, e isto pela própria recorrência nas falas das informantes, uma circulação das informações, que é sempre sabida através da vizinha, de uma conhecida, da mãe, da irmã, enfim da rede de parentesco e/ou de vizinhança na qual está inserida a família. Outra característica diz respeito ao gênero; são sempre as mulheres que ficam sabendo dos lugares onde se informar e são elas que acionam as outras mulheres, são elas as responsáveis pelas trocas de saberes sobre a assistência.

¹⁸ A referência apresentada neste capítulo informará além do nome e idade dos interlocutores, os programas e serviços da assistência que são por ela acionados, elucidando a diversidade de formas de inserção que estas famílias possuem.

As mulheres, quando assumem a maternidade e quase que na totalidade dos casos, abandonam as tarefas que eram realizadas anteriormente, dedicando-se exclusivamente às atividades relativas aos cuidados da casa e dos filhos. A experiência remete muitas vezes à assunção de um novo papel pelas mulheres, que corresponde ao valor das crianças e o significado do que é ser mãe possui neste contexto. Um caso exemplar é o da dona Dirlene, que embora com problemas sérios de saúde foge do hospital para retomar suas funções junto aos filhos: *“Vou te contar agora uma coisa, é segredo, fugi do hospital! [...] Eu só pensava ‘Eu tenho que fazer comida pros meus filhos, eu tenho que recolher a roupa do arame’. [...] Cheguei em casa, fiz a janta, vi meus filhos”* (D. Dirlene / 37 anos / Loteamento Dunas / Programa Bolsa Família, Fome Zero, ASEMA, Agente Jovem).

A estratégia como o abandono dos empregos regulares pelas faxinas ocasionais, que permitam uma maior vigilância sobre os filhos e conseqüentemente um tempo maior dedicados às crianças e às responsabilidades da casa, faz parte de um universo familiar em grupos populares. Nesta situação encontra-se Berenice, que relatou o seguinte: *“Eu sempre trabalhei, né. Agora, que eu parei um pouco de trabalhar [...] Aí eu tive que parar, porque eu trabalhava de faxina, né. [...] Agora eu só faço uma vez por semana numa senhora [...] que foi a minha irmã que me arrumou”*. (Berenice / 38 anos / Programa Bolsa Família / Fome Zero / Grupo de Mulheres / Pastoral da Criança / Escola de Educação Infantil).

Situando os estudos sobre as dinâmicas dos grupos populares a cerca dos significados da maternidade, percebem-se certos elementos que servem de apoio à discussão, sobretudo os argumentos desenvolvidos por Ceres Victora (1992), Cláudia Fonseca (2000) e Heloisa Paim (1998). Nestes estudos, a dinâmica das relações de gênero nas classes populares (VICTORA, 1992) é um elemento norteador para a compreensão do significado do ser mãe, fundamentalmente pelas vivências de papéis sociais distintos: a do marido enquanto provedor, e da mulher, circunscrita ao âmbito doméstico, ocupando-se da casa e dos cuidados dos filhos. Para a autora o cumprimento destas expectativas é que garante “a constituição e a manutenção de uma relação conjugal” (VICTORA, 1992).

Neste universo dos grupos populares, Claudia Fonseca (2000), em seu estudo sobre relações de gênero e violência em grupos populares na cidade de Porto Alegre / RS, advoga em favor da compreensão destas práticas partindo-se de

um esquema conceitual onde a representação da honra masculina é negociada entre homens e mulheres. Para a pesquisadora:

A honra de um homem depende da virtude de sua mulher. Portanto, enquanto os homens, jovens e velhos, casados ou não, vivem passeando pelas ruas da vila, vão desacompanhados aos bailes e levam em geral uma vida social intensa, as mulheres casadas ficam teoricamente em casa. Não exatamente enclausuradas (FONSECA, 2000).

A honra masculina torna-se, portanto, negociável, porque manipulável pelas mulheres, e na prática isto se dá quando, por exemplo, as mulheres decidem trabalhar. Em situações desta natureza, a vergonha produzida publicamente para o homem, informa que ele, enquanto provedor, não cumpriu com sua principal obrigação. Além disso, o homem cuja companheira exerça permanentemente uma atividade remunerada desobriga-se desta função, correndo-se o risco de viver à custa do trabalho de sua companheira.

É neste contexto que o trabalho fora de casa para as mulheres não se constitui como um horizonte desejável, contudo, se houver necessidade de o fazer as condições são sempre a de ‘ajudar’, e não de constituir-se numa atividade permanente ou integral.

Por outro lado, a maternidade neste universo social é “condição inerente e necessária para a sua completa realização” (PAIM, 2008), sobretudo advindo da passagem a um novo *status* dentro do seu grupo social, a de “mulher-mãe” (VICTORA, 1992). As competências desejadas nas mulheres, são desde muito cedo repassados às meninas mais jovens e apreendidas como um valor fundamental para a realização da mulher neste universo social. As meninas são inseridas por suas mães na realização das atividades da casa e envolvidas, geralmente, nos cuidados com os irmãos menores. Na família de Ana Lúcia esta situação é explicitamente colocada, na qual ela avalia como uma das melhores qualidades de sua filha mais velha:

“E essa aí agora, eu coloquei ela a lavar a roupa dela. Esses dias ela disse assim, pô mãe agora tu não dá mais bola. Aí eu disse, não que um dia tu vai casar, tu vai ter a tua casa, ela já sabe. Ela sabe fazer comida, ela sabe fazer pão, ela sabe fazer tudo, que a minha sobrinha ensinou ela. Tu pode chegar, dá uma criança pra ela e uma casa, pode dar a chave pra ela e tu sair, quando chega, tá a criança com o banho tomado e

a casa limpa. [...] Ela faz tudo". (Ana Lúcia / 31 anos / Programa Bolsa Família / Fome Zero)

No mesmo sentido, o caso de Guilherme, filho de D. Dirlene, evoca a construção das assimetrias nas relações de gênero. O menino de nove anos já é incluído, embora ocasionalmente, na execução das tarefas que são realizadas pelos seus pais: *"As vezes eles pegam, eles mesmos sucateam. Esse aí mesmo (apontando para o menino) até capinar ele capina"*. O que é motivo para ser elogiado, sobretudo pelo pai, o S. Ari: *"Ele faz o servicinho dele [...] Ele não se encolhe"*.

A percepção do valor da maternidade nos grupos populares, além de conferir um novo *status* às mulheres, é a condição que as motivam e as permitem buscar os programas e serviços das redes de assistência. É também por esta razão que tem justificada sua inserção junto às redes de vizinhança, que se constituem enquanto facilitadoras para o acesso aos benefícios dos quais necessitam.

A compreensão da lógica que motiva as mulheres a trilharem caminhos, percorrendo instituições religiosas, estatais, ONG's, entre outras tantas, torna-se inteligível quando se observa mais profundamente o valor das crianças no universo dos grupos populares, e conseqüentemente o papel que a mulher desempenha para a conexão das famílias nas redes de assistência. A partir da apresentação de dois relatos se tornará facilitada a compreensão do que se deseja defender.

O primeiro caso remete-se ao da família de Ana Lúcia; ela possui quatro filhos, sendo três de sua primeira união, e o mais novo fruto de sua relação atual. Em decorrência do rompimento com o primeiro marido, Ana Lúcia, retornou à casa dos pais, levando consigo seus três filhos. No entanto, quando ela conheceu o marido atual e decidiu morar com este companheiro, seus três filhos seguiram na casa de sua mãe, e ela então passou a residir separadamente das crianças, sem contudo romper os laços familiares. Na sua história de vida Ana Lúcia credita à sua mãe, e portanto a avó das crianças, o seguinte papel: *"Ela foi mãe emprestada, porque a minha mãe que criou eles desde pequenininho"*.

Na continuidade dos seus relatos, Ana Lúcia apresenta na prática o significado e o valor das crianças para as relações familiares, relação esta selada pela cumplicidade das mulheres no cuidado com as crianças. Neste fato, sua mãe no *leito de morte* a chama separadamente, para orientá-la exclusivamente no

cuidado e na garantia do bem-estar das crianças que passa agora a ser sua responsabilidade:

“Aí ela falou comigo, pediu pra mim assumir eles, e nunca abandonar eles e não dar pra ninguém. [...] Aí ela falou onde tava o cartão do dinheiro, ela falou tudinho. [...] Ela disse que nunca era pra abandonar eles, fosse o que passasse, que se eu tivesse que assumir eles pra ficar com eles [...] não era pra deixar nem irmão, ninguém judiar deles”. (Ana Lúcia / 31 anos / Programa Bolsa Família / Fome Zero).

Na família de Elaine, que é mãe de três filhos a situação se passa de maneira semelhante. A partir da morte de sua mãe, ela toma para si a responsabilidade com as duas filhas do seu irmão, as quais eram criadas pela sua mãe. No entendimento de Elaine a solidariedade com o irmão impõe-se a partir do julgamento do comportamento de sua ex-cunhada, referido a partir de sua incapacidade moral de cuidar das crianças *“a mãe delas é do mundo”*, e esta relação é reforçada pelo valor e apreço pelas crianças que fora repassado pela mãe de Elaine, ensinamentos que ela reconhece como sinais de uma boa educação: *“Pra falar a verdade, a finada minha mãe também me alertou muito. Ela sempre dizia, filha, se tiver que pedir, tu pede, só tu nunca pega nada que é dos outros. Eu fui bem educada, no caso.”* Por seu lado, Elaine também expressa a vontade e a voluntariedade com que assumiu criar as sobrinhas, reforçando os laços de consangüinidade, também ela beneficia-se dos privilégios daí advindos: *“Eu não tenho filha mulher então eu adoto as dos outros”* (Elaine / 22 anos / Vila Pestano / Programa Bolsa Família / Fome Zero / Habitação Popular).

Nestes dois casos apresentados revela-se mais uma vez a necessidade de discussão sobre as dinâmicas dos modos de vida dos grupos populares. Em especial nestas situações são evidenciadas a importância das crianças nestes arranjos familiares e a pertinência das relações de consangüinidade em detrimento dos laços conjugais.

A discussão de ambos os aspectos são apresentados por Cláudia Fonseca em suas obras *“Caminhos da Adoção”* (1995) e *“Família, fofoca e honra”* (2000). Em ambos os estudos são discutidos os modos de vida dos grupos populares, a partir de certos conceitos chaves os quais serão abordados a partir da análise dos casos encontrados em campo.

Partindo-se dos relatos de Ana Lúcia e Elaine, se percebe que as experiências envolvendo as crianças são muito próximas. Em ambas, tanto as decisões de colocar as crianças para serem criadas pela própria mãe, quanto aceitar criar as sobrinhas, filhas do irmão, informam o quanto estas crianças são queridas e desejadas nos universos populares, reforçando a importância dos laços de sangue, onde este se apresenta como um dos elementos da “estrutura básica da organização do parentesco” nestes grupos (FONSECA, 1995).

A importância da família extensa constitui-se num outro elemento que contribui para o compartilhamento dos cuidados dirigidos às crianças. O “apoio moral” (FONSECA, 1995) que Elaine se dispôs a dar ao irmão, é compreendido como uma forma de reciprocidade entre irmãos (FONSECA, 2000), em que os laços de consangüinidade são reiterados em detrimento daqueles laços conjugais, e vistos também como moedas de troca, quando Elaine recebe de presente do irmão o terreno e o chalé onde mora atualmente, com os filhos, as sobrinhas e o marido.

Na literatura sobre grupos populares é acentuada a importância das mulheres como apoiadoras dos irmãos e filhos em situações na qual a habilidade dos homens não se estende, como por exemplo, ao cuidado dos filhos quando em casos de rompimento das relações conjugais (FONSECA, 2000), porque as tarefas desta natureza são assumidas por suas consangüíneas.

Em continuidade com esta argumentação do valor das crianças e das responsabilidades das mulheres com o bem-estar das mesmas, encontram-se justificativas para as mais variadas buscas de recursos para a família, atitudes que incluem desde esperar longas horas para obter uma assinatura, um encaminhamento, uma ordem, um carimbo, longas distâncias a pé, e até mesmo o enfrentamento de médicos, como o caso de dona Dirlene conforme já relatado, e também o de Berenice, citado na abertura do item.

Assim, é que estas mulheres se apropriam de certos meios para a inclusão em programas e serviços quando estes não se encontram ofertados de forma imediata, ou quando não vivenciados por outras mulheres da família ou da vizinhança. É como relata Dirlene, que ao saber de um programa pelo rádio, tomou todos os documentos que possuía da família, e foi inscrever-se no Programa Bolsa Escola, para ela o que importa é arriscar, se virá ou não, trata-se de um segundo

passo: *“Esse negócio do Bolsa Escola¹⁹ eu escutei no rádio, ah, porque tu vai lá e não vai conseguir. Eu digo, não, eu vou lá e vou arriscar né, pra tudo tem que arriscar”*.

Os cuidados que dispensa para os filhos e para a casa, encontra meio eficaz de se ampliar a partir da inserção nas redes de assistência, que ocorrem em boa medida, através das conversas compartilhadas entre vizinhas e parentas. A garantia de melhorias nas condições do que é oferecido aos filhos é viabilizado através da inserção em redes nas quais as mulheres são percebidas como sujeitos centrais. E não somente entre si são percebidas como artífices principais que movimentam as redes de assistência, mas a são também pelo Estado, pela situação estratégica, a qual é dada a partir das exigências dos programas e serviços dos quais participam, porque são elas as protagonistas, as titulares responsáveis pelos cadastros e pelos recebimentos dos benefícios. Tem-se como exemplo, o Programa Bolsa Família, em que cumprem o papel de titulares dos benefícios, prioritariamente, são os seus nomes que ficam registrados nos cartões emitidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além, é claro, de terem nos cadastros únicos seus nomes como as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos.

Neste contexto de valorização da mulher-mãe, seja através do pertencimento vivenciado em grupos populares, seja por este reconhecimento pelo Estado, estas mulheres reforçam suas habilidades e suas funções dentro das famílias, por dois modos: primeiro por não romperem com o caráter de contribuição e ‘ajuda’ que lhes cabe na relação conjugal a partir do recebimento dos benefícios, e o segundo, pelo reforço atribuído pelo Estado à sua condição mais plena, a de ser mãe e esposa.

A participação na rede de vizinhança é fundamental para se compreender as formas como são acionados os programas e serviços da assistência. Em visitas realizadas durante o trabalho de campo, foi possível perceber que a solidariedade entre as mulheres é um indício de que o acesso será facilitado, porque vivenciando a experiência já construída por outras mulheres elas terão a possibilidade de uma maneira mais rápida de obter os benefícios de que precisam. Assim, a inclusão nestas redes se faz em muitos casos através de indicações, feitas, sobretudo, com base na experiência prévia de uma conhecida, de uma vizinha ou de uma parenta.

¹⁹ Atualmente o Bolsa Escola é um programa do governo federal que foi incorporado ao Programa Bolsa Família.

Este é o caso, registrado em diário de campo, logo no início do trabalho de campo, no qual a mulher que receberia a visita da assistente social, já prevendo a presença de uma profissional autorizada para o preenchimento do cadastro do programa Bolsa-Família, reúne a vizinha, a sogra e a cunhada. Naquela ocasião a sogra de Solange realiza a função de mediadora, especialmente pelos arranjos e proximidades que procura estabelecer entre a assistente social e as outras mulheres que lá estavam. A sogra de Solange assume essa função por já integrar as redes de assistência e por conhecer os códigos necessários para a inclusão nos programas e serviços, além, é claro, de possuir uma proximidade com a assistente social, característica que as demais mulheres ainda não possuem:

“Entramos na casa, Solange estava tomando chimarrão com sua sogra, sua cunhada e uma vizinha. Solange e seu marido estão desempregados. Ambos moram nesta casa com a filha de cinco anos. Solange e seu companheiro são catadores de materiais recicláveis. Eles recebem, confirmado pela própria sogra, ajuda dos pais do seu companheiro, onde ela disse jantar e fazer algumas refeições. Disse-nos que aguardava a visita já fazia uma semana e que em razão disso seu marido estava fazendo o serviço sozinho. [...] Naquela ocasião a sogra de Solange interpela a assistente social, para que dê orientações de como a filha possa também receber os recursos do Bolsa Família. [...] A assistente social agendou visita para a próxima quinta-feira para conhecer a casa e recolher os dados de Marília (cunhada de Solange)”. (Registro Diário de Campo / 11 de maio de 2007).

Percebe-se, também, que as indicações aos programas e serviços disponíveis na rede se constituem numa prática comum entre as mulheres; elas dialogam entre si apresentando pistas de certos locais e de pessoas a quem recorrer. Vários foram os relatos de mulheres que se iniciaram nestes espaços por indicações que tiveram princípio com a parentela ou com vizinhança. Logo depois de constituído o vínculo, o sujeito que indicou não se faz mais necessário para possibilitar a aproximação com psicólogas, assistentes sociais, agentes religiosos e outros tantos.

As referências a estas redes de contatos, se davam de maneira vaga muitas vezes, cujas expressões compartilhadas por Elaine (22 anos / Vila Pestano / Programa Bolsa Família / Fome Zero / Habitação Popular) *“ai também, começa de fofoca, de vizinho conversando”*, e até mesmo a de S. Gregório, responsável pelo Fome Zero numa comunidade da vila Pestano: *“Isso se espalha que nem pólvora”*,

permitem uma aproximação de sentido com as reflexões desenvolvidas por Cláudia Fonseca (2000), onde apresenta o significado da fofoca em grupos populares. Para a autora a discussão da fofoca, para o grupo em que foi realizada a pesquisa, informa sua relevância para a consolidação das redes sociais, exclusivamente para as mulheres. Na situação de sua pesquisa, a autora compreende a fofoca como um “relato de fatos reais ou imaginários sobre o comportamento alheio”, cujos sujeitos envolvidos encontram-se em situação de igualdade, ou seja, por envolver pessoas de determinado universo social, a fofoca acaba por consolidar de certa maneira a própria identidade comunitária. Embora a fofoca seja apresentada por Cláudia Fonseca (2000) como um meio de “informar sobre a reputação dos moradores de um local”, no contexto das relações de mediações entre as famílias e as redes de assistência, se deve afastar desta conotação, sem contudo abandoná-la, apropriando-se, assim, de outras características mais pertinentes a este estudo, como a representação que possui para aqueles que dela participam, significando assim a integração destes sujeitos em um grupo determinado; ou também sua pertinência “em termos de comunicação, sobretudo entre analfabetos; é assim que se descobre o novo endereço de um parente e o paradeiro de velhos amigos” (FONSECA, 2000) e inclusive o que, como e com quem falar para ter garantido o acesso a certos programas e serviços das redes de assistência.

Assim, a troca de informações deverá ser compreendida como a forma socialmente aceita e compartilhada pelas mulheres quando assumem o seu novo *status* de mulher-mãe, com a intenção de conhecer e de se fazerem conhecidas; acessam as redes sociais (de parentela e vizinhança) as quais lhes proporcionam ampliar contatos estratégicos já acionados por outras mulheres.

No universo investigado, a troca de informações é a forma recorrente de entrada destes sujeitos nas redes de assistência, e o caso de Elaine serve como exemplo do quanto estas informações que são trocadas têm poder de eficácia, principalmente no caso dela que acionou duas redes, uma mais ampla, de âmbito municipal, a qual está sediada no Mapel²⁰, no centro da cidade, e uma outra, mais restrita, mas não menos importante realizada por uma igreja local, que atua na

²⁰ Atualmente a política de assistência social do município de Pelotas encontra-se organizada a partir das diretrizes nacionais, mas causa espanto a permanência da nomeação dada até meados dos anos 1990, conhecida como MAPEL – Movimento Assistencial de Pelotas. Neste período popularizou-se uma política de assistência centrada fortemente nas figuras das crianças e idosos. Em todos os casos os informantes referiam-se ao termo MAPEL e não Secretaria Municipal de Assistência Social.

distribuição das sacolas do Fome Zero. Como relatou Elaine: *“A finada minha mãe disse pra mim, assim que tiver uma vaga lá (sacolas) eu te aviso, aí a mãe me avisou, eles tão botando gente lá”* (Elaine / 22 anos / Vila Pestano / Programa Bolsa Família / Fome Zero / Habitação Popular. Ao mesmo tempo ela acionou uma rede de assistência mais rápida, menos exigente e para situações de emergência, estruturada no município em que o atendimento das demandas é imediato, porém não considerado eficaz pela distância do local de moradia, e também por se caracterizar como uma ajuda ocasional: *“Uma irmã da minha cunhada, essas pessoas que ganham coisa lá, explicam pra assistente social a situação deles. E aí eu fui lá”*.

As mulheres que circulam mais facilmente entre as redes de assistência apresentam características que as distinguem das demais, são as que repassam as informações àquelas que se encontram mais distantes institucionalmente dos locais onde são feitos os encaminhamentos. Assim, elas se constituem no elo que aproxima muitas mulheres dos programas e serviços disponíveis às famílias. As famílias que se encontram nesta situação são, por exemplo, a de dona Dirlene e a de Lucimar. Estas mulheres, embora apresentem trajetórias de vida e institucionais diferentes, se aproximam neste estudo pela influência que tem perante as demais mulheres e as redes de assistência.

O caso de dona Dirlene (37 anos / Loteamento Dunas / Programa Bolsa Família, Fome Zero, ASEMA, Agente Jovem) pode ser descrito como de uma mulher que diante de experiências diversas com os poderes constituídos sabe como resolver uma situação quando seus interesses estão em jogo. Durante a entrevista ela relatou para cada filho uma história de embates com médicos e assistentes sociais, numa postura inquietante e desafiadora quando se trata de defender sua família. Num dos seus relatos ela conta quando seu filho mais velho, com leptospirose e hospitalizado, encontrava-se à beira da morte, e graças à sua atuação como mãe, ela conseguiu trazer o filho de volta à vida. Ela relata:

“A doutora Natália me empurrou assim, e eu peguei uma faquinha de serrinha, e disse ‘Não, eu vou te calçar aqui enquanto tu não me contar o que tá acontecendo’. (No último horário de visita da noite ela retorna ao hospital) ... nove e meia e eu bem paradinha, e eles lá tudo apavorado: ‘Ó a Dirlene tá aí’. To aqui, vim ver o meu filho, e aí como é que ela tá? ‘Ah, a senhora pode entrar’, me trouxeram até cafezinho. Eu digo, viu como é bom encostar a faca em vocês?”

Dona Dirlene é um caso recorrente nas histórias comentadas pelas assistentes sociais e psicólogas, ela exerce influência sobre estas profissionais, mas por outro lado se deixa também influenciar por elas, e comenta inclusive sobre a tranquilidade que sente ao chegar ‘nervosa’ e receber os conselhos que a acalmam: *“Elas já me conhecem, nem dá tempo de brigar, eu chego lá e elas me acalmam. Aquilo ali é como que numa casa, porque tu chega assim numa angústia e sai dali aliviado”*.

Já o caso de Lucimar (46 anos / Vila Pestano / Programa Bolsa Família / Fome Zero / Grupo de Mulheres / Grupo de Artesanato / Alcoólicos Anônimos) é peculiar pelo seu histórico de alcoolismo. Ela se insere nas redes de assistência a partir de sua frequência junto ao Posto de Saúde para tratamentos frustrados contra o álcool. Ela conta que fora visitada inúmeras vezes pelas assistentes sociais, que conhece os médicos do posto, e que não gosta de consultar com os residentes porque *“eles ficam pouco tempo e vão embora”*. Lucimar inicia a participar mais ativamente da vida institucional do posto a partir do momento em que opta pelo afastamento definitivo do álcool, cujo tratamento definido por um psicólogo, em parte deveria ser feito através de envolvimento em atividades diversas. Ela relata que em razão de não encontrar espaço nas instituições que deveriam ser as responsáveis pelo atendimento, ela passa a acionar uma outra rede, a do circuito da escola e do posto de saúde: *“Foi aí onde eu entrei pro grupo. Aí eu entrei pro grupo (Alcoólicos Anônimos que é realizado no espaço da escola municipal do local) e entrei pra igreja, fiz toda uma redoma. Me curei da bebida, a partir de hoje não bebo mais”*.

Lucimar começa a atentar para a vida institucional do Posto de Saúde, e, por isso, passa a compreender melhor alguns aspectos que os demais usuários não podem perceber pela distância que estes têm da vivência cotidiana:

“Até eu era uma que reclamava muito dele (do atendente) também, mas tendo acesso ali como eu tenho, como eu já tenho acesso ali com eles, eu sei não adianta. As vezes tem algum conhecido na fila, é tá sempre aí dentro tem prioridade. Não tenho! É a mesma coisa, se tem que ficar na fila eu fico, as vezes eles me dão uma colher de chá, mas eu digo não!”

Neste caso, Lucimar começou a desempenhar um papel de mediadora entre o posto de saúde e a comunidade. No posto são desenvolvidas diversas atividades ligadas às mulheres e famílias, onde Lucimar, a partir de sua participação e

freqüência constante, divulgava cursos e grupos ali desenvolvidos para outras mulheres de sua rede social. Assim, através da sua insistência e proximidade junto às assistentes sociais, exerce influência suficiente para modificar certas propostas de atividades na comunidade que eram exclusivamente direcionadas às mães de crianças com idade entre zero e seis anos e beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ela mesma relata que:

“[...] agora que veio a Juliana (nova assistente social da UBS), e nós falando ah, não tem curso, não ela botou de zero a seis anos o curso, eu disse, não de zero a seis anos pra mim não dá, eu não tenho filho com seis anos, mas me encaixa, eu tenho até o papel que a doutora Maura me deu, pra fazer encaminhamento pro CAPS²¹. Ah, mas se eu te botar Lucimar, junto com as outras..., tá deixa assim. Acabou que botou, botou, botou, tinha uma listagem lá de mulher, chegou no fim não foi a metade, ela teve que botar essa turma toda, e eu comecei a chamar as mulheres, vem que dá. [...] Tá agora tu pode entrar, então. Foi onde ela me encaixou”.

A partir da análise destes dois casos pontuais de inserções nas redes de assistência devem-se apresentar algumas considerações a cerca dos significados presentes em ambas as situações.

Inicialmente, faz-se necessário considerar as diferentes estratégias de inserção junto às redes de assistência que estas mulheres acionaram. O caso de Dirlene, pelas narrativas de enfrentamentos com médicos e assistentes sociais, demarcam as redes nas quais não é possível estabelecer relações de mediações. As ameaças dirigidas a estes sujeitos informam os rompimentos destas relações de proximidade que porventura poderiam existir, demarcando, assim, os limites no estabelecimento destas aproximações. Mas o caso de D. Dirlene é, sobretudo, curioso; sua aproximação de certos profissionais e voluntários e as alianças com estes estabelecidas contrasta com os relatos anteriores. Embora vivenciando esta situação paradoxal, D. Dirlene consegue beneficiar-se dos recursos que deseja, e é muito respeitada e tolerada em suas exigências.

Já na situação relatada por Lucimar, a forma de acessar os programas e serviços das redes de assistência existe, em princípio, a partir de suas próprias necessidades. Não possuindo mais filhos pequenos decide procurar os programas e

²¹ A sigla CAPS literalmente significa Centro de Atenção Psico Social, constitui-se num espaço de atendimento e encaminhamento de pessoas com problemas psicológicos. São unidades de atendimento descentralizadas localizadas em diferentes regiões administrativas da cidade de Pelotas.

serviços das redes de assistência para si mesma, e o atinge através da participação lenta e gradual, da constituição de vínculos com assistentes sociais e a equipe de profissionais da Unidade de Saúde e da escola onde suas filhas estudam. Lucimar recorda as várias vezes, em que, ao levar a filha mais moça até a escola, reparava em todos os cartazes e avisos que haviam espalhados pela escola, na intenção de encontrar algo no qual pudesse participar para ajudá-la a afastar-se da bebida. Lucimar inicia seu circuito nas instituições a partir das consultas ao posto de saúde, através das quais lentamente vai inserindo-se nos atendimentos que procurava. Atualmente, já mais estabilizada em relação ao problema inicial, procura consolidar, em parceria com profissionais e demais mulheres, os grupos nos quais participa, sempre convidando outras mulheres, incentivando e sugerindo idéias que possam ser realizadas pelos grupos.

Em suma, as estratégias utilizadas por estas mulheres para consolidarem as relações de mediações, encontram-se primeiramente, em níveis diferentes, ou seja, no caso de D. Dirlene supõe que ela mesma passa a influenciar profissionais e voluntários, lançando mão dos seus conhecimentos e reunindo-os com suas características de mulher valente (FONSECA, 2000). E no caso de Lucimar, sua atitude de escuta e atenção às orientações de profissionais e voluntários, a coloca numa situação estratégica, supondo, assim, uma completa assimilação dos valores culturais de outro grupo social. Na realidade, o que importa perceber é que as relações nem sempre se dão de maneira tranqüila, nem tampouco de maneira unilateral, ambas influenciam-se, e entram em disputas, o que não significa submissão ou adoção de uma lógica estranha, que se apresente como conversão ou uma forma de fundir-se à lógica do outro; as diferenças não desaparecem.

4.2 As relações de proximidade, ou o que as famílias esperam das redes de assistência

As famílias que desejam acessar os recursos das redes de assistência sabem que necessitam apresentar determinadas habilidades que as qualifiquem como aptas para tal ingresso. Uma das situações previstas é o cumprimento de

expectativas e exigências que são impostas para a inclusão das famílias. Estas exigências, que serão apresentadas e discutidas no capítulo IV, se dão em torno do preenchimento de formulários, da recepção em casa dos profissionais responsáveis pela seleção, e até mesmo da participação de grupos religiosos e da submissão às normas de funcionamento dos mesmos, que incluem algumas vezes a limpeza dos ambientes onde ocorrem os atendimentos ou a participação em cultos e orações.

Observando-se preliminarmente e com certa distância se pode supor que as famílias se situam num pólo passivo, de submissão a regras estranhas ao seu universo social, e que pelas condições financeiras precárias, devem sujeitar-se para terem facilitada sua inclusão em determinados programas e serviços. No entanto, esta visão das famílias pode ser relativizada, e isto será feito a partir do ponto de vista das famílias sobre os profissionais e as redes de assistência. O que se pretende problematizar é a concepção que advoga em favor da submissão destes grupos populares às estruturas sociais, a partir dos sentidos que atribuem a este universo de acessos e inclusões, mas antes perceber as relações de reciprocidade que estabelecem entre si e com as redes de assistência explícitas no dar, receber e retribuir.

Em diversos momentos dos *atendimentos*²² às famílias, realizados em diferentes espaços e em ambas as regiões administrativas da pesquisa de campo, sempre havia aquelas famílias que ocupavam mais o tempo dos profissionais, sobretudo dos assistentes sociais, e o faziam em grande parte pelo interesse advindo dos questionamentos de um assistente social ou psicólogo. Nestes encontros, algumas atitudes percebidas em campo causavam-me inclusive estranhamento, pela intimidade demonstrada, o que percebi posteriormente como sendo uma prática comum entre elas, pois se constituía numa expressão desta proximidade, do vínculo estabelecido entre ambas.

As *visitas* das assistentes sociais e psicólogas às casas destas famílias devem ser consideradas também um momento de intensa aproximação entre ambas. Situações exemplares foram as duas visitas domiciliares acompanhadas junto às assistentes sociais no Loteamento Dunas. Num destes casos, Maristela, uma das assistentes sociais, domina detalhes do caso que acompanha, não necessitando de fichas com endereço ou qualquer outra referência. Seu interesse

²² Este termo, que informa as formas de atendimento dirigidas às famílias por profissionais e voluntários, será apresentado mais apropriadamente no capítulo seguinte.

em procurar a família se dá com o objetivo de *encaminhá-la* para uma segunda instituição, sendo o desfecho do encontro mais uma evidência da importância da constituição dos laços entre ambas:

“Já na saída, Maristela perguntou à Kátia: ‘E, sobre aquele nosso assunto’. Ela respondeu que estava calmo e que não tinha ido mais. [...] Conforme caminhávamos em direção ao CRAS, Daiane foi contando a situação de Kátia, uma moça jovem, que é soro-positivo, é alcoólatra e que muitas vezes deixava sua filha sozinha à noite e saía para beber, e que tem um companheiro que é presidiário”. (Registro Diário de Campo / 08 de maio de 2007).

Num outro caso, há também, de forma mais intensa, o reconhecimento e a retribuição por parte das famílias do esforço que é verificado no trabalho dos voluntários. Este é o caso de uma das muitas voluntárias da comunidade católica do loteamento Dunas. Juliete é uma senhora reconhecida pelas mulheres que são por ela atendidas semanalmente no grupo de mulheres, sobretudo pelo empenho e dedicação verificados em sua atuação. Ela é referida em alguns relatos como uma mulher que, embora abatida por problemas de saúde, cumpre fielmente aquilo que se propõe, mas que também vai além das expectativas:

“Eu fico impressionada com ela, com o que ela faz. Ela faz pão, ela vende desinfetante. Ela se acorda cedo, e cedo tu já vê ela com a muletinha, e vai pro centro de a pé e vem. Eu digo, mas eu não faço a metade do que essa mulher faz. E se vira”. (Viviane / 23 anos / Loteamento Dunas / Programa Bolsa Família / Fome Zero / Grupo de Mulheres / Pastoral da Criança / Banco de Alimentos Me. Tereza de Calcutá).

E, uma outra informante afirmando sua profunda admiração e proximidade com Juliete, revela em sua entrevista ter sofrido mudanças em sua maneira de ver e sentir os problemas dos outros, transformações estas que Berenice percebeu a partir da sua participação no grupo de mulheres. Além disso, ela também reconhece a pessoa de Juliete como uma guerreira que se doa pelos propósitos dos ‘outros’: *“(A Juliete) é 100%. Ela não mede esforços para ajudar a gente. E ela vai em tudo que é reunião, tá sempre procurando recurso para ajudar a própria comunidade, pra beneficiar nós, também”* (Berenice / 38 anos / Grupo de Mulheres / Bolsa Família / Fome Zero / Pastoral da Criança).

Os trechos apresentados acima partem todos de uma consideração e entendimento tácito sobre as famílias que participaram desta pesquisa, a da necessidade de constituição de relações de aproximação e familiaridade (CAILLÉ, 2002), antes mesmo do acesso ou inclusão em determinado programa ou serviço. Nestes relatos as diferentes e variadas formas de manifestar estas aproximações reconstróem o sentido e a lógica investida pelas famílias quando desejam inserir-se nas redes de assistência. Os diversos eventos que contribuem para aproximar as famílias, profissionais e voluntários, como as visitas, os cadastros e os acompanhamentos em geral, possibilitam preencher a distância dada no primeiro contato, ou então selá-la por definitivo.

Este universo de significados que confere sentido a tais investimentos familiares, desconstrói argumentos do tipo economicista e utilitarista, onde razões de ordem financeira se constituiriam na motivação primeira para as aproximações das famílias junto aos programas e serviços das redes de assistência. Argumenta-se, neste estudo, que as famílias de grupos populares não podem ser compreendidas a partir deste determinismo econômico, cujo viés da análise se dá pelo princípio de privação econômica. No entanto, deve-se ressaltar que é igualmente incorreto interpretar estes movimentos em torno das redes de assistência desconectados do seu aspecto financeiro, mas também estes não podem ser interpretados como o único e mais importante elemento para a compreensão destas práticas.

Dentro desta linha de interpretação, percebe-se que existem certas características consideradas necessárias, e, portanto, apresentadas pelas famílias como importantes para a consolidação das relações de reciprocidade junto aos profissionais e voluntários. Deve-se atentar que existem pessoas com as quais não se estabelecem vínculos ou relações de qualquer natureza, e, com estas, portanto, não são negociadas as expectativas desejadas, como os retornos de encaminhamentos, que será discutido no próximo capítulo, ou o reforço de intimidades como a realização das visitas ou a oferta de um café a uma assistente social. Assim, quando não se constitui o vínculo, o encaminhamento perde sua eficácia.

Há, portanto, necessidade de se discutir aquelas atitudes que marcam o afastamento das famílias de certas redes de assistência e a conseqüente procura por outras redes. Este é o caso de D. Dirlene, que rompe com uma das instituições da vila onde mora, onde é oferecido serviços de assistência social, e opta

imediatamente por uma outra, que na sua concepção é mais apropriada, por ser mais rápida, por se preocupar mais com a situação pela qual sua família está passando. Junto com seu marido D. Dirlene justifica suas escolhas:

“Eu acho que falta muita coisa pra ela ser uma assistente social, porque, assim, no caso, eu tava com tudo na mão, os exames, tudo. O médico disse, a senhora chegue em casa procure uma assistente social, porque elas são obrigadas a encostar o S. Ari. Eu cheguei ali o que que ela me disse, ah, não tu tem que ir lá no INPS. Era uma coisa que ela mesma poderia resolver. [...] Ela não se interessou assim pelo caso. Ai já não procuro muito ela”. (Dirlene / 37 anos / Loteamento Dunas / Programa Bolsa Família, Fome Zero, ASEMA, Agente Jovem).

Ao aderir a uma instituição de assistência social, Dirlene apresenta as características do que para sua família se configura como um bom serviço prestado:

“Da Maristela e da Vivian e das gurias de lá eu não tenho queixa nenhuma. Tudo o que eu chego lá... Esses tempos mesmo eu não tinha nem o que dar pra eles dentro de casa. Eu cheguei lá e a Daiane, ligou pro MAPEL: Isa, eu to te mandando uma mãe assim, assim, assim... Eu cheguei lá não esperei, ainda deu tempo de a guria (sua filha) ir pro colégio”.

A avaliação realizada também por Ana Lúcia direciona-se ao que é percebido como essencial para a aproximação e a identificação com os profissionais e voluntários das redes de assistência, ou seja, o que constitui a troca primeira é a relação de amizade e empatia (CAILLÉ, 2002):

“Eu não fui muito com ela. Não sei, ela é diferente. Não sei, eu não conversei muito com ela, só gostei da outra, [...] As outras (assistentes) social, se elas tivessem que vim aqui na tua casa, ela conversava contigo, ria contigo, e essa outra aí ela é, ela é, quieta, tu fala ela não ri, ela não conversa. [...] Essa outra magrinha ela é mais assim, quieta. Se a gente tem que resolver uma coisa já resolve e tchau pra ti. [...] A outra vinha na casa da gente, a gente combinava com ela, fazia um café de tarde e ficava o dia inteiro conversando, ela ia quase perto de fechar o posto. [...] Essa outra, como é que eu vou te dizer assim, ela é fechada, ela conversa contigo, só que ela não tem aquele sorriso como as outras têm. Ela é de resolver o teu problema e não conversar contigo”.

Por outro lado, embora as famílias identifiquem as parcerias potencialmente mais apropriadas para a consolidação das relações de proximidade, há também a

referência quanto aos limites que são reconhecidos nestas mesmas relações, sobretudo do seu lugar nas redes de assistência. Tais limites justificam a adoção de certas atitudes entre as mulheres, como recuar ou calar-se a fim de permanecer com algumas garantias, evitando com isso a exclusão das redes de assistência.

Este foi o caso de D. Dirlene e de Lucimar, ambas reconhecendo seus direitos, insistem pela sua garantia, mas até certo limite, limite este compartilhado entre aqueles que desejam manter suas alianças e contar com certos aliados em situações posteriores.

No caso de Dirlene, ela narrou o conflito que certa vez resolveu não enfrentar, quando seu marido teve atendimento médico negado na Unidade de Saúde próxima de sua casa. A situação atingiu seu ápice quando as enfermeiras negaram atendimento domiciliar ao seu marido, que estava sentindo-se mal em razão de problemas de pressão. As justificativas apresentadas pelas enfermeiras era a de que seu marido estava naquela situação porque não comparecia às reuniões do Grupo de Hipertensos ao qual ele fora encaminhado pela médica do posto, razão pela qual elas justificaram a negação do atendimento. Diante desta afirmação Dirlene decidiu levá-lo ao Postinho de carrinho de mão.

Ela relata que argumentou com as enfermeiras dizendo que conhecia os direitos dos idosos, e que *“[...] isso eu sei porque elas não passam a perna em mim. Olha, eu sei ler, eu sei o que pode e o que não pode”*. Ela, porém, recuou quando avaliou as conseqüências possíveis que uma atitude mais drástica poderia trazer em decorrência, e nesta decisão é apoiada pelo marido que participava também da entrevista e ratifica a ação tomada por Dirlene: *“A gente podia denunciar é que a gente não quer se incomodar”*.

No segundo caso, o contexto que envolve a situação não é o mesmo anterior, mas seu desfecho coloca em evidência o quanto a consciência dos limites das redes de assistência é recorrente e compartilhado entre as famílias. No caso de Lucimar, que opta por calar-se a sofrer posteriormente as conseqüências de posicionar-se e enfrentar, a situação é paradigmática:

“Eu consultei uma vez com ele e ele me mandou ir pra igreja pra parar de beber e fumar. Eu não dei resposta porque eu sou bem educada, porque eu preciso dali, eu não vou estourar a minha ficha ali. Quanto mais eu fizer pior vai ser pra mim”.

A obrigação de *retribuir* aquilo que é recebido, por intermédio de profissionais e voluntários, justifica em grande medida as decisões tomadas por estas famílias, quando optam por não revidar nestas situações. Nestes casos, é importante perceber que uma vez rompido o vínculo, retorna-se ao ponto inicial, obrigando a família mover-se, outra vez, investindo energias e tempo a fim de inserir-se nas redes de assistência.

E é, sobretudo, na fala de Lucimar que se percebe o investimento na manutenção destas redes já consolidadas, sua expressão final de não “*estourar a ficha*” conduz a pensar sobre as noções de assistência que estas famílias manipulam com certo equilíbrio. Nesse caso, o discurso médico informa o caráter moralizante e discriminatório de certas práticas dirigidas a estes grupos. No entanto, as estratégias utilizadas por Lucimar para desdobrar-se diante de situações como esta, remete-nos, sobretudo a Clifford Geertz (2001), em especial no seu artigo “Os usos da diversidade”, cujo interesse maior era o de problematizar a forma geral através da qual se manifestariam as conseqüências da diversidade cultural “assumida hoje em dia pelos conflitos de valores”. Para Geertz (2001) não se trata de apresentar ou discutir quem possui maior ou menor sensibilidade quando diante de determinados contatos culturais, mas, sim, de apreender os significados presentes nas ações do ‘outro’, de imaginar-se vivendo num certo sistema simbólico que o permita, ao menos, relativizar suas idéias e concepções sobre os valores culturais que distam dos seus. Assim, o que explica esses distanciamentos e

[...] o que responde por esse sentimento depressivo é a impossibilidade de as pessoas sequer imaginarem, em meio ao mistério da diferença, como seria possível contornar uma assimetria moral perfeitamente autêntica. Tudo acontece no escuro (GEERTZ, 2001).

4.3 “A criança recebe esse dinheiro pra que que é?”²³: O Ponto de vista das famílias que recebem o Programa Bolsa Família e Fome Zero

Em sua maioria, parece existir entre as famílias um consenso quanto à obrigação de expor os gastos que são realizados com o benefício, e essa compreensão motivou várias mulheres a responderem a uma pergunta não formulada, ou seja, a pergunta que originava respostas objetivava analisar os gastos das famílias e as estratégias utilizadas pelas mesmas para suprir tais necessidades. Assim, o que se pode perceber é que para elas havia a necessidade de prestar contas em quê e com quem o dinheiro do Programa Bolsa Família era aplicado, e também os gêneros alimentícios do Fome Zero. É obrigação retribuir uma doação.

E para exemplificar, cabe trazer para análise os relatos de algumas mulheres, uma delas, a que motivou a organização desta discussão. Uma das passagens da entrevista de Ana Lúcia diz respeito às diversas estratégias que são por ela acionadas para ajudar o seu pai (que ficou com a guarda de seus filhos com a morte da mãe de Ana Lúcia) no sustento de seus filhos menores. Uma das estratégias diz respeito à divisão das sacolas que recebe do Fome Zero, parte fica com ela seu marido e o filho mais novo, e parte com seu pai, e seus dois outros filhos, uma menina de 12 anos e um menino de 10 anos. Ela diz o seguinte: *“Eu reparto com eles, sabe por quê? O meu pai não podia receber essa sacola, aí. A finada minha mãe pegava. A minha mãe pegava, e eu pegava, era separado, sabe? Como ela morreu cortaram ele”*. (Ana Lúcia, Fome Zero e Bolsa Família). Além de dividir a sacola que recebe do Fome Zero na Comunidade Católica, ela faz pão para os filhos que moram com o seu pai. Ela não concorda em trazer as coisas (comidas, por exemplo) da casa do seu pai. Então, quando os seus dois filhos vêm passar o dia com ela, ela afirma convicta que oferece aquilo que tem em sua casa, e se nega a buscar na casa do pai alguma ajuda para os filhos que ficam com Ana Lúcia durante o dia: *“Eu não pego. Eu dou do meu”*. Sua filha de 12 anos, que também participava da entrevista, disse que a mãe só pegava as *coisas* na casa do avô com

²³ A inspiração para o título deste item foi retirada de uma das entrevistas realizada com as famílias que participaram do estudo. O questionamento, feito por uma das mulheres, (Ana Lúcia / 31 anos / Programa Bolsa Família / Fome Zero) referiu-se ao destino implícito que deve ser dado aos recursos recebidos mensalmente.

a finalidade de fazer o pão para ela e os irmãos, o que vem a ser confirmado pela mãe:

“Ah, é, que eu faço pão pra eles, pra poupar o gás do pai, como eu tenho fogão a lenha, eu junto lenha, às vezes eu levo ela (a filha) pra juntar lenha, aí junta lenha, e eu asso pão aqui pra poupar o gás dele (do pai). [...] Quando eu já faço, eu já faço sete pão já de uma vez, vai quatro pra eles e fica dois aqui pra mim, só que (d)eles eu faço com as coisas que o pai manda pra eles. [...] Ele manda farinha e óleo e eu faço pão pra eles”.

A percepção de Ana Lúcia quanto a forma como deve ser gasto o dinheiro do Bolsa Família, e além disso a quem este dinheiro pertence, situam na família e particularmente nas mulheres a função de administradoras destes recursos, e não só deste recurso, mas de todos aqueles que são dirigidos às famílias, justamente porque suas atribuições se dão na esfera da casa, encontrando-se restritas ao âmbito doméstico (VICTORA, 1992).

O relato de Ana Lúcia se constitui num exemplo típico da forma de administração deste recurso pelas famílias em grupos populares: *“A criança recebe esse dinheiro pra que que é? Pra dar o estudo, pra dar estudo e colégio. Se a mãe e o pai não trabalham, vai ter que comprar comida pra dar pra ele comer. Se sobrou, compra uma roupa”.*

A situação de desemprego dos pais é um elemento importante na avaliação das famílias, quando nas situações extremas não há como manter a alimentação das crianças. Nestes momentos, o dinheiro recebido com o Bolsa Família é utilizado para suprir aquilo que não vem nas sacolas do Fome Zero. Nessa condição vive a família de Elaine, que utiliza os recursos do Bolsa Família para a complementação dos gastos familiares, sendo-lhe essencial hierarquizar as prioridades, onde os filhos são o critério de referência: *“[...] porque eu digo primeiro eles, depois a gente”.* Assim, a partir do momento em que passa a receber os recursos do programa, ela inicia o investimento de forma a suprir outras necessidades dos seus filhos:

“Geralmente eu comprava coisas de comida, agora como vêm as coisas da igreja (Fome Zero), eu procuro comprar roupa pras crianças, calçado. [...] Eu compro assim, só coisas necessárias mesmo, a comida do dia a dia, e depois roupa e calçado assim que sobra”.

Em outras famílias, se percebe também a utilização de forma estratégica dos recursos que recebem das redes de assistência para satisfazer as necessidades de alimentação, vestuário e estudo dos filhos. Em alguns relatos, o consumo de carne e derivados se tornam possíveis a partir da utilização combinada dos recursos do Programa Bolsa Família e das sacolas do Fome Zero, permitindo à família de Seu Ari, por exemplo, o consumo de carne nas refeições da família. A lógica empregada por esta família leva em conta a vontade dos filhos *“Tem que ser uma misturinha”* (e não somente feijão e arroz) que se expressa como justificativa suficiente para o esforço dos pais em procurar pelos programas e serviços das redes de assistência.

Deve ser considerado, além das situações descritas acima, aqueles casos em que a família, possuindo uma outra fonte de renda, seja fruto de algum biscate ou aposentadoria, redimensiona o planejamento dos gastos com as crianças e investe assim em outros artigos, que embora percebidos como importantes, ocupam necessidades de segunda ordem. Para visualizar as condições nas quais isso se realiza, a família de Bernadete, que apresenta situação diferenciada, servirá como referência. Ela tem um filho de 4 anos, seu marido possui uma renda estável com os serviços que presta junto à comunidade²⁴ servirá como referência, e para completar ela realiza uma vez por semana faxina numa *“casa de família”* e seu filho freqüenta a creche todos os dias. Assim, o dinheiro do Programa Bolsa Família pode ser aplicado em outros itens, que avaliados como de segunda necessidade, são consideradas artigos raros em outras famílias. Conforme comentou durante a entrevista: *“Eu compro alimentação pro Gabriel, frutas, iogurte, essas coisas. E as roupinhas dele. As coisinha dele”*.

Há, assim, entre as mulheres entrevistadas um consenso tácito, de utilizar o dinheiro do Programa Bolsa Família com as despesas das crianças. No entanto, quando isto não ocorre e certas mães gastam em benefício próprio os recursos que deveriam ser utilizados com as crianças há, por parte das demais mulheres, uma reprovação desta atitude. A existência de uma mulher na *“beca”*²⁵ contrasta com a de um filho que não recebe o apoio da mãe, e que por esta razão se destaca das demais crianças pela forma como se veste, e do estado em que se encontra, cuja aparência flagrante denuncia a irresponsabilidade desta mulher, que não cumpre

²⁴ O marido de Bernadete é conhecido na localidade por ser o guarda noturno, uma espécie de segurança informal de algumas casas do loteamento.

²⁵ Entre os informantes, beca significa pessoa bem vestida.

adequadamente seu papel de mãe. O exemplo de indignação trazido por Ana Lúcia constitui-se num dos elementos daquilo que compõe o universo social das mulheres e das suas responsabilidades do cuidado com os filhos: “[...] *tem muita mãe que pega, pega esses dinheiros dessas crianças, [...] e não adianta dizer, que a gente vê a verdade [...] da pra ver a criança que tu vê dentro do colégio, aí depois tu vê a mãe, a mãe tá numa beca*”.

As atitudes que competem ao universo de cuidados que os pais devem ter para com seus filhos foram referidas diversas vezes durante as entrevistas. E na família de Viviane assume formas nem sempre previstas dentro da configuração dos papéis socialmente esperados para homens e mulheres, em especial dentro deste universo tradicional das relações de gênero. Como ela relata, sua atitude como mãe é curiosa, em especial diante do acidente sofrido pelo marido, que o impossibilitou de sustentar a casa por vários meses consecutivos, e assim de cumprir com sua principal obrigação. A realização desta tarefa foi então assumida por Viviane, mas apresenta uma série de peculiaridades que a coloca, naquele período, no exercício de uma função que era de responsabilidade exclusiva do seu marido. O relato de realização destas tarefas, ela mesma faz questão de acentuar a particularidade e o caráter eventual e invertido para o seu universo cultural. No relato dado por Viviane estas características são enfatizadas em grande medida na apresentação do contexto daquela situação, em que ela se viu obrigada a trabalhar pela primeira vez em sua vida, numa função predominantemente de homens, a de servente de pedreiro numa construção civil.

Em outros casos, como o da família de Elaine vê na coleta de materiais recicláveis uma fonte de renda para complementar a renda do marido nos gastos familiares. E também na de dona Dirlene, e na prática de sair pra “*sucatear*”²⁶ toda vez que os rendimentos obtidos do marido e dos programas sociais não dão conta de suprir às necessidades da casa.

A motivação que orienta a maioria destas mulheres a buscar estratégias e alternativas é a mesma, e esta identidade comum se dá em torno de um marco, o qual corresponde com a vinda do primeiro filho. É a partir deste evento que suas vidas se orientam diferentemente do que até então haviam feito; se trabalhavam integralmente, algumas, quando não param de trabalhar, reduzem a jornada de

²⁶ Para D. Dirlene sucatear é recolher sucatas, ou seja, materiais colocados no lixo e que poderão ser reciclados.

trabalho para ficar mais próximas da família, e passam a contar para isso com outros recursos. O que é notório é que o nascimento das crianças significa a inclusão em um novo universo social em que as crianças se constituem na motivação primeira pela procura dos programas e serviços das redes de assistência. Este argumento será desenvolvido no próximo item.

O apoio à bibliografia sobre famílias em grupos populares é útil para compreender o lugar das crianças dentro de suas famílias, e também entre diferentes famílias. O questionamento realizado por Cláudia Fonseca (1995) ‘O que significa ter um filho?’, faz-se frutífero para a compreensão de tamanhos investimentos das mulheres em torno dos cuidados com as crianças.

Os envolvimento destas mulheres com as crianças “dão um sentido à existência diária” (FONSECA, 1995), e, de acordo com a mesma autora, são elas que também fornecem um “senso de importância para os adultos que delas cuidam”. Assim, o papel das mães se concretiza em grande medida se ela se dedicar ao cuidado das crianças, e também no reconhecimento público de tratar bem os filhos, porque nada mais humilhante, à mãe e ao filho, do que ser criticada pelas outras mulheres. Assim, a relação mulheres – crianças – vizinhança deve ser compreendida como de complementaridade. Assim que as mulheres passam a fazer parte das redes de solidariedade das vizinhas e parentas pela relação que possuem com as crianças, são, portanto, as crianças que fazem sentido neste universo dos grupos populares, e que adensam, conseqüentemente, o pretexto para as redes de trocas e de interação social (FONSECA, 1995) entre as famílias e as vizinhas.

4.4 A inserção nas redes de assistência por intermédio das crianças

A procura pelos serviços de assistência se faz necessário quando a família já não consegue mais prover os filhos com seus rendimentos, seja pela escassez do mesmo, seja pela falta de trabalho remunerado. Em tais situações, quando está em jogo a manutenção das crianças, é que as mães iniciam a participar das redes de assistência. Estas razões foram percebidas em quase a totalidade das famílias investigadas, que foi o caso da família de Elaine que relatou o seguinte:

“Comecei a me apertar, começou a vim as dificuldades, né, falta de comida, falta de dinheiro, e aí eu saí a procurar. Procurava serviço só recebia um não, não, não. Meu marido a mesma coisa, tanto é que botou currículo até agora nada. A única solução é sair a correr (d)esses programas [...] Bom, aí deixar eles passar necessidade eu não vou, e eu digo, roubar muito menos, porque a gente pode tá passando fome, mas a honestidade em primeiro lugar. Eu digo, eu vou é correr atrás”.

A constante presença das crianças em diferentes universos sociais, acompanhando sempre suas mães ou àquelas que se responsabilizam pelos cuidados das mesmas, é revelador de um elemento fundamental para se compreender as estratégias compartilhadas entre as famílias, qual seja a de inserirem-se nas redes de assistência a partir da referência as crianças, aos filhos menores.

Em todos os casos estudados, quando se perguntava as exigências para a participação do benefício ou programa que fosse, a resposta era sempre a mesma, ter filhos menores e ser de baixa renda. A situação relatada pela família de D. Dirlene constitui-se em um bom exemplo da inclusão em determinados benefícios, quando são avaliadas as situações dos filhos menores pelos responsáveis da seleção em programas de proteção as crianças e jovens:

“Fui atrás porque disseram que tinha psicólogo [...] Era muita complicação, a cabeça tava cheia, eles iam pra padaria, eles andavam sucateando. E elas (as assistentes sociais) disseram que ‘Não dona Dirlene a senhora recebendo o Bolsa Escola eles não podem andar na rua. Se um carro pega, se acontece qualquer acidente? Aí o seu benefício vai ser cortado’. Ai foi através disso ai que elas me arrumaram o projeto pra eles”.

O projeto que está sendo referido por D. Dirlene é realizado em seu loteamento, o qual atende crianças e adolescentes em horário inverso ao da escola, e é nomeado de Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto – ASEMA. As atividades desenvolvidas visam contribuir com o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes, oferecendo atividades como o reforço escolar onde são estimulados à realização dos temas. Além disso, são repassados exercícios de fixação dos conteúdos vistos na escola. Paralelamente, são desenvolvidas atividades de recreação, com a realização de brincadeiras e atividades em grupos. O atendimento é diário e conta com funcionários públicos municipais; este projeto integra a política

de assistência social às crianças e adolescentes em situação de risco no município de Pelotas.

Na continuidade da entrevista, D. Dirlene revelou que está em busca de outros programas para seus filhos. No caso de seu filho mais velho, a utilização de certas estratégias, em conjunto com as psicólogas e assistentes sociais, foram realizadas com o objetivo de afastá-lo do uso das drogas, o que culminou em sua inclusão em um programa para formação cidadã de adolescentes, o Agente Jovem. A inclusão e participação do rapaz acabaram por abrir caminho para sua irmã, que no ano seguinte será a próxima da família e ser *encaminhada* para participar do mesmo programa.

Atualmente, D. Dirlene procura garantir também para seu filho menor um benefício permanente, dirigido àqueles sujeitos cuja situação de saúde os incapacita para o trabalho. Nestes casos, os enfermos podem encaminhar uma solicitação, através de um profissional habilitado, para o recebimento de um benefício conhecido por Benefício de Prestação Continuada, direito este que está previsto na LOAS, a Lei Orgânica da Assistência Social, o que foi por Dirlene referido com precisão. O Guilherme, seu filho mais novo, sofre de problemas gástricos pela ingestão de produtos derivados do leite, sua alimentação deve ser controlada, além de uma dieta equilibrada. A mãe de Guilherme, D. Dirlene, relatou que até pouco tempo recebia certa quantidade de leite através de um órgão da Igreja Católica, o Banco de Leite, mas esclareceu que havia perdido o mesmo benefício pela idade do menino. Guilherme tem 09 anos, e pesa atualmente 19 quilogramas, é muito quieto, e, segundo sua mãe, tem problemas sérios de gagueira.

De acordo com D. Dirlene os exames de encaminhamento do menino, para a solicitação do referido benefício, estão sendo acompanhados e examinados através de médica que o acompanha no Posto de Saúde.

Numa outra família, a referência à procura pelos serviços de atenção às crianças é também apresentada, e este se dá como um suporte à rede de assistência, tratando-se, neste caso, de se configurar uma outra rede, a do ensino formal. Os relatos de Berenice, mãe de Gabriel, apontaram por diversas vezes as preocupações com a socialização do menino, os quais se referiam ao espaço da Escola de Educação Infantil como o de convívio com outras crianças da mesma idade. Acrescenta-se ainda sua persistente preocupação em oferecer um ambiente diferenciado daquele que o menino possui em casa. Para ela, o espaço da casa, por

ser pequeno, e do pátio, por ser aberto e sem calçamento, são considerados como perigosos para a criança, que sem os limites de muro e de cerca, fronteiras do espaço da casa e do meio da rua, trariam riscos à criança na medida em que a deixaria exposta ao trânsito de carros e cavalos do local. Assim, a creche, da qual ele participa desde aproximadamente um ano, seria um local que traria ao menino aquilo que lhe falta, indicando as preocupações da mãe a cerca do ambiente mais adequado no qual deve viver uma criança:

“Então eu levo ele pra escola, né. Ele não tem outro irmão, não tem relacionamento assim, aqui tem a guriazinha que ele brinca, e tudo, mas ele gosta de dá-lhe laço também [...] E ele se desenvolveu bastante também, antes ele era uma criança muito fechada, não brincava muito, tava sempre preso dentro de casa, porque no inverno isso aqui é muito úmido, é um barreiro isso aqui. [...] Então eu não largo ele pra rua, então ele fica muito preso. Por isso que eu levo ele pra escola. Lá é fechado, eles tem brincadeiras, um monte de coisas com os colegas”.

A insistência de Berenice para conseguir a vaga do filho na escola, a levou a procurar o lugar repetidas vezes, como ela mesma relatou na entrevista. Contou que quando procurou o local, pela primeira vez, acreditava que seria de fácil acesso, que bastava fazer a inscrição, deixar a criança e seguir trabalhando. No entanto, Berenice narrou que necessitou inscrevê-lo novamente no ano seguinte, submetendo-se à realização de um sorteio até conseguir obter a vaga para o menino. Em razão disso, Berenice optou por cuidar do filho enquanto aguardava pelo chamamento do menino na escolinha, e que só então depois poderia retomar uma vez na semana suas atividades de faxineira.

Em ambas as famílias, a participação das crianças nestes espaços de sociabilidade, como o do ASEMA e da escolinha de educação infantil, evidencia a preocupação das mães/mulheres com a integração dos filhos menores nestas redes de assistência.

Em diferentes outros locais as crianças também não passam despercebidas, ao contrário, elas evidenciam o quanto os espaços são estrategicamente organizados para atendê-las e dar-lhes atenção, como no espaço da Unidade de Saúde para as pesagens do Programa Bolsa Família, a organização de espaços como bibliotecas e brinquedotecas nas Comunidades Católicas (ambas organizadas pela Pastoral do Menor e também da Criança), no Comitê de Desenvolvimento

Dunas, ou também no reforço escolar no Centro Comunitário Bom Pastor (Igreja Evangélica de Confissão Luterana) na Vila Pestano.

Nos grupos da Pastoral da Criança, onde as crianças são atendidas mensalmente para a realização das pesagens e orientações às mães a cerca dos cuidados com os filhos, a presença massiva das crianças é reveladora da importância que estas possuem para os serviços de assistência. Na celebração da vida, como é chamado pelas líderes comunitárias, o encontro de mães, crianças e voluntárias, são realizadas diferentes atividades dirigidas a este público, o que inclui alimentação, brincadeiras e conselhos às mães para ensinar-lhes cuidados básicos de saúde, como receitas caseiras e dicas sobre os cuidados que devem ser dirigidos às crianças, sobretudo com a intenção de serem evitados acidentes e violências domésticas. Diversos depoimentos referiram a importância deste trabalho para as crianças e para as famílias; o que foi narrado por Berenice é esclarecedor:

“Que eu levo ele na pastoral também. [...] Ai eu tiro ele (da escola de educação infantil) umas 3 horas de lá, eu tiro ele e levo, que ai eu explico pras gurias, pras tias dele, ai eu explico, ó, vou levar ele na pastoral, pra ele participar, tudo. E ele é pesado, né, a gente faz um lanche, tem a recreação, tem alguém que brinca com eles, a gente fica conversando”.

O trabalho desenvolvido junto às crianças, de acompanhamento do peso e medida das crianças, cujas mães são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, tem finalidade semelhante àquela realizada pela Pastoral da Criança. A peculiaridade do Programa Bolsa Família é a de observar os impactos do recebimento do benefício sobre as questões de saúde e educação das crianças. A lógica de que as mulheres devem ocupar-se das crianças, reforçada por parte do Estado no pré-requisito de titulares dos benefícios sociais²⁷, acaba as aproximando ainda mais das redes de assistência, o que pode ser verificado em qualquer pesagem de acompanhamento do Bolsa Família, ou nos horários de entrada e saída das escolas destas duas regiões. Por seu lado, estas instituições também reafirmam o laço entre as mães e as crianças, dirigindo-se àqueles que acompanham às crianças nas pesagens mensais, na forma de questionamentos sobre a saúde e o desenvolvimento do peso e altura destas crianças. E são curiosas, sobretudo, as respostas que são dadas aos profissionais que acompanham as condicionalidades

²⁷ Ver em anexo a lei federal que cria e institui o Programa Bolsa Família.

do programa, quando a criança não está acompanhada de sua mãe. Estas se dão, geralmente, fazendo-se a referência de que para responder de forma precisa questões dessa natureza só mesmo perguntando para a mãe da criança.

De maneira geral, pode-se perceber que as medidas de atenção e proteção dirigidas às crianças se constituem num elemento fundamental para a aproximação de suas famílias das redes de assistência. Em todos eles os discursos evocam repetidamente os cuidados às crianças, e, sobretudo a comoção que ela provoca entre os profissionais e voluntários. As crianças são o ponto de contato entre as famílias e as redes de assistência; ambos estabelecem assim relações de mediações a partir das responsabilidades que possuem com as crianças. Se por um lado as famílias motivam-se a buscar os programas e serviços da assistência para complementar o orçamento familiar e conseqüentemente aquilo que é oferecido às crianças, por outro, são elas, as crianças, que mobilizam os recursos e as atenções das redes de assistência.

Assim, como discutido por Claudia Fonseca (1995) muitas vezes “se formam redes em função da sobrevivência da criança”, e isto pode ser amplamente visualizado em todos os momentos do trabalho de campo, reafirmando e adensando questões já discutidas em trabalho anterior:

A coletivização da responsabilidade no cuidado das crianças explicitada na vila em questão – Dunas, evoca a construção e ao mesmo tempo a consolidação das redes de solidariedade entre amigos, vizinhos e parentes, afirmadas por intermédio das crianças. (PEREIRA, 2005).

A freqüência junto destas instituições é indicativa do interesse das mulheres pela inclusão nos recursos das redes de assistência, e sua visibilidade é fundamental para que passem a fazer parte daqueles que ainda não estão plenamente incluídos, mas interessados em fazer parte dos cadastrados. Muitos foram os relatos que apontaram a necessidade da persistência, da freqüência assídua a grupos como pré-requisito para serem chamadas a fazer parte como beneficiárias de certos programas e serviços. Esta foi uma situação relatada por Viviane, que fala sobre o caminho que precisou percorrer até conseguir receber sua sacola do Fome Zero:

“Conheci a Juliete pela minha prima que participava do grupo. A Juliete me inscreveu na Pastoral da Criança. Aí fui indo, fui indo, fui indo pra depois ganhar a sacola. A Juliete ainda me castigou, porque tem muitas que vão só com interesse na sacola, sabe? E eu ia sem ganhar a sacola [...] por isso que a Juliete me botou na sacola também”. (Viviane / Bolsa Família / Fome Zero / Grupo de mulheres / Pastoral da Criança).

Em uma outra situação tem-se a experiência de Elaine que, a partir do nascimento do filho, vê-se também na expectativa de receber a sacola do Fome Zero, mas cujo cadastro não é feito sem antes esperar ser chamada pelas voluntárias da igreja:

“Era assim, (recebia) quando sobrava, mas se tu ficava na fila de espera [...] no caso é assim, os que estão cadastrados pegaram, mas os que sobravam pra gente que tava na espera era a mesma coisa que era pros cadastrados. [...] Aí eu pegava na fila de espera, aí quando teve mais oportunidade aí ela me botou no cadastro”.

Em geral, as condições que são colocadas às famílias que começam a participar dos programas e serviços são encaradas pelas mulheres como consequência dos benefícios que foram conquistados. Uma espécie de recompensa para profissionais e voluntários, do cumprimento de obrigações sem as quais não seria possível a permanência dos vínculos e dos benefícios.

A análise que Berenice faz sobre sua participação nas celebrações católicas como uma forma de auto-ajuda, de reflexão e encontro consigo mesma, e que a permite repensar suas próprias atitudes, se deu em grande parte pelos convites insistentes da coordenadora do Grupo de Mulheres, convite ao qual ela se dispôs retribuir, participando nas missas aos sábados com certa assiduidade. No entanto, Berenice apresenta um dado importante a cerca da situação na qual a retribuição é deixada de lado, quando as necessidades familiares sobrepujam às religiosas.

Para receber sua sacola do Programa Fome Zero, Berenice precisou participar dos encontros do Grupo de Mulheres, que se realizam uma vez por semana na comunidade católica do loteamento onde mora, sendo sua presença nas missas uma atitude espontânea de sua parte, ou seja, não há exigência de frequência nas celebrações, mas, mesmo assim, Berenice opta por aderir à doutrina católica. As consequências desta opção estão presentes no seu relato abaixo, e

demonstram as negociações avaliadas enquanto eficazes para a consolidação dos vínculos com profissionais e voluntários:

“Eu era de outra religião, eu era da umbanda. [...] Quando eu entrei pro grupo pra fazer o cursinho, e receber a sacola a D. Eliete sempre convidava, e eu, ai eu não vou, e é sábado, ficar com a família, não vou. Agora eu comecei a ir e cada vez que eu ia o frei sempre falava alguma coisa que aquilo parece que servia pra mim, sabe? Sempre tirava alguma coisa daquilo ali, como se fosse uma lição pra mim [...] não vou todos, não vou dizer que eu vou todos os sábados que eu não vou mesmo”.

Numa outra situação, esta postura em relação ao caráter religioso de certos programas e serviços da assistência, se combinam à compreensão e validação do ponto de vista dos voluntários que colaboram na distribuição das sacolas do Fome Zero. Neste caso a compreensão das expectativas pelas famílias é interpretada como uma estratégia de compensação ao doador diante do recurso recebido, e Elaine observa também que neste ato está implícita sua adesão em responder às expectativas dos voluntários, no que implica sua participação em cultos que antecedem a distribuição dos alimentos:

“[...]Jela (a coordenadora do centro comunitário) gosta que assiste o culto, e eu não tiro a razão dela. O que que custa aquilo ali é quarenta e cinco minutos?. A gente até se alivia a cabeça ouvindo a palavra, cantando os hinos. Ai eu vou, assisto o culto, pego a sacola e me venho embora pra casa”.

Assim, a participação em um culto, missa ou grupo de mulheres se apresenta como retribuição face às doações que foram ou que serão recebidas (CAILLÉ, 2002). Trata-se antes de uma recompensa mútua, prova do estabelecimento de um vínculo, de um agradecimento pela consideração e lembrança dadas primeiramente pelas preocupações daqueles que se ocupam com as necessidades da família.

Num outro sentido, devem ser pensadas as situações em que as famílias rompem com a continuidade no estabelecimento das prestações, quando estas se negam a permanecer nos grupos e encontros que são colocados como condicionalidades para a inclusão nos benefícios. Nestes casos, são apresentadas diferentes situações em que se rompem as relações mútuas entre famílias e

voluntários / profissionais. Tem-se em certas entrevistas a revelação de humilhações que apresentam até que ponto podem ser negociadas as condições para o recebimento de determinado benefício, mesmo quando a situação que se vive no momento seja de instabilidade e de dificuldade. Exemplos de situações dessa natureza foram encontrados na família de D. Dirlene, que narrou a seguinte situação:

“Numa igreja que tem pra cá, no fim do Areal, aí eu fui, e ainda fui com a minha sobrinha, a Raquel. Aí chegamos lá, houve uma palestra, aí foi servido o chá, aí que eu ganhei. Fui duas vezes só, mas também já não fui mais, por causa que as mulheres, ah, porque a gente não manda vocês fazerem um monte de filhos, vocês fazem muitos filhos, pra dar pra uma tem que dar pra todas. Aquilo dali já, pra mim eu tenho filho, então já que eu tenho 5 filhos, eu já não vou mais. [...] Que eu recebia 04 batata doce, um repolho, um pedaço de abóbora, um quilo de arroz, um quilo de feijão [...] Eu sou assim, se tu me mandar num lugar, eu chegar lá no lugar, e dizer assim, a Dirlene vai chegar lá, vai ter a palestra, [...] mas já cheguei lá de cara e a mulher já, porque a senhora não precisa, porque a senhora é gorda. Então eu já não venho mais”.

E seu marido complementa a fala de Dirlene justificando a desistência do recebimento da sacola, porque além de sofrer estas humilhações ela *“ainda tinha o compromisso de limpar a igreja”*.

Já em outra família, a vivência de situações igualmente humilhantes justifica as opções familiares de se negarem a retornar novamente, deixando implícita a desistência da ajuda até então considerada importante. Neste caso temos a família de Viviane, que ao procurar pela sacola de alimentos distribuída por uma igreja, independente do Programa Fome Zero, resolveu desistir quando o questionamento sobre seus hábitos de fumar e de se utilizar de telefone celular são expostos publicamente. Paralelamente a este registro, ela conta que outras famílias também sofriam os mesmos tratamentos degradantes por parte dos coordenadores desta igreja:

“Ela não podia ver assim ninguém fumando que ela já assim, se tem dinheiro pra comprar cigarro tem dinheiro pra comer. [...] Eu acho que tá errado isso aí. O que que ela quer tá mandando nos outros? Agora não pode ter celular? Tudo bem que a gente tá precisando, mas a gente não tá morrendo de fome. [...] Chamou nós de vileira!”

A situação vivenciada por Berenice se afasta dos demais relatos na medida em que ela própria não sofreu os rebaixamentos recebidos como as outras mulheres, mas ela faz do seu relato uma forma de denúncia e indignação diante dos freqüentes desrespeitos a que eram submetidos seus colegas de grupo. Na sua avaliação a pessoa responsável pela distribuição das sacolas era “malvada”:

“Eu acho que ela é malvada porque deixava a gente um baita tempo no sol, às vezes até com criança pequena, uma senhora com problema de coração, fez ela capinar, um senhor também com problema de coluna, coitado do velhinho tirou ele da sacola [...] Eu acho que pessoas que tem assim problemas de saúde grave não tem como ficar horas e horas no sol, e ainda com a enxada porque força a coluna [...] eu acho assim que as pessoas tem que ter consideração com as pessoas de mais idade”.

As relações tradicionais vivenciadas pelos grupos estudados e evidenciadas neste estudo questionam profundamente nossa capacidade de relativização. Neste sentido, e aqui mais uma vez se utilizando de Cláudia Fonseca (2000), são postos os limites de viver num país com expressivas desigualdades sociais. A aceitação de outros modos de viver nem sempre é tão pacífica, e aqui se desejou apresentar uma face etnocêntrica destas manifestações. O contato com tais universos sociais de grupos populares, apresenta algumas características que persistem, muito embora as orientações da assistência procurem reverter este cenário.

A transmissão de certos valores na educação das crianças é de suma importância para a construção daqueles comportamentos que se deseja transmitir aos filhos. Em muitos casos, o acompanhamento dos filhos junto dos seus pais, e a sua permanência nas diferentes atividades realizadas por seus pais e irmãos reproduz certo comportamento que muitas vezes é considerado inadequado, colocando as famílias em situações conflituosas com o Estado, e de certa forma inadequadas diante da moderna acepção de cidadania e direitos, conceitos e práticas amplamente defendidas pelas redes de assistência.

Os investimentos das famílias junto às crianças se apresentam também como uma forma de garantir um conjunto de condições objetivas que possam ser acionadas na falta dos pais, e, em muitas famílias, algo de material, em certo sentido, e que dê conta em suprir determinadas necessidades objetivas.

Há na grande maioria das famílias uma inquietação em torno das condições materiais que deverão ser herdadas pelas crianças, em caso de ausência ou falta

dos pais. A responsabilidade dos pais prevê, assim, para além do sustento dos filhos, e de sua manutenção na escola, o de deixar para estes uma casa, um lugar que lhes garantirá certa tranquilidade e estabilidade quando os pais não puderem mais assisti-los.

A recorrência destes relatos se fez presente em boa parte dos casos. Especialmente as mulheres mencionam as dificuldades que precisaram ser enfrentadas para conseguir um terreno, e mais ainda para a construção da própria casa. As *correrias* em torno disso, se tornam ainda maiores e mais difíceis de serem solucionadas quando se envolvem relações com o poder público, e aqui se refere especificamente às condições colocadas para a construção das mesmas.

Preocupações desta ordem se fizeram sentir, sobretudo, nos relatos de Elaine e Bernadete, e se constituem como reflexo da mesma situação compartilhada por outras tantas famílias. Na família de Bernadete as motivações que a levaram a procurar pela sua casa própria são colocadas da seguinte forma:

“Por isso que eu quero ter a minha casa pra deixar alguma coisa pra ele (o filho) porque eu não vou viver pra vida toda, né, nenhum de nós, isso aí eu tenho consciência disso, que a gente nasce, passa por aqui, deixa os frutos, algumas pessoas não deixam porque não querem, ou porque não podem. E a gente tem que lutar pra adquirir alguma coisa pra deixar pros filhos da gente”.

Na situação de Elaine são expostas as razões pelas quais ela abandona a casa da sogra. As exigências colocadas pela Secretaria de Habitação a fazem morar num terreno doado por seu irmão e a submeter-se a uma situação que é avaliada por ela como prejudicial à saúde dos filhos. Inconformada com tal motivação ela procura insistentemente os órgãos responsáveis pela construção das habitações populares:

“Eu digo, mas o que que eu vou fazer com essa criança? Os mosquitos tão comendo ele vivo. Ai me deram duas semanas, que iam vim aqui olhar o meu chalé, que eles iam arrumar o chalé até vim a casa. Não vieram até agora. [...] O pedido foi feito no fim do ano retrasado, faz dois anos. [...] Eu digo mas que tanto vocês me empurram? [...] eu fiz o pedido muito antes de vim morar aqui. [...]Sabe que sogra a gente tem as diferenças, mas eu também não tava morando na rua, né. Eu podia ter esperado até vim a casa, mas eles me exigiram que eu tivesse morando num chalé [...] que terreno vazio eles não botam”.

O ponto de vista das famílias colocou-se, neste capítulo, enquanto tentativa de relativização das prenoções do senso comum, que em muitos casos transformam-se em acusações as famílias que recebem os benefícios governamentais como Fome Zero e Bolsa Família, alegando-se que tais programas constituem-se em motivações para que as mesmas tenham mais filhos, justificando o caráter utilitário e instrumental das crianças nestes grupos sociais que desejam aumentar seus recursos financeiros mensais.

A partir do levantamento realizado para a construção deste capítulo, se pode perceber o que as famílias levam em consideração para acessar os recursos da assistência. A maior parte destas mulheres, as que se dispuseram participar da pesquisa, recorrem de fato a diferentes programas e serviços, mas o fazem nas circunstâncias apresentadas neste estudo, quando está em jogo o bem estar dos seus filhos menores.

A seguir será apresentada a rede de assistência dos locais investigados, percebendo-se os pontos de vistas e as dinâmicas institucionais organizadas nas mesmas. Perceber-se-á as trocas, as mediações, as aproximações, coisas que são construídas a partir dos atendimentos, das visitas, dos encaminhamentos e dos retornos.

5 AS REDES DE ASSISTÊNCIA SELECIONANDO AS FAMÍLIAS

A discussão que motivou a organização deste capítulo remete ao olhar prioritariamente focado nas dinâmicas dos programas e serviços das redes de assistência nos dois universos, onde ocorreu a pesquisa de campo. Objetiva-se, portanto, apresentar a etnografia realizada nas duas regiões administrativas investigadas: o loteamento Dunas e a vila Pestano.

Inicialmente, e de modo a contextualizar o universo social no qual se deu este estudo, será necessário problematizar a partir de alguns aspectos da bibliografia consultada, a construção histórica da social-assistência e a trajetória que seguiu até atingir sua moderna concepção. Nessa trajetória da social-assistência a centralidade das discussões e preocupações em torno de temáticas como a família justifica o papel que desempenhou e continua desempenhando, segundo uma lógica intervencionista e de tutela, independente se esta atuação se dá sobre alguns membros desviantes ou se sobre o conjunto dos membros que a compõem.

Em segundo lugar, será apresentada uma análise do ponto de vista dos profissionais e voluntários em torno de suas ações de intervenção junto às famílias, a qual permite visualizar como se organizam as relações de reciprocidade, problematizando em seguida os critérios de universalidade de acesso às políticas de assistência. As mediações, percebidas como conseqüências do paradigma do dom e, portanto, resultantes da lógica do dar, receber e retribuir, entre famílias, profissionais e voluntários, serão abordadas partindo-se das dinâmicas de atendimento e acompanhamento adotadas pelas redes de assistência, as quais se deram através dos cadastros, das visitas domiciliares, dos encaminhamentos e dos retornos.

A forma de apresentação destes elementos se fará a partir da exposição de elementos comuns que foram percebidos e investigados nas duas regiões administrativas, tanto no loteamento Dunas, quanto na vila Pestano, não havendo assim apresentação distinta para ambas. No entanto, cabe ressaltar que certas particularidades, que apresentam distinções importantes nas formas de atendimento realizado pelas redes de assistência nestas regiões, se farão necessárias ao longo do capítulo, mas serão, contudo, previamente enunciadas a fim de facilitar sua compreensão e especificidade quando necessária.

5.1 Assistência e Famílias

[...] o desligamento deste apoio institucional das famílias atendidas deverá considerar se estão aptas a acessar os bens e serviços públicos e privados de que necessitam e aos quais têm direito, dando um salto social necessário para superar sua condição de vulnerabilidade ou de exclusão. O desfecho desse processo pressupõe, ainda, o fortalecimento do grupo familiar em seu papel fundamental de responsável pela proteção de crianças, adolescentes, jovens e idosos que o compõem (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2004).

A moderna concepção da assistência, que pauta as atuações de profissionais e voluntários, constitui-se paralelamente para as famílias num ideal a ser incorporado e, portanto, atingido quando têm início as ações de intervenção colocadas pela participação em programas e serviços da assistência. A intenção de ações desta natureza consiste assim, na ascensão definitiva e efetiva das famílias a condição de cidadãos, contexto possibilitado pelo acompanhamento das famílias, que objetiva promover e incentivar a iniciativa pessoal das mesmas, sem mediadores, na busca de programas e serviços de assistência de maneira autônoma e independente.

Tal concepção distancia-se das práticas temidas, mas ainda persistentes, segundo alegações de alguns profissionais de assistência, como as práticas assistencialistas, as quais incentivam a permanência e a estabilidade dos vínculos entre os assistidos e os promotores do assistencialismo, o que causa a acomodação

dos beneficiários. Contudo, tal processo será mais bem compreendido a partir da análise histórica que será abordada na sequência.

A percepção da família em grupos populares como fundamento para a intervenção da social-assistência, somente há pouco tempo passou a ocupar a agenda de preocupações desse segmento. Em boa medida, tal situação se apresenta enquanto apropriação da visão de mundo destes sujeitos por parte do Estado, sobretudo quando a referência é o cenário brasileiro.

A análise dos objetivos que almejam atingir a quase totalidade dos programas e serviços de assistência investigadas, tem na família o alvo de suas ações de intervenção. Pode-se citar, por exemplo, programas governamentais como o Bolsa Família, que tem por objetivo “apoiar as famílias mais pobres e garantir o direito à alimentação”, (BRASIL, MDS, 2006) ou também programas não-governamentais como o da Pastoral da Criança, cuja “base de todo o trabalho são a comunidade e a família [...] e a dinâmica consiste em capacitar líderes comunitários, que residem na própria comunidade, para mobilização das famílias nos cuidados com os filhos” (CNBB, Cartilhas de Pastoral Social, 2001).

Cabe ressaltar, contudo que tal aproximação percebida na atualidade se constitui num fenômeno recente na bibliografia sobre a assistência social. A obra de Robert Castel (1998), *‘As metamorfoses da questão social’*, trata justamente de discutir este fenômeno a partir das transformações que a descoberta do “social” operou na história da social-assistência, cuja ênfase se deu sobre a visibilidade e o tratamento dos desvalidos, aqueles sujeitos que se encontravam desvinculados socialmente.

A contribuição que a obra de Castel (1998) trouxe em termos de compreensão da organização das relações sociais, encontra-se em grande medida, no significado que o mesmo atribui aos laços sociais, e de suas funções para a afirmação e constituição dos grupos, sobretudo no que diz respeito à manutenção da coesão entre os sujeitos que deles fazem parte.

Anterior a consolidação da assistência, compreendida como a organização racional das práticas de auxílio aos necessitados, percebia-se que a manutenção dos vínculos sociais, e, portanto da coesão numa dada sociedade, era garantida através do estabelecimento de uma proteção próxima, própria de uma sociabilidade primária, que se organizava sob a responsabilidade de grupos familiares e comunitários, os quais evitavam a desfiliação.

Tal contexto começa a sofrer modificações na Europa a partir dos anos 1830, resultado de uma “tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial” (CASTEL, 1998). Naquele momento, sugere o autor que de maneira mais incisiva assumem extrema importância as categorias que servem de classificadores, aqueles que são autorizados ou não a acessarem os auxílios da social-assistência, tratando de qualificar ou desqualificar os beneficiários.

Neste sentido, configura-se assim, o lugar do “social”: “desdobrar-se nesse entre-dois, restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a lógica estritamente econômica nem a jurisdição estritamente política” (CASTEL, 1998).

Assim, Robert Castel coloca a assistência a estes sujeitos como uma maneira de integrá-los novamente aos seus espaços sociais de origem (CASTEL, 1998). Na verdade, em muitos casos, trata-se de uma tentativa de repressão àqueles que potencialmente apresentariam condições de se contraporem à ordem social dada, porque constituído por aqueles que nada têm, e que, por consequência, nada possuem para defender ou manter.

O tema da vinculação social para as sociedades modernas, sobretudo a partir da organização das cidades, com o “desenvolvimento e a diversificação do espaço urbano” (CASTEL, 1998) é estudado por Castel (1998) a partir da relação estabelecida pelo autor entre trabalho e coesão social. A perspectiva seguida pelo mesmo consiste em elevar o valor do trabalho, de forma a considerá-lo, para as tais sociedades em um aspecto que assegura aos indivíduos o situar-se nas malhas de sociabilidade, o que, por conseguinte o qualifica como integrado socialmente.

Neste sentido, a centralidade do valor do trabalho vem acompanhada de sua relação com as idéias de caridade e assistência que pautaram e estruturaram as ações de intervenção ao longo dos últimos anos. Para Robert Castel (1998), o trabalho é compreendido não

enquanto relação técnica de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social [...] Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão, ou melhor, como vou tentar mostrar, a desfiliação. (CASTEL, 1998)

Em suma, tornam-se alvos de certas ações de assistência ou dignos de caridade, aqueles sujeitos que se encontram incapazes para o exercício de atividade produtiva, e, portanto, impossibilitados de proverem suas necessidades.

A contribuição específica do trabalho de Robert Castel (1998) para a compreensão da lógica da assistência social na atualidade reside na recomposição histórica, a qual possibilitou definir a caricatura do que foi considerado alvo privilegiado de ações de intervenção. De maneira geral deve-se atentar para as noções adotadas pelas instituições religiosas, as quais eram responsáveis por boa parte dos serviços da caridade na Idade Média, respeitando-se devidamente as particularidades do contexto histórico, político, cultural e econômico europeu.

A construção deste estado de coisas, no que diz respeito a construção de uma ordem específica de construção do 'social' como entidade que passa a se autonomizar das demais esferas sociais, foi fortemente influenciada pelas representações produzidas pela ação crista, as quais consolidaram as formas consideradas dignas de atenção e socorro.

A defesa e exaltação da pobreza, não como valor absoluto, mas especificamente como significado de "despojamento dos fardos terrestres" (CASTEL, 1998), além de sua importância quando se trata de uma "economia da salvação" em que ricos e pobres estabelecem relações de complementaridade, e portanto onde não se permite questionar tais desigualdades, são alguns elementos que situam o sofrimento carnal como atributo de salvação da alma do cristão, e que assim justificam a mobilização dos recursos da caridade.

Nestes casos, quando se torna visível a impossibilidade de realização de trabalho físico, há por consequência a habilitação do sujeito a condição de assistido. Para o autor: "O cristianismo medieval elaborou, dessa maneira, uma versão fascinante, e única, da exaltação da pobreza baseada na consciência exacerbada da miséria do mundo". Trata-se na realidade de eleger determinadas características em detrimento de outras: "Fazer a opção preferencial pela incapacidade física oculta outras formas de indigência e as exclui da possibilidade de serem atendidas" (CASTEL, 1998).

Robert Castel (1998) enuncia como relevante a importância instituída com a utilização de determinadas categorias classificatórias, em que a moral é a questão central, distintiva por excelência, segundo critérios como a situação em relação ao trabalho. Os *vagabundos* são um exemplo do que fora vivenciado, sobretudo por se

referir aos sujeitos colocados numa situação limite, sem vínculo permanente junto às estruturas formais das relações de trabalho, e, portanto, sem razões para serem atendidos pela social-assistência, são jogados para fora das *franjas* do sistema, porque considerados aptos à realização de atividades em favor de sua própria manutenção. Em suma, são aqueles que receberão tratamento repressivo por parte do Estado. Outras categorias como a dos “pobres envergonhados” e a dos “mendigos inválidos” servem também de exemplos do quanto as categorizações detinham o poder de decidir aqueles que seriam ou não assistidos.

Aliado a este critério, vem somar-se o de pertencimento comunitário, o de ser domiciliado em endereço fixo, e ambos constituem-se então enquanto delimitadores do campo da social-assistência.

Tais concepções consolidaram-se assim em princípios da estrutura moderna da assistência em sua totalidade. Estes princípios são enunciados pelo autor:

[...] classificação e seleção dos beneficiários dos socorros, esforços para organizá-los de um modo racional sobre uma base territorial, pluralismo de instâncias responsáveis, eclesásticas e laicas, “privadas e públicas”, centrais e locais (CASTEL, 1998).

No entanto, apontou Castel (1998) que a sistematização de uma “nova política social” se dá no início do século XVI, o que reflete uma ampla mobilização social já em movimento desde o século XIV:

“Essa forma de assistência que corresponde nitidamente a uma preocupação com a gestão racional da indigência não esperou, pois, o século XVI para se manifestar. Tampouco esperou a laicização da sociedade” (CASTEL, 1998)

O problema definido por Castel (1998) se encontra justamente quando o trabalho passa a uma nova condição, a de instabilidade, o que coloca na situação de supranumerários, e aqui utilizo os termos empregados pelo pesquisador, pessoas que não terão possibilidades de tornarem-se vinculadas socialmente. Neste sentido, boa parte de suas preocupações dizem respeito a interpretação histórica do lugar do trabalho na estrutura das sociedades, procurando avaliar as conseqüências do estado atual dado pelo desemprego crescente:

A caracterização sócio-histórica do lugar ocupado pela condição de assalariado é necessária para mensurar a ameaça de fratura que assombra as sociedades contemporâneas e empurra para o primeiro plano as temáticas da precariedade, da vulnerabilidade, da exclusão, da segregação, do desterro, da desfiliação... (CASTEL, 1998)

As fraturas visíveis atualmente acabam por denunciar flagrantemente a impossibilidade de uma integração social, nos termos colocados por E. Durkheim, a qual defendia a existência de uma complementaridade entre sujeitos (solidariedade orgânica). Nestas circunstâncias, Castel (1998) sugere que neste novo contexto se compreenda o vínculo social a partir da união dos indivíduos pelas suas semelhanças sociais, onde são produzidas comunidades de iguais, situação diferente da anterior na qual se percebia a coesão social a partir da soma de diferentes partes que completam.

A literatura sobre o tema é vasta, e retrata, sobretudo, na perspectiva histórica, as relações entre os assistidos e as instituições, fundamentalmente como relações de poder. Os jogos entre as categorias objetivavam enquadrar aqueles sujeitos que não possuíam um lugar específico nas relações de trabalho, sendo alvo, portanto, das ações de intervenção para o contexto europeu que se estendeu até fins do século XIX, quando as relações salariais já se encontravam mais firmemente estabelecidas.

É necessário contextualizar que essas categorias sofreram transformações ao longo desses séculos, influenciadas, sobretudo, pelas transformações sociais e políticas. Não cabe aqui, portanto, discorrer a cerca desta temática, entretanto, se deve ressaltar que nesta análise das categorizações daqueles que não se encontravam situados dentro da ordem social, ou seja, nas zonas de vulnerabilidade, recebiam tratamento distinto dos demais (CASTEL, 1998).

O que mais chama a atenção para a reflexão desenvolvida no estudo sobre famílias e redes de assistência, diz respeito à continuidade e permanência de certas questões de fundo no que se refere ao tratamento das questões da 'social-assistência'. E nesta obra de Castel (1998) se torna evidente a perenidade das mesmas. As questões que hoje pautam a prática da assistência social sugerem uma proximidade muito grande com as práticas adotadas no período em questão. As estratégias utilizadas para se definir atualmente quem são os privilegiados e aptos para recebimento dos recursos da assistência, se situam muito próximo daquilo que

era percebido na Europa dos anos 1830; a saber, dois critérios, o da domiciliação e o da incapacidade para trabalhar (CASTEL, 1998).

Na continuidade, a consolidação das preocupações com questões envolvendo famílias e assistência, sobretudo referindo-se às medidas adotadas para a conservação das crianças, é discutida na pesquisa organizada por Jacques Donzelot (2001) na Europa dos séculos XVIII e XIX, e publicada na obra “A polícia das famílias”. Nesse material, Donzelot preocupa-se em precisar a constituição de um corpo especializado em assuntos da família que surge na Europa, decorrente de preocupações com a normalização familiar, sobretudo popular. Naquele momento, se pautava o afastamento das nutrizes das famílias burguesas, com o entendimento de que estas se constituíam num prejuízo às crianças, sobretudo pela argumentação dos maus cuidados a que essas crianças estariam submetidas. O apoio organizado para realizar intervenção e normalizar as ações domésticas de famílias ricas em torno desses cuidados das crianças no lar, contou amplamente com a participação do “médico de família”.

Num outro extremo, nos grupos populares, organizou-se uma espécie de cerceamento das liberdades, o fechamento da família se deu nos moldes burgueses, causando mudanças profundas na forma de organização familiar. Um novo papel foi dado à mulher; esta deveria cuidar do marido, e manter os filhos sob seu olhar vigilante. A reordenação do espaço da casa foi também incluído nessas transformações, separando-se os cômodos dos filhos e pais, e das crianças maiores das menores; foi um aspecto importante de remodelação em torno de um novo ambiente familiar que foi se impondo às famílias populares.

A justificativa para tais ações se pautava pela idéia de conservação das crianças, influenciada enormemente pela visão de infância que se construía na época (ARIÈS, 1981).

A adoção de certas atitudes, como a criação de um corpo institucionalizado para cuidar, julgar e encaminhar assuntos específicos das famílias, como o tribunal de menores, demandou por outro lado a constituição de um corpo de profissionais também especializados em tratar de tais temáticas, o que demandou conseqüentemente o surgimento de novas profissões. Num trecho Donzelot apresenta que:

A partir do final do século XIX surgiu uma nova série de profissões: os assistentes sociais, os educadores especializados, os orientadores. Todas elas se reúnem em torno de uma bandeira comum: o trabalho social. [...] Disseminados numa multiplicidade de lugares de inserção, guardam sua unidade, não obstante, em função de seu domínio de intervenção, que assume os contornos das classes menos favorecidas (DONZELOT, 2001).

É impressionante também neste período a força que o discurso instituído exercia sobre as famílias dos grupos populares, sobretudo na detenção do direito praticamente exclusivo de explicar e atribuir categorias a atitudes avaliadas como disfuncionais em determinadas famílias. Essa é a situação expressa na categoria “famílias inestruturadas” e o tratamento que recebiam por parte da assistência, que procurava traçar-lhes inclusive um perfil estereotipado conforme será reproduzido do autor: “São aquelas onde os traços dominantes são (segundo os serviços do tribunal, evidentemente): instabilidade profissional, imoralidade, falta de asseio” (DONZELOT, 2001).

O deslocamento de uma prática moralizadora para com as famílias, a uma normalizadora explica em grande medida a autonomização do “social”, enquanto um campo de preocupações específicas. Ainda, alia-se neste deslocamento a substituição de uma prática da caridade a uma prática de filantropia.

A prática de filantropia se deu em grande medida, pela adoção de uma nova abordagem no tratamento da questão social, dando um novo método às ações realizadas, e, sobretudo, a imposição de uma dimensão técnica ao que se realizava como a utilização de manuais para a orientação das visitas familiares, bem como a realização de relatórios sobre a situação das famílias.

No caso brasileiro, a relação entre assistência social e as famílias se estabeleceu na preocupação com a questão das desigualdades sociais, e parte de um esforço de setores não governamentais, sobretudo dirigido por instituições religiosas, onde ocorreu, de certa forma, a adoção da assistência nos moldes de um assistencialismo, realizado, como, por exemplo, a Roda dos Expostos. Em Silva Neto (2001) temos que a relação do Estado com o social se dá nos termos de um patrimonialismo e de uma personificação da política, situação a qual tomou novo formato nos anos 30, com Vargas, o Pai dos Pobres. Para o autor:

Na verdade o envolvimento do Estado com questões de assistência não tem uma história muito longa no Brasil. O poder público preocupa-se com uma atuação mais efetiva na área social somente a partir da década de 30, momento em que acentua-se o processo de modernização industrial e de urbanização na sociedade brasileira (SILVA NETO, 2001).

Um exemplo significativo da ação do Estado sobre as famílias, no Brasil, se percebe na preocupação com a infância, a partir da constituição da Fundação para o Bem-Estar do Menor, conhecida popularmente por FEBEM e distribuídas em todo o território nacional, a partir da década de 1960²⁸.

A situação da assistência começou a apresentar novos contornos a partir da abertura democrática com a promulgação da nova Constituição Federal, a qual dispunha de uma série de dispositivos para o tratamento da questão social, incluindo-se aqui crianças, jovens, mulheres, populações tradicionais, entre outros. Assim, a medida, através da quais os sujeitos de classes trabalhadoras foram inseridos ao modelo de nação que se desejava se deu de maneira formal, através da universalização dos direitos sociais, sobretudo através da idéia de igualdade legal, afirmado na expressão: “Todos são iguais perante a lei”.

Os desdobramentos desta afirmação são bem conhecidos de estudiosos que se propõem estudar a diversidade cultural no Brasil. As categorias analíticas as quais são utilizadas pelo Estado ou pelas organizações sociais para descrever esta realidade, em grande parte, são determinadas e atravessadas pelas desigualdades que permeiam as relações de classe no Brasil. Ou seja, as diferenças são percebidas enquanto afastamentos de situações ideais, de famílias organizadas, nucleadas.

Em seguida deste processo de abertura democrática e de universalização dos direitos sociais, políticos e individuais, o país mergulharia em um retraimento considerável na condução de suas políticas sociais de assistência, sentindo-se os reflexos desta política neoliberal no aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil, e também de políticas de privatizações e redução de investimentos em setores como assistência social e educação.

Contudo, na atualidade, especialmente a partir de 2002 o crescimento expressivo de políticas de assistência social governamental, no país, tem distribuído recursos sociais de renda mínima, denominado de Bolsa Família, a um contingente

²⁸ São sabidas as modificações legais que foram instauradas com o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90), sobretudo no tratamento com a infração dirigida por crianças e adolescentes, mas não se constitui objetivo deste estudo dedicar-se a tal sistematização.

cada vez maior de famílias. Esse contexto de ampliação gradual de beneficiários, traz reflexos igualmente interessantes ao debate sobre as relações entre famílias e redes de assistência, e leva a refletir, sobretudo, a particularidade do caso brasileiro num contexto de retraimento mundial das políticas de assistência.

A fim de ampliar um pouco mais a compreensão em torno da lógica da assistência no Brasil, se partirá de alguns dados de campo, obtidos a partir de observações etnográficas nas duas regiões administrativas investigadas. Tais dados, em alguns momentos, irão confirmar as expectativas percebidas no resgate histórico da trajetória da ascensão do 'social' e da construção das categorias; mas, em outros momentos, servirá de contraponto aos mesmos, apresentando-se como peculiaridade deste processo, resultado de mudanças na condução das políticas sociais de assistência no Brasil nos últimos anos.

A lógica dos programas e serviços da assistência percebida nas duas regiões administrativas apresenta certas particularidades no que se refere à sua forma de apresentação e divulgação. Boa parte dos programas e serviços das redes de assistência não possui propagandas ou informações de grande visibilidade. As instituições se localizam em certos ambientes onde não há identificação alguma dos serviços e programas que são oferecidos, o que, de certa forma, passa despercebido ao olhar estrangeiro. Temos como exemplos os casos de programas sociais como o Fome Zero, que são executados nas igrejas, ou também o Bolsa Família em que as famílias beneficiárias são acompanhadas nas Unidades Básicas de Saúde. Nestes espaços, as únicas identificações sugerem a exposição da vocação primeira destes, como igrejas e unidades de saúde.

A visibilidade das relações de reciprocidade, expressas no dar, receber e retribuir, que se constitui no objeto deste estudo, evidenciou, também, por outro lado, na habilidade que as famílias desenvolvem para acessar estas redes. Para isto as famílias necessitam circular entre os serviços e programas, fazer parte, tornar-se visíveis, demonstrando o interesse a partir da participação e frequência cotidianas. Assim, é a partir deste reconhecimento estratégico que muitas famílias vêem facilitada sua inclusão nas redes de assistência.

Aponta-se que, se por um lado as redes de assistência apropriam-se de determinados significados culturais dos grupos populares, por outro, as famílias também se apropriam de certos códigos específicos destas redes, como aquele de percorrer os caminhos institucionais e cumprir as exigências burocráticas.

A experiência de campo mostrou que também a pesquisadora necessitaria acompanhar e vivenciar os encontros que ocorriam entre as famílias e as redes de assistência, sobretudo se objetivasse conhecer mais profundamente as relações sociais daqueles universos. Nos diferentes contextos da pesquisa de campo, a totalidade desta experiência, a de pesquisar em duas regiões e sugerir generalizações, foi mostrando-se viável, na medida em que para ser aceita foi preciso inserir-me também como um sujeito-parte das redes de assistência, o que foi impondo-se naturalmente a partir da participação e presença nos atendimentos, na organização e distribuição das sacolas do Fome Zero, e o mais curioso, em algumas situações ser confundida com uma assistente social, prestando orientações e informações às famílias que procuravam pelos recursos da assistência.

5.2 As famílias cadastradas

Na intenção de contribuir qualitativamente com a discussão sobre a lógica de assistência no Brasil, propõe-se que sejam analisadas as manifestações particulares das dinâmicas das redes de assistência. Assim, as contribuições deste capítulo se dirigem a perceber as particularidades das redes de assistência em duas regiões administrativas, situadas em contextos de universos sociais de grupos populares na cidade de Pelotas/RS.

No loteamento Dunas, a expansão e a organização das ações de assistência por parte do Estado tem-se tornado cada vez mais expressivas naquele contexto. Instituições são criadas e programas sociais são inaugurados tendo em vista a lógica da proteção integral às famílias, e, neste sentido, há um considerável investimento em constituição de equipes técnicas, ou seja, de um corpo técnico especializado de profissionais que dêem conta da diversidade de áreas de demandas que são percebidas pelas políticas de assistência como essenciais para a garantia de bem-estar mínimo às famílias.

A lógica compartilhada entre profissionais e voluntários informa a direção na qual a assistência é realizada, qual seja a do necessário e desejado desligamento das famílias dos programas e serviços ao longo do tempo, ou seja, quando não mais

se fizer necessário o recebimento dos benefícios, indício de que a família já atingiu sua cidadania. Assim, a idéia de protagonismo entre em conflito com a de assistencialismo, prática largamente condenada por profissionais e voluntários.

No entanto, os agentes de intervenção questionam também os limites deste estado de coisas, na medida em que determinadas dinâmicas das redes de assistência inviabilizam de maneira mais rápida o desligamento das famílias atendidas nos programas e serviços. Na fala de uma assistente social, que atua junto às famílias do loteamento Dunas, se percebe sua preocupação a partir da avaliação que a mesma faz de sua prática de profissional da assistência:

“E é muito complicado, pelo papel né, [...] tu tem que atender, né, tu tem que fazer um cronograma de atendimento até tu poder dar o desligamento da família. Só que é assim, ó, é muito complicado, tu não tem como dar um desligamento da família se a família não tem realmente um suporte financeiro. [...] Pedem acompanhamento e num determinado momento o desligamento da família, pelo tempo, que depende muito do tempo, até agora eu não fiz nenhum desligamento. [...] Tu não consegue encaminhar, [...] tu fala em rede só que é muito complicado tu não consegue encaminhar pela rede pra educação, tu não consegue que a pessoa tenha realmente uma casa decente. Tu não consegue que ela tenha todo tipo de atendimento na saúde. Por isso é que fica desfalcado, e por isso que continua atendendo, a maioria, claro, a maioria das vezes tu continua atendendo as mesmas famílias. [...] Eu tenho uma família que agora que eu dois, ou três meses, eu to tentando que a pessoa tenha esse tipo de atendimento, e não tem, não ta conseguindo ter. Então assim tu não tem como deixar de atender essa família se a rede não funciona”. (Mariana, Assistente social, Loteamento Dunas)

Cabe na análise desse caso observar seu caráter contraditório, que se apresenta na inevitabilidade da constituição dos vínculos sociais entre famílias, profissionais e voluntários. A lógica utilizada nas redes de assistência denuncia que justamente aquilo que se deseja evitar (os vínculos, o reconhecimento mútuo e a continuidade expressa no dar, receber e retribuir) constitui-se na condição necessária para que as famílias se coloquem em condições de realizarem mediações, e atingirem por si mesmas a condição de protagonistas.

A política de assistência atual prioriza em sua atuação uma forma mais integrada e, portanto, unificada de tratar dos assuntos a ela relacionados. A forma encontrada e atualmente disseminada entre os programas governamentais se orienta a partir da utilização de um instrumento de registro único para a descrição da

situação das famílias atendidas, chamado cadastro único, utilizado prioritariamente pelo Programa Bolsa Família. Os dados coletados com o Cadastro Único são enviados ao Ministério do Desenvolvimento Social, a fim de que o mesmo proceda à seleção das famílias que serão contempladas com o recebimento do benefício mensal. Além disso, com a unificação e interligação dos sistemas de informações, é evitada a duplicação de recebimento de benefícios por uma mesma família, reduzindo-se assim as possibilidades de fraude no acesso aos benefícios sociais.

O cadastro único passou de instrumento para a seleção de famílias para o Programa Bolsa Família, para constituir-se num meio privilegiado de controle e aproximações da realidade econômica das famílias. A realização do cadastro, no entanto, não significa que a família irá receber algum recurso, ou ser incluída em algum programa, mas sim que ela é reconhecida pelos órgãos do Estado como uma família em situação potencial para acesso aos mesmos. Em grande medida, por ser o Programa Bolsa Família um programa massivamente conhecido, muitas demandas que chegam às redes de assistência se dão em torno do atendimento de questões relativas ao mesmo, seja para a solicitação de cadastro novo, de alterações nas informações das famílias, e até mesmo da cobrança de visitas domiciliares por parte das famílias às técnicas que trabalham com o referido programa. Mais adiante se voltará a tratar do Programa Bolsa Família e das formas de atendimento e acompanhamento às famílias por parte das instituições como o CRAS e as Unidades de Saúde, no entanto, para o momento fica registrada a importância do cadastro único como um instrumento de avaliação da situação das famílias.

A disseminação do uso deste recurso de cadastramento das famílias, por parte daqueles que trabalham com as redes de assistência, tornou-se comum, e, ao mesmo tempo um instrumento de auxílio para a seleção das famílias, independente do programa ou serviço. O uso do cadastramento das famílias não é feito de forma exclusiva pelos órgãos governamentais, mas é largamente apropriado por todos os programas e serviços das redes de assistência.

Durante o trabalho de campo, houve diferentes depoimentos que o traziam como referência, servindo, na maioria das vezes, de apoio aos profissionais e voluntários para justificar a seleção de certas famílias em detrimento de outras.

Assim, de maneira intrínseca, cadastro e seleção são aspectos que compõem uma mesma etapa, interligando-se e complementando-se. O exemplo de S. Gregório, responsável pelo Fome Zero de sua comunidade na vila Pestano,

apresenta a relação de maneira simples e evidente: *“Então as pessoas iam lá, levavam seus dados, faziam o cadastro [...] e aí depois de todas essas queixas [...] aí quando a gente assumiu, a gente fez a visita de todas, todas aquelas”*.

Deste modo, o cadastro se constitui na etapa inicial de um processo que deseja consolidar a aproximação e o acompanhamento das famílias que serão as beneficiadas pelos programas e serviços. O cadastramento se constitui pois, na etapa de se recolherem dados e a seleção de analisar e confirmar a veracidade dos mesmos, através da aplicação de determinados critérios. Portanto, nas redes de assistência, independente da região onde se esteja é comum a utilização do termo famílias cadastradas, o qual remete à situação das famílias que ao solicitarem o recebimento de um benefício, após submeterem-se à realização de inscrição prévia, aceitam implicitamente responder certas expectativas, como a apresentação da documentação de todos os membros que moram na casa, a comprovação de despesas com a manutenção destes membros, apresentando-se também a renda necessária para tal fim, além, é claro, de colocar-se à disposição para receber a *visita* de pessoas autorizadas para a comprovação dos mesmos, os quais avaliam também a condição da casa, e questões outras como a higiene, a existência de banheiro, chuveiro, água encanada, etc.

A preocupação com questões desta natureza já eram percebidas, no entanto, nos primórdios da assistência. Logo no início deste capítulo, a apresentação do que mais tarde viria a se configurar na forma da assistência moderna, já dava sinais do quanto a classificação e a seleção daqueles que seriam os beneficiários dos socorros ocupavam aqueles que distribuíam os benefícios e organizavam os assistidos (CASTEL, 1998). Muitas discussões que pautavam o debate naquele período, sobre os critérios de classificação e das condições nas quais estes sujeitos poderiam beneficiar-se, giravam em torno de duas polêmicas centrais, a de ser incapaz para a realização do trabalho e a de estar fixado em domicílio.

Atualmente, o cadastro das famílias está condicionado ao preenchimento de certos requisitos, os quais dependem exclusivamente do preenchimento de determinadas condições nas quais estas se encontram, seja a partir da renda, de possuir família numerosa, de se encontrar em situação de vulnerabilidade (gravidez na adolescência, portadores de HIV, usuários de drogas...) ou de possuir filhos pequenos fora da escola, como também idosos entre os dependentes. Tais critérios

devem ser analisados por referência aos programas aos quais se deseja benefício, contudo, de forma geral, permanece em sua maioria o critério de escolha a partir da renda das famílias. Para exemplificar, poder-se-ia apresentar os requisitos aplicados pelo programa Agente Jovem – loteamento Dunas, a partir da experiência relatada pela assistente social responsável pela seleção dos jovens do loteamento:

“[...] todos os critérios das famílias que a gente trabalha, tem que receber Bolsa Família. Do Agente Jovem, o ano passado não era, mas acabou sendo agora. O ano passado era meio salário per capita, e agora tem que ter o Bolsa Família, [...] então o critério é trabalhar com famílias que recebem o Bolsa Família”. (Mariana, assistente social, Loteamento Dunas)

A responsabilidade pela seleção das famílias que serão cadastradas é basicamente de assistentes sociais, desde que a mesmo seja governamental, ou que integre alguma instituição que possua em seus quadros certa equipe técnica, como é o caso do trabalho desenvolvido pela igreja católica, onde há a organização dos serviços da caridade através da Cáritas Diocesana. Nos outros casos, como o do Programa Fome Zero, cuja execução é compartilhada por diferentes instituições, na sua maioria igrejas, e Organizações Não-Governamentais, tais atribuições são realizadas por voluntários, pessoas que se dedicam gratuitamente ao atendimento às famílias ²⁹. Nas duas regiões investigadas, embora não exista, na maioria das vezes, a presença de um assistente social para o exercício desta função, os cadastros não deixam de ser realizadas; pelo contrário, estes são responsabilidades das lideranças comunitárias das instituições que fazem parte. No relato de uma liderança comunitária da Vila Pestano, responsável pelo Centro Comunitário de Assistência da Igreja Evangélica de Confissão Luterana e também pelo Fome Zero, tem-se o seguinte registro:

“Pra gente distribuir essas sacolas, a gente levantava de manhã, e tinha inscrições lá na igreja. As mulheres iam lá e faziam as inscrições e davam o endereço delas, e nós vínhamos aqui dentro do Pestano, (...) e ia a pé, pra ver a situação de cada família, de quem realmente precisava e de

²⁹ Cabe, portanto, esclarecer que o Fome Zero na cidade de Pelotas é coordenado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, o CAPA, o qual é responsável pela realização dos contratos com as cooperativas de produtores ecológicos. Estas cooperativas devem de 15 em 15 dias repassar, conforme os contratos previamente estabelecidos, os alimentos que constituirão as sacolas que serão entregues às famílias cadastradas do *Fome Zero*.

quem não precisava". (Geni, responsável Fome Zero e Centro Comunitário Bom Pastor – IECLB / Vila Pestano).

Os critérios priorizados em boa parte dos programas e serviços referem-se quase que exclusivamente à renda. A implicação da adoção desse critério origina uma nova demanda para os profissionais e voluntários da assistência, a de constatar a situação de pobreza das famílias que realizaram os cadastros, o que é possibilitado através das visitas domiciliares. A vivência das visitas possibilita àqueles que selecionarão as famílias munir-se de argumentos que justifiquem as decisões tomadas, como exemplificou S. Gregório: *"[...] fizemos uma visita in loco, como se diz, fomos lá ver a realidade das pessoas"*. Os significados do "ver a realidade" se tornam materializados quando existem evidências suficientes que permitem hierarquizar as necessidades como *"famílias grandes, com criança pequena, desempregados"*.

No trabalho de campo verificou-se também que os processos de seleção das famílias nem sempre ocorrem de maneira tranqüila, ou seja, em muitas situações dificuldades se expressam quando os critérios são considerados vagos e pouco precisos, de modo a justificar com segurança a escolha de uns e não outros. Na avaliação de uma assistente social do loteamento Dunas, as classificações relativas à pobreza não podem ser apontadas como definitivas, tendo em vista que a pobreza, segundo ela, é um estado temporário onde acredita que:

"Na seleção, e isso é que é complicado, na seleção tu nunca vai abarcar realmente sabe, [...] e depois vai ter pessoas que vão receber e que não precisam, com certeza. E tem outras que precisam, é muito difícil. E até momentos, né, momentos que precisa mais, momentos que precisa menos, e aí vai receber igual [...]" (Mariana, assistente social, Loteamento Dunas)

As informações obtidas sobre a família cadastrada são sempre registradas, seja no Cadastro Único (caso dos programas governamentais – sobretudo do Bolsa Família) seja num roteiro alternativo, previamente elaborado pelos voluntários e / ou profissionais, onde se registram informações consideradas importantes, como endereço, número de filhos, despesas familiares permanentes como luz, água, gás, alimentos e medicações.

No primeiro caso, o do Cadastro Único, a complementaridade do que é analisado pelas assistentes sociais é registrado num outro instrumento chamado de

parecer técnico, onde são colocadas informações a cerca da situação da família de forma qualitativa, quanto aos vínculos, aos hábitos de higiene, entre outros. O encaminhamento de ambos, tanto o cadastro único, quanto o parecer ocorre diferenciadamente. Neste primeiro há o envio para o Ministério do Desenvolvimento Social, enquanto o parecer é encaminhado à Secretaria de Cidadania, para fins de arquivamento, caso ocorram problemas, como denúncias de irregularidades, por exemplo.

A particularidade do cadastramento das famílias atendidas no loteamento Dunas, ocorre, sobretudo pela existência de uma instituição específica para o acompanhamento e orientação às mesmas. O CRAS – Centro de Referência da Assistência Social “desenvolve ações e serviços básicos para famílias em situação de vulnerabilidade social” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2007).

Da mesma forma que são realizados cadastros das famílias que desejam incluir-se nos Programas Bolsa Família ou Fome Zero, ocorre no CRAS, para cada família atendida, a inclusão em um novo cadastro, o *cadastro do CRAS*. Para receber orientações no CRAS as famílias que até lá se dirigirem receberão atendimento e todas as informações que necessitarem. Contudo, quando os objetivos de procura da família ultrapassam o da informação, estas têm que estarem obrigatória e previamente amparadas pelo cadastro. Caso contrário, estas famílias são encaminhados para que o façam; trata-se de uma exigência que deve ser observada e seguida pelas famílias.

O cadastro do CRAS não se trata daquele instrumento utilizado para a inscrição e seleção dos beneficiários no programa Bolsa Família e Fome Zero. Trata-se de um roteiro de questões a ser preenchido, estritamente pela equipe técnica, no qual constam informações sobre aquelas que são atendidas, encaminhadas e acompanhadas pelo Centro de Referência. A utilização dos programas e serviços pelas famílias requer o preenchimento de dois pré-requisitos, o de receber o Bolsa Família, e de estar cadastrado no CRAS.

O cumprimento destas exigências é observado pelas profissionais do CRAS e repassado também àquelas que procuram pelos seus serviços. Assim, relatou uma psicóloga sobre a especificidade do atendimento realizado no local:

“Então assim, todo mundo que a gente atende a gente pede pra fazer o cadastro. Então traz o documento, isso aí as gurias fazem, as auxiliares

administrativas fazem sem problema nenhum [...] E aqui é uma outra folha diferente, que não tá aqui, que é de relato assim, é só uma que diz relato de caso, cheia de linhas, assim. Então a gente coloca a data (e faz o registro do atendimento)” (Marisa, psicóloga, Loteamento Dunas).

Já nas comunidades religiosas foi verificada, durante o trabalho de campo, a referência às *listagens*. Trata-se de um caderno onde constam os nomes das famílias cadastradas no programa Fome Zero ou em qualquer programa ou serviço, sejam dos grupos de mulheres ou dos encontros da Pastoral da Criança – na igreja Católica; seja dos participantes do reforço escolar ou dos participantes na horta ecológica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana.

5.3 As visitas nas famílias

A percepção por parte dos voluntários e dos profissionais a cerca da importância das *visitações* enquanto pré-requisito para a averiguação das inscrições, e conseqüentemente da inclusão ou não das famílias como *famílias cadastradas*, é compartilhada na quase totalidade por aqueles que atuam nas redes de assistência, e um método amplamente empregado em todas aquelas que atendem as famílias nas redes de assistência.

No caso do Programa Fome Zero das duas comunidades do Pestano, têm-se cerca de trezentas famílias beneficiárias, as quais foram também submetidas a um processo de seleção que teve nas visitas o critério determinante daquelas que receberiam definitivamente as sacolas. O que contou S. Gregório, responsável juntamente com D. Leda por 150 famílias do Fome Zero na comunidade Católica da Vila Pestano, nos permite compreender o valor atribuído às visitas por aqueles que a realizam:

“Então as pessoas iam lá, levavam seus dados e faziam o cadastro. [...] Quando a gente assumiu, fizemos visitas de toda aquela listagem, que tinha ali de todas as pessoas cadastradas. Fomos de casa em casa, [...] fomos lá ver a realidade da pessoa. [...] A gente foi de casa em casa, sentou, seja barraco, conversou, pegou os dados da pessoa. Viu a realidade da pessoa. E aí através daquilo ali a gente começou a fazer um processo de reciclagem [...] Começamos a fazer uma reavaliação”.

As visitas que são realizadas às famílias remetem à idéia de que o melhor critério de justiça está sendo utilizado, de que a visualização e, com isso, a aproximação da situação em que vivem as famílias, significa a melhor forma de se justificarem as escolhas, além de igualar os critérios de seleção, “*aqueles que mais precisam*”. As visitas constituem-se também numa espécie de resposta para as diferentes acusações que são trocadas entre os que desejam acessar o benefício, conforme nos relatou S. Gregório: “[...] *Teve todas essas queixas, ah, mas o fulano queria entrar, mas não podia. Ah, mas como o Fulano que ta empregado, que ganha isso, que ganha aquilo, ta recebendo?*”

Desta maneira, segundo S. Gregório, que se viu diante da situação de dar continuidade aos trabalhos do Programa Fome Zero em substituição a uma outra pessoa, a solução para este impasse se resolveu somente a partir da realização das visitas, as quais permitiram perceber e analisar caso a caso a situação de cada família. Para ele e sua equipe apresenta-se como uma saída justa diante de um universo onde muitos precisam, e poucos são os recursos, selecionando, assim, famílias numerosas que tenham crianças e/ou desempregados.

Desse modo, a disseminação do recurso à visitação familiar constitui-se num instrumento de controle por parte das diferentes organizações que se ocupam da assistência. Tal recurso é percebido, além disso, como um meio eficaz de acompanhamento das famílias, verificando-se assim os impactos e a eficácia de determinados programas e serviços, o que acarreta, também, muitas vezes, na reavaliação da situação das famílias não beneficiadas, bem como, do desligamento definitivo da família que do recurso não mais necessitar.

Neste sentido, a institucionalização das visitas domiciliares como um recurso do Estado vem ocorrendo paulatinamente, e se faz sentir, especialmente no Programa Fome Zero, a partir da criação da figura do *Agente de Segurança Alimentar*, uma espécie de visitador permanente que, escolhido dentre as famílias contempladas com as *sacolas*, realiza acompanhamentos mensais a todas as famílias beneficiadas.

A exigência de realização das visitas domiciliares pode ser avaliada enquanto uma técnica iniciada pela assistência nos anos 1920, a fim de construir uma “*investigação metódica*” (DONZELOT, 2001) sobre as famílias. A verificação de uma série de etapas que objetivavam uma aproximação que fosse o mais natural

possível se orientava a partir de observações a um conjunto de passos que deveria ser realizado pelo trabalhador social quando se desejasse a obtenção de informações de uma forma mais racional e menos moral. As regras adotados por um *“investigador social”* eram as seguintes:

[...] aproximação circular da família [...]; interrogatório separado e contraditório [...]; verificação prática do modo de vida familiar [...]. Em suma, uma técnica que mobiliza o mínimo de coerção para obter o máximo de informações verificadas (DONZELOT, 2001).

Por outro lado, percebe-se que o significado das visitas se estende para além da busca por dados mais confiáveis e menos seguros, com a intenção de realizar uma seleção mais justa possível. E foi especialmente na análise do diário de campo que a compreensão dos significados das visitas foi adquirindo sentido, contribuindo para a interpretação da lógica que subentendem tais práticas. De maneira geral, o potencial das visitas está na aproximação e na constituição de vínculos, que proporciona às famílias, profissionais e voluntários; a visita é, antes de tudo, uma possibilidade a mais de encontro.

Há diferentes registros que situam a importância da mesma, seja para a inclusão de novas famílias, seja para o encaminhamento daquelas que já constituíram vínculos. O caso de uma assistente social responsável por uma das unidades de saúde do Pestano, em uma das vezes em que nos encontramos, contava que não realizava visitas domiciliares, e, além disso, que nas pesagens semanais não era exigida a rigorosa frequência de pesar e medir as crianças, isso tudo sob alegação legítima de que ela já conhecia todas as famílias do lugar, e que em razão dessa proximidade sabia da realidade vivenciada por cada uma delas. Ou seja, ela se torna uma autoridade no assunto, porque seus vínculos com as famílias já se encontram suficientemente solidificados nas relações de amizade e pessoalidade com as famílias, que se justifica, sobretudo pelo tempo de trabalho no local, cerca de 20 anos de atividades como assistente social.

Em outro registro de campo, tem-se referência às tentativas de inclusão das famílias junto ao Programa Bolsa Família, onde se faz necessária a apresentação precisa dos gastos familiares. Naquela situação a presença da assistente social foi essencial para a compreensão e enquadramento às condições do programa:

“Solange e seu marido estão desempregados. Ambos moram com a filha de 5 anos. Solange e seu marido são catadores de materiais recicláveis. Eles recebem, confirmado pela sogra, ajuda dos pais do seu companheiro, onde ela disse jantar e fazer algumas refeições [...] A assistente social pergunta qual a renda da família, como inexistindo a possibilidade de ganhos permanentes e estáveis, a própria assistente decide ajudar Solange, pedindo que ela diga então o quanto gastam por mês entre luz, água, alimentação. Solange, fica pensativa e responde que de luz paga entre 15 e 45 reais, água não paga e, alimentação disse ser muito difícil prever, mas que por mês teria que contabilizar o óleo, alguns litros de leite e ainda em dúvida, respondeu mesmo assim, que deveria ser em torno de 15 reais por semana. [...] A assistente social pergunta se Solange já havia contatado a CEEE [...] e insistiu dizendo ser um absurdo o valor de 45 reais pago pela família, onde orientou para que mais uma vez ela (Solange) procurasse os serviços da Companhia” (DIÁRIO DE CAMPO, 11 de maio de 2007, Visita Bolsa Família com assistente social – loteamento Dunas).

Assim, mais do que perguntar, registrar e selecionar servem as visitas para reafirmar as disponibilidades de famílias, profissionais e voluntários em consolidarem suas relações de proximidade, dispondo-se a participar do jogo de reciprocidade implícito quando se estabelece o vínculo. A partir das colaborações mútuas (dar, receber e retribuir), como percebido nos casos anteriores, adentra-se num circuito de benefícios sociais, que tem seu princípio nos cadastramentos e visitas.

As características apresentadas até o momento encontram-se muito próximas ao que Robert Castel (1998) atribui como “etapas essenciais e distintas da estruturação do social-assistencial”. Mas o que é mais curioso, é que esta configuração está em concordância com dois vetores fundamentais, que acordo com este autor podem ser identificados: “de um lado, (n)a relação de proximidade entre os que assistem e os que são assistidos; de outro, (n)a incapacidade para trabalhar” (CASTEL, 1998). Ou seja, se de um lado as famílias procuram a constituição de vínculos com os profissionais e voluntários como demonstrado no capítulo anterior, por outro, as redes de assistência retribuem o dom oferecido, dispondo-se a selecionar dentre as famílias aquelas com as quais detém maior proximidade e envolvimento³⁰, recompondo neste caso relações de proximidade, características de uma sociabilidade primária.

³⁰ Neste ponto da discussão deve-se tomar cuidado para que não se confundam os períodos históricos e os contextos em que os mesmos ocorreram. Assim, cabe salientar que o *social-assistencial configura-se por oposição aos modos de organização coletiva que fazem economia desse tipo de recurso.* [...] Para Castel (1989) o social-assistencial emerge quando existem falhas nas assistências não especializadas, ou primárias.

As trocas existentes entre famílias, profissionais e voluntários ocorrem também na realização das visitas. Nesses encontros, a avaliação dos profissionais e voluntários não deixa de se fazer, sendo que os critérios a serem observados pelas famílias após as visitas, serão avaliados a partir da continuidade da participação delas junto aos programas e serviços. Assim, cabe registrar que há uma série de aspectos a serem analisados numa visita, mas tais critérios são influenciados grandemente pela pessoa que por ela é responsável. O caso de uma assistente social do loteamento Dunas é interessante de ser analisado, na medida em que ela não só utiliza certos critérios, mas também sugere mudanças de hábitos familiares:

“A primeira visita nós fizemos, eu, a Mariana e a Maria Laura que é da casa dos meninos. Fomos fazer uma visita, e a casa tava um caos. Uma casa boa até, com sala, quarto, cozinha, banheiro, banheiro com chuveiro, tinha tudo, um caos, uma sujeira, sujo, sujo, sujo. [...] Aí eu disse pra ela: “Tu continuas recebendo o Bolsa Família, né”? Teria que ser bloqueado, mas ta recebendo, não foi bloqueado, mas então tu vai pegar esse dinheiro, e vais fazer o quê? Tu vais arrumar o chuveiro, tu vais arrumar o vaso, tu vais arrumar o cano de água do vaso que ta estragado, tu vais arrumar o tanque, tu vai arrumar tudo o que está estragado na tua casa”. (Maristela, assistente social, Loteamento Dunas)

Em outro exemplo tem-se um caso de que os critérios de avaliação utilizados nas visitas se dão em termos de limpeza e organização da casa:

“[...] pobreza não é sinal de sujeira, de desorganização, de relaxamento. Eu entro em casas aqui, que são um bionguinho assim, uma peça, um chalezinho sem piso, sem nada [...] uma mesinha bem arrumadinha, um guardanapinho, o chão de terra, mas bem limpinho. Então quando ta muito assim, a gente já orienta, tem que limpar não pode deixar a louça suja, que pode vir bicho. Um dia nós chegamos numa casa, uma casa imensa, grande, tinha até tênis em cima da pia, junto com louça, né, relaxamento puro assim. Então tu já orienta, olha não pode ter, isso não pode acontecer louça atrai rato, junta rato, junta barata, junta bicho, e não pode, tem que manter limpo, tem que organizar, água todo mundo tem na torneira”. (Maristela, assistente social, Loteamento Dunas)

Numa outra perspectiva, contrária as que foram apresentadas acima, é avaliada a eficácia das visitas diante da seleção de programas como o Bolsa Família. Em quase sua totalidade as assistentes sociais demonstram insatisfações quando o assunto são as visitas domiciliares, e cobram reformas na seleção das famílias que solicitam a inclusão diante o preenchimento do cadastro único.

Nos dois locais investigados as condicionalidades se dão basicamente diante do acompanhamento de peso e altura das crianças até seis anos. No entanto, é importante acrescentar que existem especificidades que são verificadas no loteamento Dunas e que não são encontradas na Vila Pestano.

A organização para atendimento e acompanhamento do Programa Bolsa Família no Dunas é compartilhado entre duas instituições, a Unidade de Saúde e o CRAS. Na unidade de saúde do loteamento Dunas são acompanhadas as condicionalidades para a permanência no Programa, e o mesmo ocorre também na unidade de saúde da vila Pestano. Em ambas as unidades de saúde, este atendimento é semanal, de maneira a atender de forma parcelada todas as crianças do local. Até este ponto nada de diferenças consideráveis, a não ser a forma de atendimento que é realizado, o que será apresentado na seqüência.

Mas, pela composição da rede de assistência no Loteamento Dunas se dar de forma mais complexa, e possuir uma organização mais densa junto às famílias, as instituições dividem a agenda de trabalhos entre si, sobretudo no que concerne ao Programa Bolsa Família. No loteamento Dunas, a partir da inauguração do CRAS, os trabalhos específicos quanto ao programa Bolsa Família encontram-se junto à realização de novos cadastros, ou de atenção às solicitações de reavaliações junto às famílias não contempladas. Neste caso, é obrigatória a realização de visitas domiciliares para constatar-se *in loco* a situação vivenciada pela família a qual deverá justificar a solicitação de requerimento de reavaliação do benefício.

A realização das visitas, embora se constitua num pré-requisito para o recebimento do benefício, é questionado pelo poder de sua eficácia quanto aos critérios que realmente influenciam a inclusão destas famílias nas redes de assistência. O relato de Mariana, uma assistente social do loteamento Dunas, que há algum tempo exerceu esta função poderá ser útil à compreensão:

“Porque assim, a gente conversa muito sobre isso aí, se a gente tivesse a autonomia, a gente tem que fazer as visitas, tem que fazer parecer né, se tá dentro das condicionalidades pra receber, mas o parecer é somente mais uma folha pra ficar na Secretaria (de Cidadania), ele não influencia”.

As críticas levantadas pela assistente social evidenciam a pouca importância de suas atribuições diante de critérios quantitativos como a renda, por exemplo. As funções de um assistente social são apresentadas por ela mesma, evidenciando a particularidade de sua área, que consiste em boa medida, nos conhecimentos que

possui sobre as famílias que atende no loteamento, fruto de contatos e vínculos construídos diariamente.

Os critérios atualmente utilizados para a inclusão das famílias é justamente o alvo das críticas destas mulheres que, pela sua formação, preocupam-se com outros aspectos destas famílias, que deveriam ter maior peso em suas avaliações.

A exigência praticamente exclusiva da renda familiar coloca em xeque a presença das assistentes sociais e psicólogas, quando percebem que se houvesse consideração de um parecer técnico, determinadas famílias que, pela renda atualmente são beneficiárias, imediatamente teriam seus benefícios cortados em detrimento de uma outra família, que embora tenha renda maior, as dificuldades pelas quais passa justificaria em si o redirecionamento do benefício.

Ao reconhecer a ineficácia do parecer do assistente social para a inclusão das famílias no programa Bolsa Família, ela ao mesmo tempo questiona os critérios de seleção utilizados pelo mesmo:

“Não influencia assim se a pessoa vai ou não receber o Bolsa Família. Duas famílias, por exemplo, com a mesma renda, mas com necessidades diferentes, se a gente pudesse influenciar, essa família realmente precisa agora, e essa pode esperar mais um pouco, a gente não tem essa influência. Porque vem publicado, né, porque senão a gente poderia dizer, ó essa precisa. A gente atende várias pessoas que são sozinhas e que precisam do Bolsa Família, e com certeza, essas pessoas vão deixar de receber porque não têm crianças, e eles dão prioridade pra quem tem filhos, e quanto mais filhos a prioridade aumenta, né. (...) Então a gente poderia, já que a gente faz esse parecer, poderia ter essa autonomia”. (Mariana, assistente social, Loteamento Dunas).

5.4 Os atendimentos e os registros dos atendimentos

A etapa posterior que se segue as visitas e a seleção das famílias se faz na realização dos atendimentos junto aos programas e serviços das redes de assistência. Os atendimentos constituem-se, assim, no momento de execução da proposta de determinado projeto ou medida sócio-educativa. Há que se destacar que a variabilidade de atendimentos realizados no loteamento Dunas extrapola em

número àquele da rede existente na vila Pestano. Na continuidade, será apresentada a execução de dois programas sociais da assistência, procurando-se evidenciar aspectos que traduzam a importância de tais encontros para a consolidação dos vínculos que aproximam famílias, profissionais e voluntários. As peculiaridades aqui apresentadas foram organizadas a partir de registros do diário de campo e dizem respeito às formas de atendimento dispensadas às distribuições das sacolas do programa Fome Zero, e, na sequência, uma abordagem das pesagens e atendimentos às famílias do programa Bolsa Família.

O atendimento realizado nas duas comunidades na vila Pestano: a Comunidade Católica e o Centro Comunitário Bom Pastor da IECLB diferem entre si e afastam-se quanto às maneiras de organizarem-se para a distribuição. Em uma delas as famílias são acolhidas em uma capela, ali cantam hinos religiosos, fazem orações e meditações bíblicas, e ao final recebem uma bênção. Logo após este momento, é formada uma fila que se organiza priorizando-se os idosos que têm preferência sobre os demais, sendo estes os primeiros a receberem os mantimentos. Em seguida, aqueles que ocupam os bancos mais à frente, e mais próximos ao púlpito, estendendo-se àqueles mais próximos à saída, indicando, assim, que aqueles que chegarem mais cedo terão precedência sobre aqueles que muitas vezes aguardam do lado de fora, e são os últimos a receberem os alimentos no dia.

Na outra comunidade o atendimento se dá também com a recepção das famílias dentro da capela comunitária, mas, neste ambiente, as reflexões propostas se dão em torno de mensagens de auto-ajuda, sem fixar-se em cantos religiosos, ou bênçãos. A acolhida às famílias é realizada pelo coordenador do Fome Zero da comunidade, o qual é responsável pela condução e organização daqueles que irão operar a divisão dos alimentos nas sacolas que à tarde são distribuídas. A chamada das famílias nesta comunidade é feita a partir do chamamento pelo nome do responsável pelo recebimento do benefício. A lógica da distribuição das sacolas ocorre de forma alternada, sendo numa semana por ordem alfabética de 'A' a 'Z' e na outra semana do 'Z' ao 'A'.

As diferenças nas lógicas de atendimento são percebidas também na seleção dos voluntários que ajudam a coordenação do programa na organização das sacolas. Numa das comunidades a coordenação considera importante que as voluntárias (selecionadas dentre as que recebem as sacolas) sejam sempre as mesmas, enquanto na outra, a preferência pela rotatividade dos que ajudam é sinal

de maior transparência na gestão do programa, evidenciando-se que todos têm acesso a todos os alimentos que chegam e, mais ainda, de que todos o recebem na proporcionalidade igualmente colocada para todas as famílias.

O Programa Bolsa Família apresenta também peculiaridades quanto às formas de atendimento existentes nas duas regiões investigadas. Nos dois locais as condicionalidades se dão basicamente diante do acompanhamento de peso e altura das crianças até seis anos. No entanto, é importante acrescentar que existem especificidades que são verificadas no Loteamento Dunas e que não são encontradas na Vila Pestano.

A organização para atendimento e acompanhamento do programa Bolsa Família no Dunas é compartilhado entre duas instituições, a Unidade de Saúde e o CRAS. Na Unidade de Saúde do loteamento Dunas são acompanhadas as condicionalidades para a permanência no programa, e o mesmo ocorre também na unidade de saúde da vila Pestano. Em ambas as unidades de saúde, este atendimento é semanal, de maneira a atender de forma parcelada todas as crianças do local. Até este ponto nada de diferenças consideráveis, a não ser a forma de atendimento que é realizado, o que será apresentado na sequência.

O *atendimento* constitui-se, portanto, na porta de entrada de toda família ao sistema de programas e serviços sociais. É neste encontro que se estabelecem as primeiras conversas, e o levantamento das necessidades que as levam a procurar pelas instituições. É também na continuidade destes atendimentos que novas demandas surgem por parte das famílias, exigindo, assim, de profissionais e voluntários, certa continuidade e acompanhamento das ações previstas de acordo com a especificidade de cada caso.

Assim, faz sentido neste contexto a preocupação que demonstram profissionais e voluntários com os registros de freqüências das famílias que acompanham. Em cada programa ou serviço existe uma forma específica de fazer estes registros, e também a forma de acompanhamento do que é exigido também apresenta variações nas duas regiões administrativas.

Em grande medida, o trabalho desenvolvido pelas igrejas obedece uma certa lógica que recorre à utilização de listagens, constando os nomes, as datas e as freqüências. No mesmo caderno, ou também organizado em fichas à parte, são colocadas algumas informações sobre dados de identificação e a questão financeira familiar.

Os registros de atendimento servem, segundo as profissionais, para permitir a organização do histórico de atendimento das famílias, dos encaminhamentos, das dificuldades encontradas pelas famílias, bem como das suas superações. E o que é o mais importante, mantendo-se o registro dos atendimentos, as famílias tornam-se independentes em relação àqueles que lhes atenderem, o que possibilita a continuidade do trabalho por outros profissionais, não comprometendo o acompanhamento posterior, mesmo que seja efetuado o afastamento dos profissionais, em alguns casos contratados, do quadro de técnicos, conforme relatou a psicóloga Marisa do loteamento Dunas: *“Mas isso aqui é bom. Saiu nós tudo daqui e vem uma equipe nova, e pega aqui tem tudo o histórico da família, entendeu?”*

O registro das atividades desenvolvidas pelas instituições é realizado de diferentes maneiras, avaliando-se sempre de que lugar se está falando. No CRAS – loteamento Dunas, por exemplo, quando a família efetua seu cadastro, naquele instante tem início seu registro de atendimento e acompanhamento, que é anexado ao mesmo através de uma folha de relatos.

A situação das Unidades de Saúde em ambas as regiões é, portanto, similar à daquela encontrada no CRAS. Existem certas nuances, e a adoção de outros nomes para os mesmos processos institucionais, onde se tem, por exemplo, ao invés de cadastro, a utilização do termo prontuário, como sinônimo da classificação e do registro daqueles que acessam determinados recursos. Outra semelhança pode ser encontrada também na nomeação, do que é chamado de folha de relatos para o CRAS, o qual recebe o nome de Ficha de Atendimento nas Unidades de Saúde. Nas fichas de atendimento, também popularmente conhecidas por FA, são registrados o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. O que pode causar de certa forma um problema quando se deseja verificar a evolução do quadro nutricional de todos aqueles que recebem este benefício, tendo em vista que tais prontuários não estão agrupados de acordo com o critério de serem famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, assim, fazem parte da população geral atendida pelas unidades de saúde.

As dinâmicas institucionais até o momento apresentadas consolidam as formas pelas quais as famílias acessam os programas e serviços de assistência de uma forma compartilhada, embora não explícita. As famílias percebem, assim, que a presença na continuidade dos atendimentos, e na realização das expectativas geradas pelos encaminhamentos solicitados, garante em boa medida a eficácia e o

sucesso da assistência, quando se observará na seqüência a análise dos encaminhamentos e retornos, em que o dar, receber e retribuir encontra-se fortemente vinculado com as relações de pessoalidade e até mesmo de afetividade com profissionais e voluntários.

5.5 Encaminhamentos, retornos e envolvimento

O conhecimento e a obediência às exigências para a inscrição em um programa social é um pré-requisito fundamental para a inclusão das famílias nas instituições. E se tais exigências não estão claras para as famílias é tarefa do profissional e/ou voluntário alertá-la a fim de que estas sejam observadas. O caso da assistente social Mariana é exemplar, o registro abaixo é fruto de observações etnográficas por ocasião do lançamento de um novo programa de atenção aos jovens, o Agente Jovem, programa do qual ela é a responsável, quando, dirigindo-se a uma jovem, ela questiona sobre a importância dos documentos para a inclusão no programa: *“Não foi tirar foto Juliana? Como tu não foi?”*.

A realidade encontrada pelos profissionais e voluntários das redes de assistência no atendimento diário apresenta certas características importantes para a análise das trocas que foram percebidas em campo. Em muitas narrativas das experiências vividas, dos casos acompanhados, e das lutas empenhadas junto às famílias, as profissionais e as voluntárias dão exemplos do quanto é necessário e primordial o estabelecimento de vínculos afetivos, de trocas e de reciprocidade. A persistência de muitas famílias nos locais onde são realizados os atendimentos é balizador para a percepção do quanto a mesma se encontra engajada para a superação das dificuldades pelas quais buscam solução, o que é mensurado a partir dos retornos dos encaminhamentos. O relato a seguir constitui-se num exemplo para análise:

“Tu encaminha, sabe? E até tu obter o resultado daquilo demora. [...] Depois de tu conversar, de fazer encaminhamento, de tu realmente fazer as pessoas verem algumas coisas de outra maneira. [...] Porque é muito difícil assim tu mudar, porque normalmente o pessoal encaminha, vai, até

tu ter o resultado de tudo isso, das pessoas realmente confiarem, [...] terem confiança no que tu faz, no que tu encaminha, no que tu, encaminha as pessoas assim, né, até adquirir essa confiança, leva um tempo". (Mariana, assistente social, Loteamento Dunas)

Num outro exemplo, retirado das narrativas de uma assistente social, que atua algum tempo do loteamento Dunas, a experiência com grupos populares se reafirma especialmente no local, onde disse ser o lugar onde aprendeu a amar o ofício de assistente social e a reencantar-se pela profissão.

Maristela atua há aproximadamente dois anos no loteamento, e em seus depoimentos, durante todos os encontros, registrava-se a presença constante de pequenos relatos sobre as situações em que procurava sempre resolver os *problemas* de uma família ou outra, ou das sucessivas assertivas num caso de envolvimento da família em denúncias de maus-tratos, situação que exigia diálogos constantes com o Conselho Tutelar ou com a Promotoria da Infância e Juventude.

As demandas que chegam à sua instituição tornam-se cada vez maiores, o que exige aproximações nem sempre esperadas com outras instituições. Para Maristela o envolvimento com as famílias exige, inclusive, levar tarefas para serem feitas em casa, como estudar processos judiciais de destituição da guarda de crianças de famílias que são por ela acompanhadas. A ênfase na apresentação desse caso pela assistente social se dá na medida em que se percebe o reconhecimento de sua instituição diante do Poder Judiciário local, onde as comunicações para acompanhamentos dos casos começaram a ocorrer recentemente e diretamente com a instituição na qual trabalha, não necessitando mais da interlocução com instâncias superiores. Maristela nos apresenta a seguinte situação:

"E agora tem vindo muito [...] que eu to quase há dois anos aqui, o pessoal, a rede ta começando a descobrir o CRAS. Então o que que ta acontecendo, o pessoal, o Foro ta mandando muitos casos pra cá, de medidas de proteção, de acompanhamento, e ta chegando muito agora. E eu to com três casos, agora, que esse eu peguei [...] Mas um senhor me procurou, o pai da menina me procurou, desesperado que é o responsável [...] o pai veio desesperado, porque tiraram a menina dele, da família, botaram num abrigo, sem muita explicação, um caso meio complicado. [...] Aí veio esse pai, eu tive quase uma hora conversando com ele (e eu disse pra ele) Não, mas tem processo, então o senhor me traz o processo que eu vou estudar o processo e eu vou ver o que eu posso lhe ajudar. Tinham tirado a menina, posto na casa das meninas,

aparentemente uma família estruturada, e era uma acusação de abuso por parte de um irmão, mais velho, filho dele, do homem, e onde o pai se masturbava na frente da menina de 09 anos [...]”.

Este caso é exemplar do que se deseja demonstrar a cerca das relações de reciprocidade estabelecidas entre as famílias e as redes de assistência. A continuidade no acompanhamento de um caso está condicionada à realização de certas respostas esperadas de parte das famílias. Percebe-se neste caso, sobretudo, o envolvimento e a cumplicidade que se estabeleceu entre ambos, na medida em que se expõem abertamente as razões de acusação da família. Este ponto é crucial quando se institui a assistente social enquanto interlocutora autorizada para o encaminhamento e orientações que serão dadas às famílias, e neste caso se percebe sua importância tanto com as famílias quanto com o poder Judiciário.

No acompanhamento destes casos junto ao poder Judiciário ocorrem reuniões de avaliação de cada processo, em que são apresentados os pareceres técnicos de cada área em particular, situando-se os pontos de vista que avaliam o progresso da família e os resultados das medidas durante certo período. Neste caso, o papel de Maristela, assistente social que resgatou a trajetória familiar e manteve contatos periódicos com a mesma, resultaram na seguinte avaliação:

“E tu via assim, veio o pai, depois veio a mãe, falavam assim com um carinho, com amor, a mãe chorava que era um horror. Mas, uma família muito errante, eles não paravam em lugar nenhum, sempre aqui, ali, aqui, ali. Não!!! Então tem uma coisa errada aí. Tiveram em Santa Catarina, estavam trabalhando, ganhando dinheiro, resolveram voltar, mas se estava bem porque que voltaram? Ah, saudade da família, daí voltaram. Aí vieram morar no Fragata, aí morreu um menino atropelado, filho deles, no Fragata, a menina tava junto e assistiu. Dali foram pra Canguçu, foram pro Capão do Leão, foram pro Chuí, no Chuí pegaram a menina e tiraram deles. Bom, conclusão, resumindo a história, eu comecei a ir atrás, fui na Casa das Meninas, conversei com a psicóloga da Casa das Meninas, conversei com a coordenadora. Conclusão, a menina, terça-feira agora voltou pra casa”.

Os impactos destas intervenções foram reconhecidos em sua eficácia devido à disponibilidade evidenciada na família, que se deu na medida em que os pais da menina ouviram e executaram os encaminhamentos recebidos pela assistente social. Na continuidade dos atendimentos e, portanto, nas visitas regulares para a

assistente social é que se foi estabelecendo a aceitação por parte da família do programa de intervenção proposto. Somente quando a família retribui o dom primeiro da assistente social, que é o dar, é que o retribuir adquire a eficácia necessária para a continuidade das relações e conseqüentemente o estabelecimento dos vínculos: *“Então a gente orientou a família: ‘Vocês tem é que fixar um lugar, uma casa em algum lugar e ficar. Essa coisa de vocês estarem andando é isso aí que ta prejudicando’ [...] Eles vinham quase todos os dias aqui e a menina ta em casa”*.

De maneira a contrastar com o caso relatado acima, será apresentado em análise o trabalho voluntário desenvolvido por uma comunidade católica. O trabalho desenvolvido se volta para a organização das mulheres em grupos para a produção de pães caseiros no loteamento Dunas. A coordenação do grupo fica à cargo de uma religiosa que mora na localidade e que ali mesmo desenvolve projetos comunitários de geração de renda, alguns deles com financiamentos da Congregação Religiosa e também da Cáritas Diocesana.

A Ir. Jurema possui uma trajetória fortemente centrada na organização de grupos populares, sua inserção em grupos em comunidades rurais e urbanas é lembrada nas narrativas de suas experiências no Brasil e em alguns países da América Latina.

No entanto, a avaliação que a religiosa faz de sua atuação no momento atual não é percebida por ela como animadora. O desânimo que percebe em muitas mulheres, e a dificuldade de perseverança deste trabalho nas comunidades católicas, a coloca numa atitude avaliativa:

“Olha, a Vera, ela vinha ganhar bolsa aqui no ano passado, encontrei na rua e disse assim: ‘Vera, o que tu ta fazendo Vera? Vamos lá fazer pão?’ Mas primeiro ela me disse assim: ‘Eu não to ganhando sacola’. Eu digo: ‘Tu quer ganhar sacola pra quê? Então vem fazer pão comigo’. E aí me desabafei: Essas mulheres não querem nada com nada, a gente dá tudo na mão, e não querem nada com nada”.

As preocupações de Ir. Jurema, se dão na análise acerca da (in) viabilidade da atual proposta em algumas comunidades que a faz repensar a própria ação junto a estas comunidades. A sua fala saudosista, do tempo em que as pessoas desejavam transformações sociais contrasta hoje com a desconfiança e o distanciamento que observa nos grupos de mulheres:

“Desconfiadas. Olha tu pode olhar isso aí, elas querem e ao mesmo tempo não querem, elas têm uma desconfiança muito grande. Eu vejo por tudo que eu conversei pro pão, gente. O quê que eu vou fazer? Parece que não acredita naquilo que a gente faz [...] Mas, sabe que olhando pras pessoas eu me pergunto eu não sei o quê que eles pensam”.

As rupturas percebidas entre a intenção do trabalho realizado pela Ir. Jurema e a falta de respostas, de retornos por parte das mulheres, colocam em evidência a impossibilidade da criação dos laços, dos vínculos com as famílias. Pode-se, assim, supor que as ações de assistência trocadas pela religiosa não condizem com as práticas compartilhadas e que são postas em circulação pelas famílias.

Neste sentido, as expectativas dos profissionais e voluntários, para dar continuidade aos encaminhamentos de programas e serviços, são condicionadas pela necessária constituição dos vínculos junto às famílias. Aqui assumem relevância atitudes como a persistência e o envolvimento com o cotidiano da instituição, o fazer parte, o tornar-se conhecido e reconhecido pelas psicólogas e assistentes sociais, seja quando se cruzam pelas ruas, seja quando deixam recados e informam sobre os resultados dos encaminhamentos. O exemplo das aproximações com as famílias é relatado pela psicóloga Marisa - loteamento Dunas: *“E tem muito assim, a gente se envolve com as famílias, a gente se dá bem “Ah, e aí como é que ta o seu Fulano?”.*

Há também situações em que o envolvimento é inevitável, e onde se percebe que as fronteiras entre o trabalho profissional e o envolvimento emocional não se podem separar. O relato a seguir indica alguns elementos que compõem certos cenários da expressão do dom nas relações entre as famílias e as redes de assistência:

“[...] é importante, essa coisa de trabalhar junto, porque eu sou muito de me envolver com as pessoas, eu tenho que aprender a distanciar. Eu me envolvo, as pessoas me contam as coisas, não que eu sofra, que vá pra casa, isso aí eu aprendi na faculdade, porque eu sofria muito, quando eu ia pra casa eu sofria demais. Não, não dá. E a Marisa não, a Marisa consegue enxergar por um outro lado, que não é bem assim. Chegou uma menina aqui um dia, conversando comigo, ah, eu fiquei apavorada com a guria porque a guria dizia que mãe dela maltratava porque não sei o que. Chamei a Marisa, a Marisa conversou com a guria e disse:

“Maristela não é bem assim a coisa, a menina tava confundindo” [...] eu também deixo me levar. Agora eu já aprendi, se complica, ou vem a Vivian ou vem a Marisa”. (Maristela, assistente social – loteamento Dunas).

As preocupações destas profissionais a cerca dos limites que envolvem suas intervenções junto às famílias é também alvo de reflexões e mudanças de comportamentos. O receio de que certas atitudes, como a de envolver-se exageradamente na condução dos encaminhamentos, ou de até mesmo fazê-los no lugar dos responsáveis pela família, as leva a tomar ações preventivas e de certa vigilância que são colocadas mutuamente nas trocas realizadas durante as reuniões da equipe técnica, conforme relatou a psicóloga:

“E às vezes a gente faz movimento demais, e eles de menos. Aí eu digo: Ai não dá gurias”, quando a gente faz muito movimento, assim que a gente percebeu que em alguns casos a gente faz, amanhã ou depois a gente não tá mais aqui, e essa família vai morrer? Então a gente tem que ensinar eles e tem que ajudar eles a fazer. Então tem um mesmo (um caso) que a gente, ó, liga lá pro saúde escolar pra pedir a receita, mas a mãe vai lá e busca (e também) a mãe vai encomendar a medicação, porque além de buscar a receita, a gente encomendava a medicação, dava a medicação pronta” (Marisa, psicóloga loteamento Dunas)

Neste caso, o que está sendo discutido é a preocupação que as profissionais possuem de que todo o esforço empregado em suas ações, o de que estas famílias percebam-se cidadãs, seja absorvido pelas mesmas como mero assistencialismo, prática que é rechaçada em todos os níveis das redes de assistência. A assistente social exemplifica com pesar situações dessa natureza, que vivenciou algumas vezes durante a realização de determinados encaminhamentos, quando o objetivo de desligamento ou de autonomia não é vislumbrado pelos sujeitos que buscam acessar os recursos da assistência:

“É muito estranha assim, é muito estranha a visão das pessoas, elas precisam daquilo ali, de algum programa, e do Bolsa Família pra poder sobreviver e elas acham que com aquilo ali elas vão poder sobreviver, e é só aquilo ali, elas não almejam, elas vêem só aquilo ali, que é viver do bolsa família. E não adianta, porque tu conversa, tu fala, e todas as conversas que a gente tem, claro é um direito deles, que a gente fala que é um direito, mas as pessoas tem muitas possibilidades, de sobreviver com muitas outras coisas além do bolsa família. É muito triste assim, tu ter que, até encaminhar uma pessoa assim [...]”. (Mariana, assistente social, Loteamento Dunas)

As mudanças de atitudes por parte das profissionais do CRAS, em relação ao trato com as famílias, e das formas como conduzem os atendimentos às mesmas, sofreu influência considerável a partir de um arrombamento ao CRAS. O fato em si levou-as a analisar os usos que as famílias faziam dos serviços prestados, bem como de sua própria atuação, revelando-se assim, que tais práticas excederam por diversas vezes os limites do que lhes cabe enquanto profissionais:

“[...] eu acho que a gente sempre pode dar um pouquinho, mas o caso que a gente chegou assim, e a gente repensou: Não, não vamos ajudar mais. [...] A gente não vai mais ficar catando daqui e dali pra ta dando, sabe? Se a gente puder fazer por aqui a gente vai fazer, se a (Secretaria de) Cidadania tem, a gente encaminha. Agora a gente fazer (a partir do) da gente, aí não”. (Marisa, psicóloga, Loteamento Dunas)

Para além das deficiências que os programas e serviços apresentam, em especial, dos efeitos nocivos que foram apresentados acima, existe a avaliação por parte de certos profissionais, de deficiências nas redes de assistências, as quais contribuem de maneira decisiva para a manutenção da dependência das famílias de determinadas práticas assistenciais. A intenção será mostrar a percepção dos profissionais quanto à utilização dos outros serviços existentes nas redes de assistência, os quais muitas vezes tornam-se entraves para o *desligamento* permanente das famílias.

Na especificidade dos atendimentos desenvolvidos pelas psicólogas, existe a constante referência às conversas e diálogos realizados nos encontros com as famílias, e, sobretudo da disponibilidade que o profissional deve despender nestes casos. A posição assumida pela psicóloga Marisa do Loteamento Dunas a levou inclusive a repensar a sua área de atuação, dedicando-se a uma área dentro da psicologia denominada de psicologia social, diferenciando-se da clínica, que segundo ela foi a aprendizagem predominante em seus estudos da graduação. A observação das necessidades das famílias, partindo das observações nos encontros diários à leva a escutar mais, e a somente encaminhar para tratamentos clínicos aqueles casos de extrema necessidade. Sua experiência é exemplar: *“[...] eu sempre deixo claro, aqui a gente não faz tratamento psicológico, assim, a gente faz uma orientação, a gente conversa. E as pessoas estão muito carentes disso aqui, elas precisam muito de uma boa conversa, assim, já ajuda”.*

Na continuidade, o trabalho desenvolvido por assistentes sociais e psicólogas evidencia o quanto se está distante do cumprimento das metas do CRAS, que trata do desligamento das famílias quando ocorre entre o oitavo e o décimo atendimento. A dificuldade relatada por estas profissionais reside nas deficiências existentes nas redes de apoio que são acionadas pelo Centro de Referência:

“[...] tu tem que atender, tu tem que fazer um cronograma de atendimento até tu poder dar o desligamento da família. Só que é assim, é muito complicado, tu não tem como dar um desligamento da família se a família não tem realmente um suporte financeiro. [...] Pedem acompanhamento e num determinado momento o desligamento da família, pelo tempo, que depende muito do tempo, até agora eu não fiz nenhum desligamento. [...] Tu não consegue encaminhar pra rede, tu fala em rede só que é muito complicado tu não consegue encaminhar pela rede pra educação, tu não consegue que a pessoa tenha realmente uma casa decente. Tu não consegue que ela tenha todo tipo de atendimento na saúde. Por isso é que fica desfalcado, e por isso que continua atendendo, a maioria, claro, a maioria das vezes tu continua atendendo as mesmas famílias”. (Mariana, assistente social, Loteamento Dunas)

De acordo com as técnicas que compõem a coordenação do CRAS o que dificulta a agilidade no atendimento e conseqüentemente o desligamento das famílias deste serviço de apoio, remete à ineficácia dos demais serviços e programas que deveriam ser disponibilizados pelas outras instituições que compõem a rede de assistência na cidade de Pelotas. A oferta insuficiente de serviços para atender à demanda, é apontada como o fator preponderante para explicar a demora de determinados atendimentos, como, por exemplo, aqueles dirigidos aos usuários de drogas, que enfrentam longas filas e muito tempo de espera a fim de receberem atendimento médico, psiquiátrico ou terapêutico.

Há também um outro elemento que contribui com a demora para a efetivação dos encaminhamentos; é aquele que diz respeito aos entraves burocráticos, onde muitas vezes é causa de desistência por parte daqueles que acionam estes serviços, sobretudo, pelos gastos com passagens de ônibus a fim de retornarem com a devida documentação e carimbos exigidos. Um caso típico é comentado por uma profissional da assistência social de uma das unidades de saúde investigadas. De acordo com suas experiências de trabalho, muitas situações poderiam ser evitadas desde que houvesse uma espécie de boa vontade mínima em escutar aqueles que vêm encaminhados por outros profissionais e o quanto essas

atitudes são fundamentais para o afastamento das famílias dos serviços dos quais necessitam, e do quanto demonstram os equívocos na condução das políticas de assistência:

“[...] a pessoa quando sai com a situação resolvida, sai faceira da vida [...] dentro da saúde, o que as pessoas passam de trabalho pra ter acesso, desde o horário assim, é lá, mas não é lá, é com a pessoa, mas não é com a pessoa, é a linguagem. É cheio de empecilhos, assim. [...] As vezes as pessoas voltam sem entender, é muito comum as pessoas voltarem sem entender, foram lá porque tinham que fazer tal coisa..., tal foram lá, mas aí me disseram isso, isso, isso, mas aí eu não entendi, mas afinal o que eu tenho que fazer? E a questão da má vontade, assim, é uma coisa impressionante”. (Jael, assistente social, Loteamento Dunas)

De maneira geral, se percebe que duas tensões permeiam o trabalho realizado pelas redes de assistência, e que ficam latentes em boa parte dos relatos apresentados no capítulo, o desligamento e a vinculação. Embora todas as ações da assistência objetivem a autonomização das famílias e sua liberação dos recursos que necessitam, ao mesmo tempo, é instigante que para que isso ocorra seja necessária a aproximação, o vínculo e a proximidade, relações cuja base se dá no estabelecimento de confiança, amizade e retribuições, onde as visitas, os encaminhamentos e os retornos são o meio para atingir a inclusão na rede de programas e serviços sociais conforme encerra a assistente social Jael do loteamento Dunas: *“quanto mais eu conheço as histórias, mais eu acho que tenho que fazer isso mesmo”*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vínculo, reciprocidade, dar, receber e retribuir, em uma palavra dom. Dádivas trocadas numa rede de relações que se estabelecem entre famílias e redes de assistência, cujo princípio, previsto a partir de uma visita, do preenchimento de um cadastro, instaura as condições para a consolidação de laços de proximidade que poderão levar à sua inclusão em programas e serviços da assistência.

As intenções de distanciamento/desligamento traçados nos objetivos e planos de ações da assistência, seja governamental ou não-governamental, trazem consigo a sua paradoxal posição, a de reforçar o que desejam negar, a necessidade de constituição de laços de pessoalidade para que uma intervenção seja considerada eficaz.

A seleção das regiões administrativas, e, posteriormente das vilas investigadas, evidenciaram a viabilidade dos cruzamentos de dados quantitativos e qualitativos, não prejudicando a condução de um estudo etnográfico, que abarcasse entrevistas semi-estruturadas e observações participantes, e registros das dinâmicas das relações dos programas e serviços das redes de assistência.

As percepções do senso comum, uma das razões que motivaram inicialmente a proposta deste estudo, foram por si só sendo desconstruídas à medida que os dados etnográficos apresentavam os pontos de vista de profissionais, voluntários e famílias das duas vilas investigadas.

Na etnografia visualizou-se a perspectiva teórica adotada, apresentando as lógicas das ações pelas quais se orientavam os sujeitos envolvidos nas redes de assistência, pautadas, sobretudo, nas expectativas de fidelidade e confiança no outro, sendo o recebimento do benefício uma consequência resultante.

A preocupação com o resgate teórico das categorias utilizadas pela vertente antropológica a cerca do universo cultural dos grupos populares, contribuiu também no sentido de relativizar os pontos de vista etnocêntricos, que no passado julgavam os grupos populares como alienados e sem consciência de classe, e que hoje continuam a julgar, porém em outros termos; uma nova roupagem para uma antiga visão degenerada quando se trata de pensar as desigualdades no Brasil: *“essas bolsas acomodam os pobres e os incentivam a terem mais filhos”*.

Nesse contexto, pensar as mediações entre os ‘de cima’ (FONSECA; BRITES, 2006) é uma situação já reconhecidamente possível de se realizar, e alguns estudos já confirmam e reforçam a hipótese. O que no estudo, portanto, apresentava-se como desafio era pensar as mediações entre os ‘de baixo’. Contudo, essa dúvida foi-se desfazendo aos poucos e na medida em que se desenvolveram as reflexões teóricas, o que conduziu a um redimensionamento do próprio conceito neste estudo.

As mediações, e, por conseguinte, a capacidade de lidar com diferentes códigos culturais, num processo de metamorfose (VELHO; KUSCHNIR, 2001), tornaram-se evidentes através da análise das trajetórias vivenciadas por diferentes famílias, nas quais a mediação era visualizada como forma de retribuição aos recursos sociais recebidos através das redes de assistência. A ocorrência das mediações estava, deste modo, inscrita nas relações entre mulheres, e se tornava possível a partir do deslocamento realizado por aquelas que já acessavam os programas e serviços da assistência, em direção às que desejavam inserir-se, sendo assim, uma forma de chegada até profissionais e voluntários. Por outro lado, a existência destes mediadores para os profissionais e voluntários das redes de assistência, na medida em que possibilitam a aproximação de novas famílias, indicavam a probabilidade de se obter eficácia garantida nas ações de intervenção desenvolvidas pela assistência social.

Assim, utilizar a pesquisa etnográfica como um instrumento de análise em contextos de desigualdade social, como no caso investigado, de grupos populares, constitui-se numa forma importante de relativização e reflexão sobre a diversidade cultural. As intervenções realizadas nessas famílias, movendo-se pela retórica dos direitos, não se dão unilateralmente, ou sem conflitos, antes sim, o que se desejou mostrar era justamente que as famílias, ao se disporem a acessar os programas e serviços das redes de assistência, o fazem conscientes de que negociações e

representações sociais deverão ser acionadas para que as trocas sejam efetivas e surtam os efeitos desejados.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1981. 2.ed.

BOURDIEU, P.; CHAMBORENDON, J. e PASSERON, J. **Ofício de sociólogo**. 5. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BRASIL. Lei n.º 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em: 22 fev. 2007.

BRITES, Jurema e FONSECA, Cláudia (Orgs.). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CARDOSO, Ruth (org.) **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 3. ed.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHAMPAGNE, Patrick et alli. Objeto sociológico e problema social In: **Iniciação a prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ANPOCS, 1995.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; BARSTED, Leila Linhares; TAULOIS, Maria Rita; GARCIA, Maria Helena. Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. **RBCS**, n. 22, pp. 5 – 19, jun. 1993.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (Orgs.). **Doença, sofrimento e perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

DUMONT, Louis. O valor nos modernos e nos outros. In: DUMONT, Louis. **O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Editora Rocco: 1985.

DUMONT, Louis. 'Introdução' e 'Do sistema à Estrutura'. In: DUMONT, Louis. **Homo Hierarquicus**. São Paulo: EDUSP, 1992, p. 49-67, 83-115.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FONSECA, Cláudia. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 27, pp. 51 – 73, 1º sem. 1989.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos In: **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In.: **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIUSTI, Carmen Lúcia Lobo [et al]. Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos: manual de normas da Universidade Federal de Pelotas. - Pelotas, 2006.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUEDES, Simoni Lahud. **Jogo de corpo: um estudo da construção social de trabalhadores**. Rio de Janeiro: Eduff, 1997.

MACEDO, Carmem Cenira. **A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário**. 2. ed. São Paulo: Ed. Vértice, 1985.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço:** cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução – Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Vozes, 1984.

MATTA, Roberto da. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PAIM, Heloisa. Encontros e desencontros: relações entre técnicos e usuários de programas públicos de assistência social. **Antropolítica:** Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. [no prelo]

PEREIRA, Fabíola Mattos. **As crianças são a alma da vila:** estudo sobre a gravidez na juventude de homens e mulheres de classes populares, Pelotas / RS. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Centro de Referência da Família – Unidade Nossa Senhora dos Navegantes / Dunas. Pelotas: Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, 2004.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. (Orgs.) **Família em processos contemporâneos:** inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica:** Teoria e prática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHUCH, Patrice. Pensando diferença e desigualdade: etnia e classe social numa perspectiva comparativa. **HUMANAS**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, n. 25 ½, 2003.

SILVA NETO, Francisco Luiz Pereira da. **A expressão pública da religião:** estudo sobre a dinâmica do campo da Assistência Social e da Caridade em Porto Alegre. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGAS / UFRGS, 2001.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VELHO, Gilberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. In: **Artefato** jan./1978 n. 1.

VICTORA, Ceres Gomes. As relações de gênero na vila Divina Providência, ou o que *Elas Esperam Deles*. **Cadernos de Antropologia**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, n. 7, p. 15-28, 1992.

VICTORA, Ceres Gomes, KNAUTH, Daniela Riva e HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas famílias



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PESQUISA: “Acessos, inclusões e mediações: Estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de classes trabalhadoras urbanas em Pelotas / RS”

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Fabíola Pereira (Mestranda em Ciências Sociais – UFPel / Bolsista CAPES)

PROFESSOR ORIENTADOR: Flávia Rieth (Prof^a. Dr^a. Antropol Social – UFPel)

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS FAMÍLIAS

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO / A: Em anexo

II – TRAJETÓRIA FAMILIAR E DE CLASSE

- a) Há quanto tempo mora nesta vila / loteamento? Conte como foi?
- b) Antes de vir para esta vila / loteamento, em quais lugares já morou? Conte como foram estas experiências?
- c) Relate como se deu a constituição de sua família?
- d) Vínculos com a família de origem: Quais pessoas você considera mais próximas no dia-a-dia? Qual o parentesco ou vínculo? Em que momentos você pode contar com estas pessoas?
- e) Que pessoas conhece neste local? Conte como foi sua aproximação.
- f) Quanto a experiência em relação ao mercado de trabalho, qual sua experiência? Já trabalhou? Qual período? Qual ocupação? Qual o valor da remuneração? (contextualizar as experiências)
- g) Diga quais são os gastos mensais realizados para a manutenção da família.

<i>Despesas:</i>	<i>Valor:</i>	<i>Respons. Pagamento:</i>
Água		
Luz		
Gás		
Telefone		

Saúde		
Alimentação		
Transporte		
Moradia		
Educação		
Lazer		

h) Quem se ocupa dos cuidados com as crianças: Pesagens Bolsa-Família, Escolas...; os doentes; os idosos...?

III – MEDIAÇÕES / ACESSOS E DISTANCIAMENTOS NA RELAÇÃO COM A ASSISTÊNCIA

i) Benefícios Recebidos:

<i>Nome do Benefício</i>	<i>Início e Término</i>	<i>Valor ou Espécie</i>
Bolsa Família		
Bolsa Alimentação – Sacolas em geral		
Banco de Alimentos		
ASEF		
Fome Zero		
PETI		
ASEMA		
Agente Jovem		
LOAS		
Medicamentos-tratamentos e prevenção		
Passe Transporte Urbano		

j) Participação em grupos:

<i>Nome do grupo</i>	<i>Início e término</i>	<i>Local / Instituição</i>
Grupo de Mães		
Grupo de Hipertensos		
Grupo de Mulheres		
Pastoral da Criança		
Pastoral do Menor		

Banda Musical – Escola		
Grupo de Jovens		
Grupo de Orações		
Economia Solidária		
Grêmios Estudantis		
Sindicatos		
Associações		
ONG's		
Igrejas		

- k) Quando começou a receber os recursos / benefícios? Conte como foi.
- l) Como ficou sabendo da existência do benefício / grupo?
- m) O que foi preciso para ter acesso ao recurso e/ou grupo? (Documentos, participação em grupos, indicações...)
- n) Quais as condições para continuar recebendo o benefício? (pesagens, frequência escolar, participação em grupos ...) Quais seus deveres?
- o) Em que momentos a família procura os serviços? (benefícios e grupo)
- p) Que pessoas conhece neste local? Conte como foi sua aproximação.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas profissionais e voluntários



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PESQUISA: “Acessos, inclusões e mediações: Estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de classes trabalhadoras urbanas em Pelotas / RS”

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Fabíola Pereira (Mestranda em Ciências Sociais – UFPel / Bolsista CAPES)

PROFESSOR ORIENTADOR: Flávia Rieth (Prof^a. Dr^a. Antropol Social – UFPel)

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA PROFISSIONAIS / VOLUNTÁRIOS

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO / A

- | | |
|--|----------|
| a) Nome: | b) Sexo: |
| c) Endereço Residencial: | |
| d) Telefone contato: | |
| e) Idade: | |
| f) Situação Conjugal: | |
| g) Religião: | |
| h) Profissão / Formação / Instituição: | |
| i) Renda Mensal: | |

II – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E NA LOCALIDADE

- a) O que motivou a escolha pela área de atuação profissional?
- b) Há quanto tempo realiza atividades profissionais na localidade?
- c) Como foi a inserção no universo de trabalho na vila / loteamento? Como chegou?
- d) Descreva as atividades realizadas.
- e) Contexto do local de atuação – descrição.
- e) Como percebe / avalia a contribuição da área profissional para a vila / loteamento? (dificuldades, possibilidades, necessidades ...)

III – MEDIAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NA RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS E COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

- a) Descreva como percebe a situação de vida dos moradores da vila / loteamento. Exemplos.
- b) Como as famílias acessam o benefício?
- d) Como é realizada a seleção e inclusão / exclusão dos beneficiários? Quais critérios são utilizados? (Visitas, indicações, cadastro...)
- c) Qual o número aproximado de famílias atendidas pelo profissional?

e) Como percebe os impactos / conseqüências das ações e serviços nas famílias atingidas? Exemplos.

f) Descreva como percebe a relação com outras instituições (local, municipal...).

- Governo Municipal - Secretarias municipais (assistência social, saúde, educação, cultura, ...); órgãos (escolas, unidades de saúde...) e programas (PSF, Redução Danos...)

- Governo Estadual - Idem

- Governo Federal - Idem

- Instituições Religiosas

- ONG's

- Serviços de Segurança

- Associações Comunitárias de Moradores

- Rádios Comunitárias

- Partidos Políticos

g) Há quanto tempo o trabalho com outras instituições vem sendo realizado? Existem afinidades específicas ou permanentes com algumas instituições?

h) Quais problemas mais relevantes são percebidos nestas relações com as instituições?

i) Quais são as contribuições mais significativas destas aproximações?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PESQUISA: “Acessos, inclusões e mediações: Estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de classes trabalhadoras urbanas em Pelotas / RS”

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Fabíola Pereira (Mestranda em Ciências Sociais – UFPel / Bolsista CAPES)

PROFESSOR ORIENTADOR: Flávia Rieth (Prof^a. Dr^a. Antropologia Social – UFPel)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo por objetivo a realização da Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais/UFPel, você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa cujo propósito é o de investigar as relações de mediações que se estabelecem entre famílias e profissionais de assistência.

A coleta de informações será realizada a partir de entrevistas individuais, que serão gravadas. O informante responde livremente às perguntas colocadas pelo entrevistador, podendo deixar de responder algumas ou mesmo, interrompendo a participação da pesquisa a qualquer momento.

As informações obtidas serão utilizadas sem a identificação dos (as) informantes, permanecendo em sigilo a identidade de seus participantes.

Os resultados serão usados e divulgados para fins de trabalhos acadêmicos, e serão omitidos os nomes dos (as) entrevistados (as) bem como quaisquer outros tipos de identificação.

Após os esclarecimentos prestados acima, eu _____

_____,
aceito participar voluntariamente da pesquisa: “*Acessos, inclusões e mediações: Estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de classes trabalhadoras urbanas em Pelotas, RS.*”

Pelotas, _____, de _____, de _____.

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE D – PERFIL DOS(AS) INTERLOCUTORES(AS)

Perfil dos profissionais e voluntários das redes de assistência - vila Pestano:

- * **Leda:** 40 anos, casada, mãe de duas filhas. Trabalha prestando serviços domésticos (faxinas em determinados dias da semana). Atualmente coordena voluntariamente as atividades do Programa Fome Zero em sua comunidade.
- * **Romeu:** 54 anos, casado, pai de um rapaz. Aposentado e voluntário na distribuição das sacolas do Programa Fome Zero na comunidade católica.
- * **Gregório:** 50 anos, casado, pai de um rapaz. É funcionário público municipal, e coordena juntamente com Neci o Programa Fome Zero na comunidade católica. Sua trajetória está vinculada a organização de movimentos populares junto à Associação de Moradores e a Igreja Católica desde a fundação da vila.
- * **Carmem Maria:** 65 anos, casada, mãe de dois filhos. Atua voluntariamente na organização e distribuição dos mantimentos no Programa Fome Zero.
- * **Geni:** 60 anos, casada, mãe de dois filhos. Integra a coordenação de projetos de assistência da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, onde desenvolve atividades no Programa Fome Zero, grupo de mulheres e horta comunitária.
- * **Joana:** 27 anos, casada. É assistente social da Unidade Básica de Saúde da vila Pestano. Coordena atividades no grupo de mulheres, organiza o atendimento semanal às famílias do Programa Bolsa Família.
- * **Luciara:** 60 anos, divorciada, mãe de um rapaz. É orientadora educacional da escola da vila Pestano, onde coordena um projeto de prevenção ao uso de drogas junto aos estudantes e suas famílias.
- * **Gabriele:** 30 anos, solteira. É pedagoga da escola da vila Pestano, onde trabalha juntamente com Luciara na coordenação das atividades de orientação e prevenção aos alunos.

Perfil dos profissionais e voluntários das redes de assistência - Loteamento Dunas:

* **Margarida:** 41 anos, casada, mãe de seis filhos. Atua no CDD como coordenadora e também no Observatório de Segurança Social e proteção da vida e é bolsista do Projeto Casa Brasil.

* **Vivian:** 49 anos, viúva, mãe de um rapaz. Atua como psicóloga, tendo também formação em serviço social (não concluída) e também em ciências sociais (concluída, mas sem exercício). Apresenta trajetória de militância em ONG's e movimentos sociais, especialmente de defesa das mulheres.

* **Elisabete:** 46 anos, casada, mãe de um rapaz. É diretora de uma escola municipal. Seu histórico é também de militância, iniciada na década de 80 com a organização de serviços de assistência ligados a Igreja Católica na área da família, crianças e jovens.

* **Orestina:** 51 anos, casada, mãe de 03 filhos. É diretora de uma escola municipal local, onde atua há aproximadamente 6 anos. Iniciou sua vida acadêmica quando os filhos atingiram a maioridade. Atualmente cursa mestrado e incentiva fortemente as funcionárias da escola a retomarem ou iniciarem formação acadêmica.

* **Murilo:** 37 anos, casado, pai de 4 filhos. Atua como agente redutor de danos, onde realiza trabalho de campo nos bairros da cidade através de abordagens a usuários de drogas. Nas horas restantes Murilo trabalha como moto-táxi.

* **Marisa:** 27 anos, solteira. É psicóloga há cerca de um ano no loteamento. Acredita das redes como estratégias para o reconhecimento e o tornar-se conhecido, o que facilita o acesso a estágios e oportunidades de emprego.

* **Suzana:** 37 anos, casada, mãe de um rapaz. Atua como assistente social e coordena um programa de assistência social a jovens no loteamento, o que se exige contatos permanentes com as famílias, seja visitas, reuniões ou orientações.

* **Jael:** 52 anos, solteira, mãe de uma moça. Trabalha como assistente social, onde acompanha as pesagens do programa Bolsa Família, e grupos de mulheres, além das mobilizações que ocorrem no loteamento. Trabalhou em diferentes instituições, iniciando pelo setor privado passando por cargos de confiança, chegando a concurso público, fez estágio no Pestano nas comunidades de base na década de 80,

* **Maristela:** 43 anos, casada, mãe de 02 filhos. Desenvolve atividades na área como assistente social, onde acompanha e coordena grupos de mulheres ligados ao programa ASEF, e realiza orientações e encaminhamentos as famílias encaminhadas também por outras instituições.

* **Luisa:** 48 anos, casada, mãe de 3 filhos. Decide participar de movimentos sociais pelos direitos da mulher motivada por convites realizados na sua igreja e também

pelo histórico de doença. Atua no ASEF da rua 17 do loteamento – Guadalupe, e faz plantão das PLP's.

* **Casal José e Rosa:** São casados, possuem 2 filhos menores. Participam da comunidade católica de onde iniciaram os trabalhos de assistência através do Programa Fome Zero. Ele apresenta uma trajetória vinculada a serviços públicos, e atualmente faz curso de formação para atuar nas celebrações católicas. Ela trabalha como faxineira alguns dias da semana, e coordena o grupo de mulheres.

* **Ir. Jurema:** 62 anos, religiosa. Reside em Pelotas faz pouco tempo, atua em diferentes comunidades faz visitas domiciliares onde convida as mulheres para seus grupos. Coordena grupos de mulheres e também de projetos alternativos comunitários em parceria com a Cáritas.

* **Juliete:** 51 anos, separada, mãe de 2 filhos. Liderança comunitária católica, onde realiza diferentes trabalhos: Pastoral da Criança, fome zero, grupo de mulheres, educação de jovens e adultos, agente de segurança alimentar, entre outros.

Cruzamento das redes de assistência cidade de Pelotas

* **Mara:** 41 anos, casada, mãe de um rapaz. Assistente social da **Cáritas Diocesana de Pelotas**, instituição de assistência da Igreja Católica, onde é responsável por diferentes ações de assistência na cidade de Pelotas.

Perfil das famílias – vila Pestano

- * **Mariane:** 26 anos, solteira, mãe de 03 filhos. Participa do grupo de mulheres da unidade de saúde e recebe sacola do Fome Zero na comunidade católica. Mora nos apartamentos da Cohab Pestano, mas passa boa parte do dia na casa de sua mãe.
- * **Carla:** 45 anos, amigada, mãe de 02 filhos. Recebe sacola do Fome Zero no centro comunitário Bom Pastor e recursos do programa Bolsa Família. Mora na vila Pestano, na casa do seu companheiro, dessa união não há filhos.
- * **Lucimar:** 46 anos, separada, mãe de 03 filhas. Participa do grupo de mulheres do posto de saúde e do grupo de Alcoólicos Anônimos. Além disso frequenta também a igreja universal. Conta com os recursos do Bolsa Família e com a sacola do Fome Zero.
- * **Ana Lúcia:** 31 anos, amigada, mãe de 3 filhos. Leva o filho mais novo às pesagens do Bolsa Família. Eventualmente participa das reuniões do Conselho Gestor do posto de saúde.
- * **Mirela:** 37 anos, solteira, mãe de um filho. Participa do programa Fome Zero da comunidade católica por incentivo de sua mãe. Mora na Cohab Pestano mas passa a maior parte do dia na casa de sua mãe.
- * **Márcia Karina:** 26 anos, amigada, mãe de 2 filhos. Possui uma história de participação em programas sociais da assistência, que teve início no programa Família Cidadã³¹. É beneficiária do programa Bolsa Família e Fome Zero.
- * **Carolina:** 35 anos, amigada, mãe de 4 filhos. Participou por certo tempo do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, quando morava no loteamento Dunas, local onde conheceu seu marido. Atualmente, ele ainda participa das atividades do movimento, já ela não mais. Recebe recursos do programa Bolsa Família e Fome Zero.
- * **Elaine:** 22 anos, amigada, é mãe de 3 filhos e cuida de 2 sobrinhos (filhos de seu irmão). Participa das distribuições das sacolas do Fome Zero no centro comunitário Bom Pastor, e também recebe os recursos do Bolsa Família. Seu irmão contribui com a manutenção das sobrinhas, e estas também recebem Bolsa Família. Foi inserida nas redes de assistência por incentivo dos pais.
- * **Maria de Fátima:** 46 anos, amigada e mãe de dois filhos. Frequenta o centro comunitário Bom Pastor onde recebe o Fome Zero. Sua filha menor ainda é beneficiária dos recursos do Bolsa Família. Encaminha para a Cáritas Diocesana roupas e outros objetos que não lhe são mais úteis.

³¹ Família Cidadã programa estadual de assistência às famílias em situação de pobreza. Consistia na transferência de renda às beneficiárias tendo como contrapartida a participação de atividades em grupos e oficinas.

Perfil das famílias – loteamento Dunas

* **Sandra:** 47 anos, solteira, mãe de 03 filhas. Realiza atividades remuneradas como doméstica em determinados dias da semana. Suas três filhas recebem os benefícios do programa Bolsa Família. Apresenta uma trajetória de acessos a programas e serviços da assistência.

* **Viviane:** 23 anos, amiga e mãe de 03 filhos. Participa ativamente do grupo de mulheres de uma das comunidades católicas do loteamento, onde recebe também a sacola do Fome Zero e participa da Pastoral da Criança.

* **Marciane:** 28 anos, amiga e mãe de 4 filhos. Também frequenta as atividades do grupo de mulheres da comunidade católica, onde recebe aulas de alfabetização de adultos de um projeto executado pela Pastoral da Criança. Além disso é beneficiária do programa Fome Zero, e realiza oficinas da pintura e cestaria.

* **Maritânia:** 43 anos, namora, mãe de 5 filhos. Participa ativamente dos grupos da igreja católica, sem, contudo engajar-se. É diarista e recebe as sacolas do Fome Zero, também os recursos do Bolsa Família.

* **Berenice:** 38 anos, casada e mãe de um filho. Realiza serviços domésticos em dias pré-estabelecidos. É participante assídua do grupo de mulheres da comunidade católica, onde recebe também o Fome Zero e a sacola do Banco de Alimentos Madre Tereza de Calcutá. Seu filho é aluno da escola de educação infantil do loteamento, e também atendido pela Pastoral da Criança.

* **Juraci:** 48 anos, amiga e mãe de duas filhas, sendo a mais nova aquela que mora com Juraci. Cuida de 3 netos (filhos da mais velha), que atualmente participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto e que contam também com os recursos do Bolsa Família. Participa das atividades realizadas pelo CRAS-Dunas. Sua filha mais nova, integrou a primeira turma de adolescentes do projeto Agente Jovem.

* **Juliana:** 35 anos, amiga, mãe de 7 filhos. Participa da distribuição do Fome Zero na comunidade católica, e também do grupo de mulheres. Todos os filhos menores são cadastrados e recebem os recursos do Bolsa Família. A casa em que mora foi construída pelo governo municipal e faz parte do programa de habitação popular. Seu filho mais velho participou da primeira turma do Agente Jovem do loteamento.

* **Maria Francisca:** 40 anos, separada e mãe de 5 filhos. Realiza serviços domésticos alguns dias da semana. Participa do CRAS-Dunas, onde insere seus filhos nos programas e serviços da assistência. Dentre os programas acionados pela família estão o Agente Jovem, benefício de prestação continuada e o projeto do Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto.

* **Dirlene:** 37 anos, amiga e mãe de 5 filhos. Sua ocupação é sucateira, como ela mesma se denomina. Participa dos programas e serviços do CRAS, onde encaminha os filhos para a inclusão nos projetos de assistência ali existentes.

Atualmente a família está inserida no Agente Jovem, no Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto, no programa Bolsa Família e no Fome Zero.

ANEXOS

ANEXO 1 – Lei programa Bolsa Família

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.

Regulamento

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela [Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001](#), do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo [Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002](#), e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo [Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001](#).

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

II - nutriz, a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade para o qual o leite materno seja o principal alimento;

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I do caput será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 3º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II do caput será de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 (cem reais).

§ 4º A família beneficiária da transferência a que se refere o inciso I do caput poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II do caput, observado o limite estabelecido no § 3º.

§ 5º A família cuja renda per capita mensal seja superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II do caput, de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 3º.

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º.

§ 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º, à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 8º Considera-se benefício variável de caráter extraordinário a parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º, nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I e II do caput serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal.

§ 12. Os benefícios poderão, também, ser pagos por meio de contas especiais de depósito a vista, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil.

§ 13. No caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente ao Programa Bolsa Família.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social e a interlocução com as respectivas instâncias, bem como a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastro Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da

União que vierem a ser consignadas ao Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastro Único mencionados no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgãos responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastro Único, referidos no parágrafo único do art. 1º, serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

Art. 9º O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A função dos membros do comitê ou do conselho a que se refere o caput é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

Art. 10. O [art. 5º da Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (NR)

Art. 11. Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º.

Art. 12. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 13. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere o caput do art. 1º.

Parágrafo único. A relação a que se refere o caput terá divulgação em meios eletrônicos de acesso público e em outros meios previstos em regulamento.

Art. 14. A autoridade responsável pela organização e manutenção do cadastro referido no art. 1º que inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, ou contribuir para a entrega do benefício a pessoa diversa do beneficiário final, será responsabilizada civil, penal e administrativamente.

§ 1º Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que dolosamente utilizar o benefício será obrigado a efetuar o cimento da importância recebida, em prazo a ser estabelecido pelo Poder Executivo, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e

Custódia - SELIC, e de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento.

§ 2º Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou contratada que concorra para a conduta ilícita prevista neste artigo aplica-se, nas condições a serem estabelecidas em regulamento e sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, atualizada, anualmente, até seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 15. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 16. Na gestão do Programa Bolsa Família, aplicar-se-á, no que couber, a legislação mencionada no parágrafo único do art. 1º, observadas as diretrizes do Programa.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

José Dirceu de Oliveira e Silva